

Organização
Raphaella Freitas Petkovic

QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e
Transformação

Volume 2
2025


Editora
UNIESMERO

Organização
Raphaella Freitas Petkovic

QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e
Transformação

Volume 2
2025


Editora
UNIESMERO

2025 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Raphaella Freitas Petkovic

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P491q Petkovic, Raphaella Freitas
Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação -
Volume 2 / Raphaella Freitas Petkovic (organizadora). – Formiga
(MG): Editora Uniesmero, 2025. 165 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5492-105-3

DOI: 10.5281/zenodo.14676111

1. Identidade de gênero. 2. Homossexualidade. 3. Homofobia. 4.
Ideologia de gênero. I. Petkovic, Raphaella Freitas. II. Título.

CDD: 305.8

CDU: 305

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

[https://www.uniesmero.com.br/2025/01/quebrando-
barreiras-2.html](https://www.uniesmero.com.br/2025/01/quebrando-barreiras-2.html)



AUTORES

**Alice Oliveira Dias
Anderson Rodrigues de Miranda
Bibiana Oliveira Serpa
Helena Bertho Dias
Ítalo Roberto Nunes de Oliveira
Kamilla Golin
Laura Molinari
Leandro Franklin Gorsdorf
Maria Elaene Rodrigues Alves
Mariana Bernardo Soares
Raisa Cortez Rosado
Rosangela Teixeira Gonçalves
Taíssa Albertina de Nadai
Victoria Barreto Maywald
Vit Tiscoski Ramos**

APRESENTAÇÃO

A compreensão da identidade de gênero e suas interseções com a sociedade tornou-se um dos temas mais relevantes e desafiadores do século XXI. Vivemos em um mundo que, historicamente, construiu e consolidou estruturas normativas rígidas, moldando não apenas a maneira como os indivíduos se percebem, mas também as expectativas que a sociedade impõe sobre eles. Essas normas, frequentemente baseadas em concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, estabelecem limites que impactam diretamente o desenvolvimento pessoal, profissional e social de milhões de pessoas. Em muitos casos, tais fronteiras funcionam como barreiras invisíveis que restringem possibilidades, perpetuam desigualdades e reforçam sistemas excludentes.

Diante desse cenário, torna-se imperativo refletir sobre os mecanismos que sustentam essas imposições, bem como sobre as estratégias necessárias para desconstruí-las. A identidade de gênero é uma construção complexa, que transcende a mera dicotomia entre masculino e feminino. Influenciada por fatores biológicos, psicológicos, culturais e sociais, a percepção que cada indivíduo tem de si mesmo e a forma como expressa sua identidade são resultado de interações dinâmicas e multifacetadas. No entanto, apesar do avanço dos debates sobre diversidade e inclusão, ainda há resistência significativa à aceitação de perspectivas que desafiem o status quo. O medo do desconhecido, somado ao apego a tradições enraizadas, muitas vezes resulta em preconceito, discriminação e marginalização daqueles que não se enquadram nos modelos convencionais.

A quebra dessas barreiras não é apenas um exercício intelectual ou um conceito abstrato. Ela se concretiza na vivência cotidiana de incontáveis pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, desafiam normas preestabelecidas e reivindicam seu direito à autenticidade. Esse processo de transformação individual e coletiva exige coragem, resiliência e, acima de tudo, conhecimento. O desconhecimento sobre a diversidade de gênero alimenta estereótipos e perpetua a exclusão, ao passo que a informação e o diálogo são ferramentas poderosas para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É nesse contexto que *Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação* se apresenta como um convite à reflexão crítica e à ampliação de horizontes. A proposta desta obra é explorar as múltiplas dimensões da identidade de gênero, abordando suas implicações no âmbito social, profissional, familiar e legislativo. A partir de uma

abordagem interdisciplinar, são analisadas as narrativas que sustentam tanto a discriminação quanto a resistência, os desafios e as conquistas daqueles que ousam romper com os limites impostos, bem como os impactos dessas transformações na sociedade como um todo.

Para além de uma discussão teórica, este livro busca dar voz às experiências individuais e coletivas, oferecendo um panorama amplo sobre a diversidade de gênero e os caminhos para uma convivência mais inclusiva. É fundamental compreender que a aceitação da diversidade não deve ser encarada como uma concessão, mas como um imperativo ético e humanitário. Em um mundo cada vez mais interconectado, onde as lutas por direitos e reconhecimento ganham força e visibilidade, ignorar ou minimizar essa questão não é mais uma opção viável. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa, necessariamente, pelo respeito à pluralidade de identidades e pelo combate às desigualdades que historicamente marcaram determinados grupos.

Assim, que esta leitura sirva como um instrumento de aprendizado e transformação. Que cada página desperte questionamentos, incentive o pensamento crítico e, sobretudo, inspire mudanças concretas. Afinal, quebrar barreiras não é apenas um ato de resistência contra as imposições normativas; é, acima de tudo, um compromisso com a liberdade, a dignidade e a possibilidade de um futuro em que cada indivíduo possa existir plenamente, sem medo, sem repressão, sem limitações impostas por padrões alheios à sua própria essência.

Esperamos que esta obra seja, portanto, um farol para aqueles que buscam compreender e construir um mundo onde a diversidade não seja vista como ameaça, mas como um dos pilares fundamentais da humanidade.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 FAMÍLIAS E GÊNERO: AGENDAS EM DEBATE <i>Alice Oliveira Dias</i>	10
Capítulo 2 DESAFIOS NA FACILITAÇÃO DE GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: MASCULINIDADE DEFENSIVA EM DELEGACIA DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES <i>Ítalo Roberto Nunes de Oliveira</i>	33
Capítulo 3 OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE COMUNICAÇÃO PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DA CAMPANHA NEM PRESA NEM MORTA <i>Helena Bertho Dias; Laura Molinari; Bibiana Oliveira Serpa</i>	46
Capítulo 4 “NÃO EXISTE ESSA COISA DE SOCIEDADE. HÁ HOMENS E MULHERES INDIVIDUAIS E HÁ FAMÍLIAS”. A FAMÍLIA EM DISPUTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ELO DO NEOCONSERVADORISMO E DO NEOLIBERALISMO <i>Raisa Cortez Rosado</i>	59
Capítulo 5 “TEM QUE OBEDECER O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL” - PCC- CONTROLES FORMAIS E INFORMAIS NA PUNIÇÃO DE MULHERES <i>Rosângela Teixeira Gonçalves</i>	80
Capítulo 6 REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE SUA EXECUÇÃO EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL <i>Mariana Bernardo Soares; Victoria Barreto Maywald</i>	96
Capítulo 7 DOMÉSTICAS, EMPREGADORA-DIRETORA E IDENTIDADE: UMA PROTO-ANÁLISE FÍLMICA SOBRE O DOCUMENTÁRIO BABÁS (2010) DE CONSUELO LINS <i>Vit Tiscoski Ramos</i>	107
Capítulo 8 RELATO DE EXPERIÊNCIA DE GRUPO DE APOIO A MULHERES E GRUPO REFLEXIVOS PARA HOMENS NO ÂMBITO DA MÉDIA COMPLEXIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL <i>Kamilla Golin</i>	120
Capítulo 9 MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E A SUA RELAÇÃO COM O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR <i>Anderson Rodrigues de Miranda; Maria Elaene Rodrigues Alves</i>	137

Capítulo 10

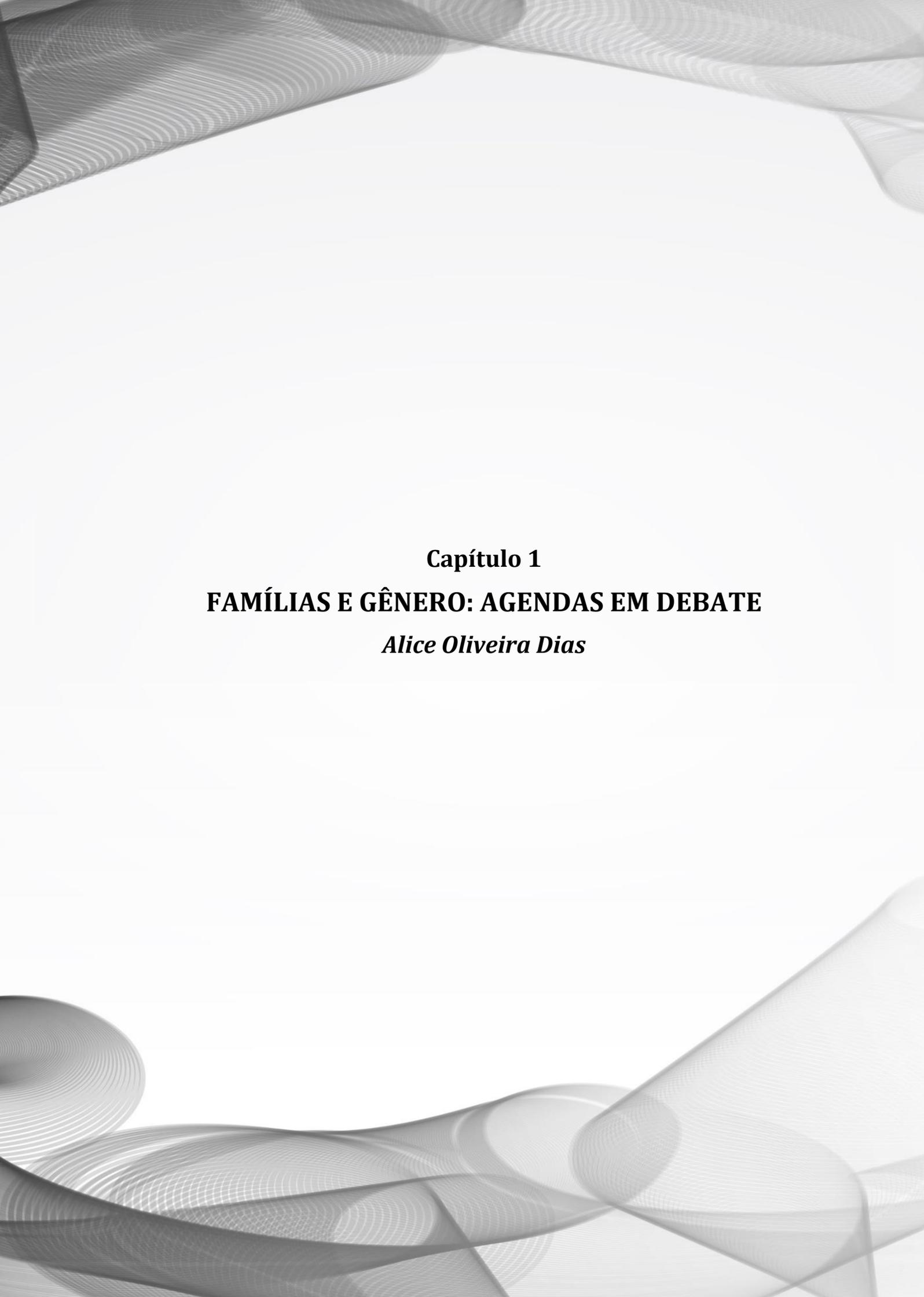
REENCENANDO E DANDO VIDA ÀS MEMÓRIAS LGBTQIA+ EM CURITIBA/PR

Leandro Franklin Gorsdorf; Taíssa Albertina de Nadai

151

AUTORES

163



Capítulo 1
FAMÍLIAS E GÊNERO: AGENDAS EM DEBATE
Alice Oliveira Dias

FAMÍLIAS E GÊNERO: AGENDAS EM DEBATE

Alice Oliveira Dias

Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

alice.dias@ufam.edu.br

RESUMO

O presente artigo é resultado do projeto de iniciação científica (PIBIC/UFAM 2023-2024), e buscou refletir sobre as concepções de Famílias e Gênero, a partir de produções no campo sociopolítico, jurídico, religioso e do Serviço Social. As referidas categorias são objetos de intenso debate na contemporaneidade, especialmente no âmbito social, jurídico e religioso. O Estado apresenta-se como um espaço de conflito entre movimentos sociais e grupos religiosos, visto que configura principal responsável por garantir políticas públicas, e depara-se com reivindicações que envolvem questões de família e gênero. A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico e documental, que perpassou as seguintes inquietações: O que é família? O que se compreende por gênero na atualidade? Quem tem autoridade para legitimá-las? Quais são as concepções de família e gênero para o Estado, a religião e a sociedade? As categorias de família e gênero por muito tempo se fundamentavam como componentes biológicos, apresentando conceitos e variações conforme o contexto sociocultural. Enquanto a família se retratava como uma instituição natural, o gênero, estava associado às diferenças sexuais (físicas e biológicas) entre o homem e a mulher, sendo determinante para atribuir as distinções entre o sexo feminino e o masculino. Na modernidade, questões como afetividade e identidade de gênero recebem maior visibilidade para a promoção dos direitos, embora ainda predomine a perspectiva determinista biológica no ordenamento jurídico brasileiro. No interior desse debate, a produção do Serviço Social analisada compreende a defesa da diversidade sexual e familiar como essencial para o reconhecimento de direitos ao romper com princípios moralistas. A razão das concepções de famílias e gênero permanecerem como teor de discussão se justifica, principalmente, pelas reivindicações apresentadas no âmbito das políticas públicas, palco de disputa política e de poder, consolidando um profundo debate que trata da legitimidade das concepções de ambas categorias.

Palavras-chave: Famílias. Gênero. Sexo. Concepções. Serviço Social.

ABSTRACT

This article is the result of a scientific initiation project (PIBIC/UFAM 2023-2024) and sought to reflect on the concepts of Families and Gender, based on productions in the sociopolitical, legal, religious and Social Service fields. These categories are the subject of intense debate in contemporary times, especially in the social, legal and religious spheres. The State presents itself as a space of conflict between social movements and religious groups, since it is primarily responsible for guaranteeing public policies, and is faced with demands involving family and gender issues. This research is a bibliographic and documentary study, which addressed the following concerns: What is family? What is understood by gender today? Who has the authority to legitimize them? What are the concepts of family and gender for the State, religion and society? The categories of family and gender were for a long time based on biological components, presenting concepts and variations according to the sociocultural context. While the family was portrayed as a natural institution, gender was associated with sexual differences (physical and biological) between men and women, and was a determining factor in attributing distinctions between the female and male sexes. In modern times, issues such as affection and gender identity have gained greater visibility for the promotion of rights, although the biological deterministic perspective still predominates in the Brazilian legal system. Within this debate, the analyzed Social Service production understands the defense of sexual and family diversity as essential for the recognition of rights by breaking with moralistic principles. The reason for the concepts of families and gender remaining as a topic of discussion is justified, mainly, by the demands presented in the context of public policies, a stage for political and power disputes, consolidating a profound debate that addresses the legitimacy of the concepts of both categories.

Keywords: Families. Gender. Sex. Conceptions. Social Work.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de resultado do projeto de iniciação científica¹ (PIBIC/UFAM 2023-2024), tendo como tema “Famílias e Gênero: agendas em debate”. O estudo objetivou refletir sobre as concepções de famílias e gênero, a partir de produções no campo sociopolítico, jurídico, religioso e do Serviço Social.

O debate acerca das referidas categorias e suas concepções tem se intensificado na contemporaneidade, especialmente no âmbito social, jurídico, religioso e nas produções

¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), uma modalidade de pesquisa que visa proporcionar aos discentes de graduação a participação na vida científica e a formação de futuros pesquisadores.

científicas. Observa-se uma disputa ideológica sobre o reconhecimento e a legitimidade acerca de família e gênero, apresentando-se o Estado como um espaço de conflito entre movimentos sociais (feministas e LGBTQIAPN+) e grupos religiosos, visto que este é considerado responsável por proteger e garantir políticas públicas a família, e depara-se com reivindicações de tais movimentos que requerem o atendimento de suas demandas.

Para Fernandez (2021), a família apresenta constantes transformações nas suas configurações, conforme as mudanças sociais, e os diversos modelos familiares visualizados no contexto social disputam espaços e reconhecimento no campo civil, político e jurídico. Temos a título de exemplo, a família homossexual que enfrenta resistência no corpo social por não ser considerada o modelo familiar de referência.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, designou a equiparação da união estável formado por um homem e uma mulher à união constituída por pessoas do mesmo sexo (homossexuais), a fim de que “possa ser reconhecida como entidade familiar apta a merecer a proteção estatal (...) entendida esta como sinônimo perfeito de família” (Lima, 2018). No entanto, tal reconhecimento não significa aceitação do modelo familiar (ou dos diversos modelos existentes) pela sociedade, mas que há o conhecimento que tais configurações familiares existem e estão presentes em diversos contextos (Oliveira (2009).

Além disso, questões sobre a educação da afetividade² e da sexualidade³, e conseqüentemente gênero, tornam-se assuntos de discussão na contemporaneidade. Segundo a visão antropológica cristã, tais componentes tornam-se essenciais para a construção identitária do indivíduo e do processo educativo, devendo ser abordadas de forma moderada e adequada, com o intuito de orientar o indivíduo para “a plenitude da sua identidade sexual no contexto da vocação ao dom de si” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p.17). Do ponto de vista cristão, há o reconhecimento da complementaridade dos dois sexos (masculino e feminino) como forma de corresponder ao chamado de Deus considerando aspectos biológicos, afetivos, sociais e espirituais.

Com o decorrer do processo sócio-histórico, surgem novas concepções acerca de sexo e gênero, influenciando a dinâmica das relações sociais. Ambas eram utilizadas

² Conjunto de fatores psíquicos experimentados e vivenciados na forma de emoções.

³ “Componente fundamental da personalidade, um próprio modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de se exprimir e de viver o amor humano” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p.4). Portanto, trata-se do conjunto de comportamentos que se referem à satisfação da necessidade e do desejo sexual.

anteriormente como sinônimos para se referir as categorias masculina e feminina, segundo o sexo biológico designado no nascimento. De acordo com Ferreira (2018), a noção de gênero enquanto uma construção sociocultural surge do debate do movimento feminista que compreendia o termo como explicativo, descritivo e analítico das relações baseadas no “sexo”, possibilitando visualizar formas de opressão e desigualdades sociais fundamentadas sobre o termo. A identidade de gênero seria constituída por um conjunto de valores morais e normas estabelecidas no contexto social para definir as relações de poder entre o homem e a mulher, que se estabelece principalmente na família.

Segundo Alves e Horst (2023), a inserção da discussão acerca da temática diversidade sexual e de gênero no Serviço Social brasileiro se apresenta de maneira tardia, embora tais temas se classifiquem “recentes”, não o é no cotidiano do trabalho profissional. Com o engajamento da categoria no enfrentamento à violência contra mulher, pauta fundamental do movimento feminista brasileiro, o serviço social insere a discussão de gênero na sua formação profissional concomitante às lutas das mulheres (Ferreira, 2018).

Apesar do debate acerca do gênero surgir com o movimento feminista, a discussão do tema não limitou-se apenas ao debate sobre mulheres, visto que relaciona-se e abrange o tema das masculinidades, feminilidades, da homossexualidade e das identidades trans. Dessa forma, demandas relacionadas ao gênero passam a ganhar um novo significado, que abrange não somente a defesa e os direitos das mulheres, mas as reivindicações da população LGBTQIAPN+, em razão da identidade e expressão de gênero e da orientação sexual.

Portanto, na atualidade se visualiza um intenso debate sobre gênero que perpassa o cenário social, político, educacional, jurídico e religioso, e que se articula com a discussão sobre família. Necessário mencionar que família e gênero são categorias ditas ora como uma construção sociocultural, ora se limitam a origem biológica, sendo, desse modo, associadas à subjetividade do sujeito, que define para si a concepção legítima dos conceitos.

Assim, a presente pesquisa propõe uma reflexão acerca das concepções de família e gênero, tendo as seguintes perguntas como norteadoras: *O que é família? O que se compreende por gênero na atualidade? Quem tem autoridade para legitimá-las? Quais são as concepções de família e gênero para o Estado, a religião e a sociedade?* A partir dessas questões significativas que se pretendeu desenvolver este estudo.

A abordagem da presente pesquisa se realizou de maneira qualitativa, e conforme os seus objetivos descritiva, tendo em vista que objetivou narrar e interpretar como e porquê ocorrem os fenômenos. De acordo com os seus procedimentos metodológicos foi bibliográfica e documental, em que foram realizados estudos exploratórios acerca da temática no âmbito social, jurídico, religioso e das obras do Serviço Social. Para a devida apreensão e conhecimento do objeto de análise, realizou-se a leitura do material selecionado minuciosamente por meio de produções literárias, coletâneas de textos, documentos eclesiais, e posteriormente efetuou-se a análise e interpretação das categorias família e gênero.

Por fim, os resultados e discussão do tema deste estudo foram estruturados conforme os objetivos da pesquisa, apresentando em cada tópico os fatos e fenômenos que se manifestaram durante a observação e exploração do objeto de estudo.

A evolução do conceito de família e gênero no âmbito sociopolítico

As categorias de família e gênero por muito tempo se fundamentavam como componentes biológicos, apresentando conceitos e variações conforme o contexto sociocultural de uma dada realidade. A família, por exemplo, se retratava como uma instituição natural - e, ao mesmo tempo, mutável - responsável pela proteção e os cuidados direcionados aos seus membros, com o intuito de garantir-lhes o pleno desenvolvimento, a integração social e a transmissão de valores. Quanto ao gênero, estava associado às diferenças sexuais (físicas e biológicas) entre o homem e a mulher, sendo determinantes para se atribuir as distinções entre o sexo feminino e o masculino.

Na modernidade, tais concepções passam por uma nova transformação. De acordo com Bruschini (2015), para compreender a família é necessário dissolver seu aspecto de naturalidade, considerando a capacidade de assumir configurações diversificadas em outras sociedades ou em diferentes momentos sociohistóricos. Assim, a família não mais se constituiria por apenas laços consanguíneos, mas sim pela identificação e pela formação de laços afetivos entre pessoas que possuem uma relação solidária. Em relação ao gênero, este varia enormemente de uma cultura para outra, coexistindo diferentes sentidos de masculinidade e feminilidade, tendo como elementos determinantes não mais o sistema reprodutor feminino e masculino, mas sim, a identidade de gênero⁴.

⁴ Segundo Ferreira (2018), não se trata somente de como os sujeitos se sentem em relação a si, mas como eles se interpretam e gostariam de ser reconhecidos socialmente.

Para iniciarmos a discussão, cabe destacar que com as transformações sociais a ampliação do conceito de família apresentou novas reflexões e discussões em relação às mudanças e transições vivenciadas em sua composição, refletindo na formação e implementação de políticas públicas que oferecem atenção e proteção especial às famílias, com vista à garantia de direitos (Oliveira, 2009). Na contemporaneidade, a realidade social brasileira apresenta variadas configurações familiares (Fernandez, 2021), tais como: *casal sem filhos, famílias chefiadas por mulheres, famílias extensas, casais homoafetivos, família patriarcal, família unipessoal⁵, família anaparental⁶ e família pluriparental, recomposta ou reconstituída⁷.*

Apesar de vivenciar tais transições, uma vez que as relações sociais são dinâmicas, a família apresenta uma (re)construção em sua organização em cada momento histórico, em cada contexto, possuindo um aspecto de variabilidade por estar sempre em movimento, tal como a sociedade, o que prejudica tecer uma única concepção de família, pois ela depende do contexto no qual está inserida (Oliveira, 2009). Assim, as diversas configurações familiares podem ser constituídas de diferentes formas, renovando conceitos preestabelecidos, redefinindo os papéis de cada membro do grupo familiar, considerando o tempo e o espaço sócio-histórico, bem como a trajetória dos próprios indivíduos que a compõem.

O modelo nuclear de família, constituído por um homem, mulher e seus filhos, por muito tempo predominou sobre os demais modelos de famílias. A tentativa de sua conservação como estrutura legítima, segundo Bruschini (2015), iniciou com o modelo de família nuclear burguesa e na sua constituição de relação de poder entre os gêneros, que ao longo do tempo fora transmitida para as famílias trabalhadoras. Posteriormente, tais famílias iriam se tornando cada vez mais semelhantes com o modelo familiar burguês, transformando-se em principal referência na sociedade. Para Dias (2012), a sacralização da família formada por um homem e uma mulher resultou na negação do reconhecimento de relacionamentos familiares constituídos fora da “norma universal”, condenando-os à invisibilidade, ainda que se encontrem no corpo social.

Durante a década de 1960, surgem marcos históricos que ocasionaram transformações profundas na constituição familiar. Com a inserção da mulher no mercado

⁵ Composta por apenas um único membro (Lima, 2018).

⁶ Formada sem a presença de nenhum dos ascendentes (Lima, 2018).

⁷ União de um casal com filho(s) originado(s) de uma relação anterior (Lima, 2018).

de trabalho e as tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial e fertilização *in vitro*, foi proporcionado a mulher o uso de reprodução assistida, exprimindo a noção de escolha e/ou opção para conceber e gerar filhos (Fernandez, 2021). Ademais, na sociedade brasileira, a instituição do direito ao divórcio (Lei nº6.515/1977) possibilitou a dissolução conjugal e a realização de novos casamentos que o homem e a mulher desejassem efetivar, resultando no “aumento de famílias monoparentais e de uniões consensuais em que os laços afetivos predominavam em detrimento da união formalizada” (Fonseca, 2007 apud Fernandez, 2021, p.144).

Na atualidade, a noção de família ainda perpassa o entendimento de *locus* reproduzido de maneira biológica, e isso ocorre pois permanece como indissociável tal concepção do fator biológico, definida e reiterada no âmbito jurídico, religioso, pedagógico, dentre outros (Oliveira, 2009) o que é e como deve ser a família. Porém, torna-se necessário destacar que o grupo familiar, para além de uma unidade biológica, trata-se de um conjunto que deve promover a proteção e a educação, tendo por base o vínculo afetivo entre os membros. Dessa forma, “a nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto se pode deixar de conferir *status* de família” (Dias, 2012, p.42), pois se constitui elemento essencial e determinante na contemporaneidade para se definir o que é família diante da sociedade e das instituições oficiais.

Referente a categoria do gênero, Kimmel (2022) afirma que “deve ser visto como uma montagem fluida e constantemente mutável de significados e comportamentos, reconhecendo assim as diferentes definições de *masculinidades* e *feminilidades*” (p.20). O gênero, portanto, seria constituído por um conjunto de valores, comportamentos e normas construídas e determinadas no contexto social inserido.

No entanto, para os biólogos a fonte do comportamento humano reside em nossas células, e as explicações biológicas por possuírem considerações de caráter científicos objetivos, mantêm destaque em se tratando de explicações acerca da diferenciação de gênero, visto que se apresentam conforme as nossas observações: homens e mulheres parecem ser diferentes (Kimmel, 2022, p.31). Todavia, os genes de fato não ordenam o comportamento humano, uma vez que o indivíduo é dotado de capacidade para tomar decisões conforme anseie, mas não se pode negar as diferenças anatômicas visíveis que existem entre homens e mulheres, como por exemplo o sistema reprodutor feminino e masculino.

Nesse sentido, torna-se necessário ressaltar que não se deve desconsiderar os aspectos biológicos do corpo humano, que enfatizam as diferenças entre o sexo feminino e o masculino. Mas tais fatores não são suficientes para determinar os papéis e os comportamentos sociais atribuídos a cada gênero, que são construídos por meio de aspectos socioculturais e singulares de cada indivíduo.

A travessia da concepção de família e gênero no contexto jurídico

No campo jurídico, os conceitos de família e gênero foram adquirindo novos olhares à medida que se observava a necessidade de atualizações nas normas jurídicas face às transformações sociais. Embora tardias, tais inovações no ordenamento jurídico contribuem para uma atuação mais eficaz do poder político considerando as demandas sociais.

O antigo Código Civil de 1916, por exemplo, compreendia a família “legítima” constituída apenas pelo casamento e pelos vínculos consanguíneos, conforme art. 229 em que diz “criando a família legítima, o casamento legitima os filhos comuns, antes deles nascidos ou concebidos” (Brasil, 1916). Além disso, de acordo com Neto (2003), nas Constituições Federativas do Brasil, de 1934 a 1946⁸, o núcleo familiar formado pelo matrimônio sempre desfrutou de especial proteção do Estado, sendo o casamento considerado fundamento essencial para a constituição familiar.

Na atual Constituição de 1988, por meio do art. 226, há um marco no reconhecimento de três concepções como entidades familiares: *a família matrimonial* (§ 1 e § 2); *a união estável* (§ 3) e *a família monoparental* (§ 4), porém, permanecendo ainda como expressão predominante a família formada pelo casamento.

A Carta Magna de 1988 compreende que a família se constitui como um lugar de proteção que deve assegurar, com prioridade máxima em relação à criança, ao adolescente e ao jovem, um ambiente seguro, de garantias de direitos legitimados no Estado Democrático de Direito. Neste sentido, o núcleo familiar se responsabiliza pela

⁸ **Constituição de 1934: Art. 144** = “A família constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação do casamento, havendo sempre recurso *ex officio*, com efeito suspensivo.”

Constituição de 1937: Art. 124 = “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proteção dos seus encargos.”

Constituição de 1946: Art. 163 = “A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.”

promoção dos cuidados afetivos e materiais de crianças e adolescentes, e conta com a proteção e assistência do Estado para cumprir seu papel, um dever conjunto entre família-Estado, conforme preconiza o art. 227 da Lei Maior.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069/1990, há o reconhecimento da existência de três modelos familiares, denominados de *natural*, *extensa* e *substituta*:

Art. 25 – Entende-se por *família natural* a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por *família extensa ou ampliada* aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Brasil, 1990)

Art. 28 – A colocação em *família substituta* far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. (Brasil, 1990)

Observa-se que, embora haja o reconhecimento da família formada pelos moldes tradicionais (“natural”), o ECA também se fundamenta na concepção da socioafetividade⁹, o qual pode ser reconhecido por meio da guarda, tutela ou da adoção.

Quanto ao atual Código Civil, promulgado em 2002, este adere a concepção da Carta Magna de 1988 acerca da família, do casamento e da união estável, que cabe destacar, ambos são precisos quando a reconhecem como unidade familiar formada entre o homem e a mulher:

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o *homem e a mulher*, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (Civil, 2002)

Art. 226, § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o *homem e a mulher* como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Brasil, 1988)

Tal especificação na legislação brasileira exigiram novas interpretações por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, no qual equiparam as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis

⁹ Trata-se de relações familiares que estabelecem vínculos de parentesco com base no afeto, sem que estejam, necessariamente, ligadas pelos laços biológicos.

entre homens e mulheres, legitimando, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. Posteriormente, a Resolução nº 175/2013, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e proposta pelo ex-ministro Joaquim Barbosa, vedou às autoridades competentes a recusa de habilitação e celebração de casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo, como forma de garantir o reconhecimento do modelo familiar.

Em 2023, a discussão acerca do reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo voltou ao debate no campo político e jurídico. O Projeto de Lei (PL) 5167/09, de autoria do deputado Capitão Assunção (PL/ES), que proíbe que relações entre pessoas do mesmo sexo equiparem-se ao casamento ou a entidade familiar, causou bastante polêmica por representar um retrocesso no reconhecimento da união homoafetiva na legislação brasileira.

A referida proposta encontra-se apensado ao PL 580/07, do ex-deputado Clodovil Hernandez (PTC/SP), que inclui no Código Civil a possibilidade de que duas pessoas do mesmo sexo possam constituir união homoafetiva por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais, garantindo o direito ao acesso aos benefícios atribuídos às pessoas casadas e aos direitos sucessórios. Atualmente a proposta encontra-se em tramitação para ser analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Ademais, em 2024, considerando as mudanças sociais e a necessidade de atualização das legislações brasileiras, foi apresentada uma proposta de alteração e modernização do Código Civil de 2002, elaborada por uma comissão de juristas formada pelo então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O documento foi revisado e o seu relatório final aprovado, em abril de 2024, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A proposta do relatório final sugere alterações que ampliam o conceito de família ao reconhecer a família conjugal (formada por um casal); o vínculo não conjugal (mãe e filho, irmã e irmão), denominada de “família parental”; o reconhecimento da socioafetividade e da multiparentalidade¹⁰; e a legitimação das uniões homoafetivas, retirando para isso as menções a “*homem e mulher*” nas referências a casal ou família no art. 1.723 (Agência Senado, 2024).

¹⁰ Coexistência de mais de um vínculo materno ou paterno em relação a um indivíduo.

Para Dias (2012), o alargamento do conceito de família ocasiona uma profunda transformação ao banir discriminações no campo das relações familiares. Dessa forma, entende-se que desde a promulgação da Constituição de 1988, a legislação brasileira possibilitou a inclusão de novos modelos familiares merecedores da proteção estatal para além da família nuclear ou constituída pelo casamento. As normas constitucionais e os textos jurídicos caminham na tentativa de acompanhar a evolução das relações familiares, que se reinventam a cada momento sócio-histórico, o que torna um desafio para contemplar a diversidade familiar existente na sociedade.

Assim, do ponto de vista jurídico, os elementos consanguíneos e o matrimônio não constituem mais como parâmetros para determinar um vínculo ou uma relação familiar. Todavia, cabe ressaltar que a consanguinidade não deve ser, de todo modo, desconsiderada, pois “a formação de família parte de elementos naturais (consanguíneos) e estende-se ou une-se aos vínculos socioafetivos” (Fernandez, 2021, p.151). Questões como afetividade, proteção e convivência, ao longo do tempo, possuem maior destaque para garantir os direitos às famílias que não correspondem aos moldes originários (casamento e procriação), considerando o princípio da igualdade, ou da isonomia, que dispõe da aplicabilidade da lei a todos igualmente, sem considerar suas distinções.

Em relação a categoria do gênero, nos textos jurídicos atua como sinônimo de sexo¹¹, considerando apenas a figura feminina e masculina mediante uma perspectiva biológica. No Código Civil de 1916, a mulher permanecia sob a sombra da figura masculina que exercia o papel de autoridade no seio familiar, embora fosse direcionado à mulher o zelo pela direção na esfera privada (lar).

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. (Brasil, 1916)

Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família. (Brasil, 1916)

Verifica-se que no antigo Código Civil brasileiro de 1916, a figura masculina era associada aos aspectos de poder, força e autoridade, enquanto a feminina à submissão, os cuidados pelo lar e os filhos. As decisões familiares ficavam ao encargo do homem, que poderia, inclusive, autorizar a entrada da mulher no mercado de trabalho¹². Com o

¹¹ Segundo Kimmel (2022), o *sexo* trata-se do aparato biológico do masculino e feminino, ou seja, a organização cromossômica, química e anatômica do sujeito.

¹² **Art. 242.** A mulher não pode, sem autorização do marido, exercer a profissão.

Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/1962), a participação feminina na autoridade familiar passou a ser valorizada:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interêsse comum do casal e dos filhos. (Brasil, 1962)

Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade. (Brasil, 1962)

Com a aprovação da Lei do Divórcio em 1977, houve avanços significativos para que os direitos entre os homens e as mulheres fossem mais igualitários, o que se consolidou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece no art. 5º, inciso I, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

O atual Código Civil de 2002, em seu art. 1.631 determina que “durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade” e no art. 1.565 estabelece que “pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família”, garantindo assim a igualdade parental.

No entanto, o gênero no campo social, compreendido enquanto o modo em que se vive a diferença entre os sexos em cada cultura (Kimmel, 2022), sendo uma construção social, ainda permanece invisível nas normativas jurídicas, reconhecendo apenas os sexos feminino e masculino enquanto identidade de gênero.

Em 2013, a fim de garantir o direito à identidade de gênero - entendida como o modo que indivíduo se sente ou identifica a si mesmo, o qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento - os deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Érika Kokay (PT/DF) apresentaram o PL 5002/13. A referida proposta objetivava garantir o direito ao reconhecimento de toda pessoa quanto a sua identidade de gênero e a ser tratada de acordo como tal, identificada dessa maneira nos instrumentos de identidade

Art. 243. A autorização do marido pode ser geral ou especial, mas deve constar de instrumento público ou particular previamente autenticado.

Paragrapho unico: O supprimento judicial da autorização valida os actos da mulher, mas não obriga os bens propios do marido. (Brasil, 1916)

pessoal (Brasil, 2013). O PL 5002/13 foi amplamente discutido nos setores sociais e políticos devido ao seu teor, sendo arquivado no ano de 2019 pela Mesa Diretora.

Em 2020, o deputado Filipe Barros (PL/PR) apresentou o PL 2578/20 que determina que o gênero de um indivíduo seja baseado no sexo biológico ao nascer e nas características sexuais primárias e cromossômicas (Brasil, 2020). A justificativa para a proposta se fundamenta na diferença entre o uso do termo “gênero” utilizado pela legislação - que seria um sinônimo para sexo biológico - e por movimentos sociais, que segundo o deputado, defendem a ideologia de gênero¹³. Atualmente a proposta de lei encontra-se em tramitação para ser analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Apesar da dinâmica social e dos avanços nas normativas jurídicas, a concepção acerca do “gênero” no ordenamento jurídico permanece em um viés determinista biológico, com avanços pouco expressivos na inclusão do termo na legislação enquanto perspectiva construtivista sociocultural, que está presente por meio do posicionamento do STF e do CNJ, através do reconhecimento das uniões homoafetivas. As diferentes visões e compreensão sobre a questão ocasionam disputas entre movimentos sociais no âmbito jurídico-político brasileiro.

Família e gênero em conflito no universo cristão católico

Considerando que o Cristianismo abrange diversos segmentos, os quais não seria possível apresentá-los integralmente neste item, abordaremos apenas a percepção católica acerca dos conceitos de família e de gênero. A escolha desse segmento se dá devido ao interesse acerca dessa perspectiva sobre a questão, uma vez que a fé católica exerce ampla influência na visão de mundo da pesquisadora desta pesquisa.

De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (2000), a família se refere a célula originária da vida social, *lócus* em que se apreende os valores morais e culturais, sendo o seio familiar a inicialização à vida em sociedade. Segundo a visão católica, as figuras do homem e da mulher recebem um papel central na constituição da família. Ao unirem-se em matrimônio, o homem e a mulher formam com os seus filhos uma família, devendo o modelo heterossexual ser considerado referência no meio social e perante a Igreja, tendo

¹³ Expressão usada pelos críticos da ideia de que os papéis de gêneros são construções sociais.

como modelo perfeito a Sagrada Família, “na qual Jesus Cristo viveu sujeito a Maria Santíssima e a São José” (CIC, 2015, p.18).

Os discursos que sondam a família nuclear e as relações monogâmicas atuam como normas morais que regem a doutrina católica. Todavia, em uma perspectiva progressista cristã, o Manual de Cristianismo e LGBTI+ (2021) afirma que a família fundada no modelo heterossexual, com fins reprodutivos, por muito tempo definiu a heterossexualidade como norma que regula tanto as pessoas quanto as relações que vivenciam (ou como deveriam vivenciar). Tais críticos à norma binária de gênero e ao modelo instituído como referência de família (formado pelo homem e a mulher), são considerados opositores do modelo cisheteronormativo¹⁴, apresentando-se como contrários aos costumes e à moral religiosa.

Para a Doutrina Social da Igreja, tais posicionamentos e concepções convergem para a negação da diferença sexual e da procriação como fatores relevantes para a construção da família (Congregação para a Educação Católica, 2019). A complementaridade dos sexos masculino e feminino, segundo a doutrina católica, se realiza plenamente na família, interligada à própria finalidade do matrimônio, o qual afirma que “o matrimônio e a família estão ordenados para o bem dos esposos e para a procriação e educação dos filhos” (CIC, parágrafo nº 2201).

Nesse sentido, concepções de gênero atrelados aos modelos familiares entram em conflito quando negam a diferenciação e a reciprocidade do homem e da mulher. É o caso das uniões homoafetivas, que não correspondem ao modelo familiar idealizado e proposto pela Igreja Católica. Segundo a Congregação para a Doutrina da Fé (2003), no plano do Criador, a complementaridade dos sexos (masculino e feminino) e a fecundidade pertencem à própria natureza da família e do matrimônio. Dessa forma, as relações homoafetivas não possuem fundamento para serem equiparadas com a união entre o homem e a mulher, pois estão em contraste com a lei moral natural, de acordo com a Igreja Católica.

Os actos homossexuais, de facto, « fecham o acto sexual ao dom da vida. Não são fruto de uma verdadeira complementaridade afectiva e sexual. Não se pode, de maneira nenhuma, aprovar » (Congregação para a Doutrina da Fé, 2003).

¹⁴ A cisheteronormatividade se refere a naturalização de que existe apenas uma única forma específica de se relacionar. Por exemplo: um homem cisgênero se relaciona com uma mulher cisgênero, o que contribui para a normatização do binarismo de gênero (masculino e feminino).

Com o dinamismo sociocultural, cabe destacar que as concepções de *sexo* e *gênero* recebem novos olhares, atuando não mais como sinônimos, mas como conceitos distintos entre si. Através da segunda onda do movimento feminista (1960-1970), o conceito de gênero se apresenta como uma construção social do que significa ser homem e ser mulher no âmbito das relações sociais. Tal concepção é defendida pelos adeptos da ideia de que o gênero é um fator regulador da vida social dos seres humanos, o qual define comportamentos culturalmente designados para homens e mulheres, de acordo com o seu sexo: que tipos de relacionamentos devem ter, como devem exercer sua sexualidade, os trabalhos que devem praticar, as relações de poder entre os gêneros, etc. (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021).

De acordo com Kimmel (2022), a perspectiva da socialização do gênero, em suma, se fundamenta no pensamento de que homens e mulheres são diferentes porque foram ensinados a serem diferentes. Nesta perspectiva, o processo de socialização e a cultura criam a diferença entre a masculinidade e a feminilidade, e não o sexo determinado a cada indivíduo. Essa relação estabelecida entre sexo e gênero, dado como a ordem natural, atua para criar modos de controle social para definir os papéis de cada sexo/gênero, excluindo aquelas pessoas que não se encaixam nesses papéis pré-definidos (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021).

Nesta discussão, observa-se que a perspectiva conservadora e progressista cristã compreendem o *sexo* como o conjunto de características genéticas, anatômicas, fisiológicas e reprodutivas com os quais a pessoa nasce, aspectos que define em quais categorias pertence: feminina ou masculina (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021; Congregação para a Educação Católica, 2019). A divergência entre os dois segmentos se encontra em torno da concepção de *gênero*, que para a perspectiva conservadora católica não há uma separação ou distinção com sexo (Congregação para a Educação Católica, 2019), permanecendo ainda como similares; para a perspectiva progressista o gênero atua como dispositivo de poder e regulador da vida social, para justificar opressões hierárquicas e discriminações legitimadas (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021).

A Igreja Católica defende que a separação entre o sexo e o gênero possui como conseqüências o surgimento de diversas “orientações sexuais”¹⁵, que não se baseiam mais

¹⁵ De acordo com Ferreira (2018), trata-se da identificação com as categorias socialmente reconhecidas e validadas sobre um determinado desejo e prática afetiva e/ou sexual com outras pessoas. O autor afirma que o termo "orientação sexual" deve substituir o termo "opção sexual", uma vez que o desejo já força essa

pela relação heterossexual, assumindo outras formas determinadas e praticadas pelo próprio indivíduo segundo a sua vontade (Congregação para a Educação Católica, 2019). Tais concepções se desvinculam da origem biológica do sexo/gênero, submetendo a identidade sexual a um processo contínuo de construção da própria identidade, sexualidade e expressão de gênero¹⁶. A chamada *ideologia de gênero*, criticada fortemente pela Igreja Católica, seria um “processo progressivo de desnaturalização ou distanciamento da natureza dirigindo-se para uma opção total pelas decisões do sujeito emotivo” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p.11), que tornam a identidade sexual e a família dimensões fluídas, fundadas apenas na liberdade do sentimento e do desejo momentâneo.

Nesta perspectiva, a doutrina católica compreende que a negação da diferenciação sexual e da complementaridade entre o homem e a mulher, enquanto fatos da própria criação divina, reflete na desconstrução do próprio ser humano e da instituição familiar. A utopia do “neutro” remove tanto a dignidade da pessoa humana como a qualidade da transmissão generativa da vida, esvaziando-se a base antropológica da família (Congregação para a Educação Católica, 2019).

O olhar do Serviço Social brasileiro sobre família e gênero

Conforme Ferreira (2018), o trabalho dos/as assistentes sociais com famílias possui uma longa trajetória, considerando que configura uma demanda desde a institucionalização do serviço social no Brasil. No entanto, torna-se necessário uma compreensão mais ampla do conceito “família” na atualidade, vez que coexistem diversas configurações familiares. Portanto, a referência familiar não pode ser limitada à família nuclear ou pré-concebida por princípios religiosos ou moralistas, considerando as diversas formas de estabelecer laços familiares.

A família, segundo Ferreira (2018), não se constitui “nem pelas relações consanguíneas, nem pelas relações formais de filiação, nem pela promessa de felicidade e amor, mas pela possibilidade de sujeitos se unirem para terem certos tipos de direitos e de políticas sociais” (p. 102). Dessa forma, a família surge como estratégia de proteção

escolha. Por exemplo, os homossexuais fazem a opção de serem reconhecidos socialmente como tais, mas não escolheram sentir atração ou desejo por outros homens.

¹⁶ Modo como um indivíduo manifesta a sua identidade de gênero socialmente por meio de roupas, cabelo, comportamento, e outras características.

social para reconhecimento de direitos e políticas públicas, afastando-se das concepções de relações familiares serem constituídas por laços afetivos ou consanguíneos.

A referência do modelo familiar (ou seja, da família tradicional) advém da norma da heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias, tendo como comparação as famílias homossexuais com as heterossexuais, em que as segundas estabelecem sobre as primeiras normas do que nos foi ensinado como verdadeiro (Ferreira, 2018). Em outras palavras, é fundamental e indispensável que em um grupo familiar coexistem figuras parentais que exerçam o papel de pai e mãe, conforme os papéis de gêneros construídos pela sociedade, para que assim haja equilíbrio e complementaridade.

O seio familiar, dessa forma, torna-se o primeiro local onde aprendemos tudo aquilo que se refere à noção de gênero e às expectativas da sociedade em torno deste. A partir da família que aprendemos como devemos nos portar socialmente, produzindo desigualdades aos papéis do homem e da mulher: na figura masculina cabe o papel de provedor e de autoridade, enquanto a feminina se atribui a função doméstica e, sobretudo, o papel de mãe (Bruschini, 2015).

Para Ferreira (2018), tais características dualistas e binárias (diferenciação e complementaridade do sexo masculino e feminino) não demonstram a veracidade de certas qualidades e funções serem tipicamente designadas como masculinas e outras femininas. Tal pensamento se justifica considerando que o comportamento humano não se restringe estritamente ao controle dos genes e, portanto, cada indivíduo construiria sua própria identidade considerando influências externas como a família, a cultura, a educação e a sociedade. Esse posicionamento torna-se radical a biologia, uma vez que desconsidera aspectos biológicos que distinguem o sexo masculino e feminino.

Desse modo, a perspectiva de gênero definida pelo aparato biológico é bastante criticada pelo Serviço Social, visto que os/as profissionais devem se comprometer no atendimento de demandas sociais e, considerando o tema em questão, possui como pressuposto que a defesa da diversidade sexual e do feminismo são essenciais para o fortalecimento do projeto ético político profissional (Alves e Horst, 2023). A defesa dessas pautas busca romper com os papéis de gênero estabelecidos como "naturais" pela sociedade, bem como implica na livre expressão de qualquer identidade de gênero para além da cisgeneridade e a desassociação da mulher ao papel de cuidadora (Ferreira, 2018).

Ocorre que são cada vez mais frequentes as reivindicações do movimento LGBTQIAPN+ no que se refere ao reconhecimento de direitos, como por exemplo à alteração do prenome no registro civil, o direito ao nome social, à proteção social e o acesso a transgenitalização¹⁷ pela rede pública de saúde. Na contemporaneidade nota-se como mais um dos objetivos do referido movimento o fim da influência religiosa nos processos políticos e jurídicos, pois argumentam que o fundamentalismo religioso interfere na criação de políticas públicas e dispositivos legais, dificultando o acesso aos direitos sociais e o avanço da agenda da diversidade sexual e de gênero.

De acordo com Ferreira (2018) e Alves e Horst (2023), o movimento conservador combate tal agenda por sentir-se ameaçado a perder o *status quo* em detrimento de qualquer mudança - pois a tendência da sociedade tradicional é a de padronizar a heteronormatividade pela pauta "*em defesa da família*". Os autores afirmam que o movimento conservador vê o alargamento dos direitos LGBTQIAPN+ como uma ameaça à família, à moral e aos bons costumes, pois a instituição familiar figura como principal objeto de investimentos no âmbito político. Logo, o serviço social tende a defender que a população LGBTQIAPN+ permanece à margem da sociedade e do próprio Estado, lidando diariamente com violações e discriminações tratadas como "opiniões pessoais", tendo direitos violados, além daqueles que não são historicamente garantidos por lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções sobre famílias e gênero encontram-se em constante transformação e resignificação, surgindo novas interpretações que influenciam o campo social, político e jurídico, considerando o contexto sócio-histórico e a dinâmica das relações sociais. A família, de acordo com a percepção sociopolítica e jurídica, configura-se como uma instituição natural, cultural e histórica, não considerando necessariamente a consanguinidade, uma vez que os laços consanguíneos não pressupõem uma relação afetiva e solidária entre os membros familiares. A afetividade, a proteção e os cuidados tornam-se, portanto, aspectos primordiais para se definir e reconhecer o que é família na contemporaneidade.

¹⁷ Procedimento cirúrgico de redesignação sexual, que visa adaptar as características físicas e dos órgãos genitais de uma pessoa transgênero para o qual se identifica com o corpo que considera adequado.

Referente ao gênero - categoria apresentada pelo construtivismo social para se estabelecer os papéis do homem e da mulher dentro de uma dada realidade - embora se apresente como produto do processo de socialização, aspectos anatômicos do corpo humano ainda figuram fatores primordiais para diferenciar o masculino e feminino, como é o caso das normas jurídicas brasileiras e da doutrina católica. O Cristianismo, por exemplo, preserva a diferença sexual enquanto condição necessária para a procriação e distinção dos papéis do homem e da mulher, que não produziria uma supressão de um gênero sobre outro, mas uma complementaridade entre os dois, de acordo com o plano divino.

O Serviço Social no decorrer desse debate busca se distanciar de concepções consideradas conservadoras e moralistas, com o intuito de abranger todos os indivíduos sociais que não correspondem aos conceitos determinados socialmente como referência ou padrão. Por se constituir uma profissão essencial na garantia, defesa e viabilização dos direitos sociais, o Serviço Social se posiciona pela defesa das chamadas minorias sociais como forma de ampliar os direitos civis, sociais e políticos de tais grupos.

A razão para que as concepções de famílias e gênero permaneçam como teor de discussão se justifica pelas reivindicações que os movimentos sociais (como o movimento LGBTQIAPN+) e religiosos apresentam no âmbito das políticas públicas, palco de disputa política e de poder. Enquanto afirmamos e defendemos que essas questões são de ordem subjetiva, ao mesmo tempo debatemos publicamente sobre a afirmação e/ou negação de direitos e expressões devido à valores morais e pessoais. Nesta linha tênue, se estabelece um profundo debate que trata do reconhecimento e a legitimação das concepções acerca de família e gênero, que se entrecruzam nas dimensões sociais, políticas, jurídicas e religiosas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Projeto estabelece que gênero é igual ao sexo biológico ao nascer**. Distrito Federal: 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/715098-projeto-estabelece-que-genero-e-igual-ao-sexo-biologico-ao-nascer/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%202578,no%20momento%20de%20seu%20nascimento%E2%80%9D>. Acesso em: 21 ago. 2024.

_____. **Projeto inclui no Código Civil proibição de união homoafetiva.** Distrito Federal: 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/999217-projeto-inclui-no-codigo-civil-proibicao-de-uniao-homoafetiva#:~:text=Desde%202011%2C%20o%20Supremo%20Tribunal,est%C3%A1veis%20entre%20homens%20e%20mulheres>. Acesso em: 19 ago. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Código Civil: conheça as propostas de juristas para modernizar a legislação.** Distrito Federal: 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/04/codigo-civil-conheca-as-propostas-de-juristas-para-modernizar-a-legislacao>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ALVES, L. Nogueira; HORST, Claudio H. Miranda. Serviço Social, diversidade sexual e de gênero: cinco notas para o debate. IN: DUARTE, M. J. de Oliveira [et al]. **Sexualidades e Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais.** Juiz de Fora-MG. Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/////LEIS/L3071.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm. Acesso em: 20 de ago. 2024.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022. **Institui o Código Civil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.002, de 20 de fevereiro de 2013.** Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 21 ago.. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.578, de 15 de maio de 2020.** Determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252276>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria Crítica da Família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. p. 51-82. São Paulo: Cortez, 2015.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. <<**Homem e Mulher os criou**>> **Para uma via de diálogo sobre a questão *gender* na educação**. Cidade do Vaticano, 2019.

Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20190202_maschio-e-femmina_po.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Considerações sobre os projectos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais**. Cidade do Vaticano, 2003. Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20030731_homosexual-unions_po.html. Acesso em: 26 ago. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **Família homoafetiva**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 2, n. 03, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2282>. Acesso em: 9 ago. 2024.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Famílias: a travessia de concepções jurídicas na sociedade brasileira. In: **Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Marinez Gil Nogueira Cunha, Lidiany de Lima Cavalcante e Cristiane Bonfim Fernandez (Orgs). Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e de gênero e o Serviço Social no Sociojurídico**. São Paulo: Cortez, 2018.

KIMMEL, Michael. **A sociedade de gênero**. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

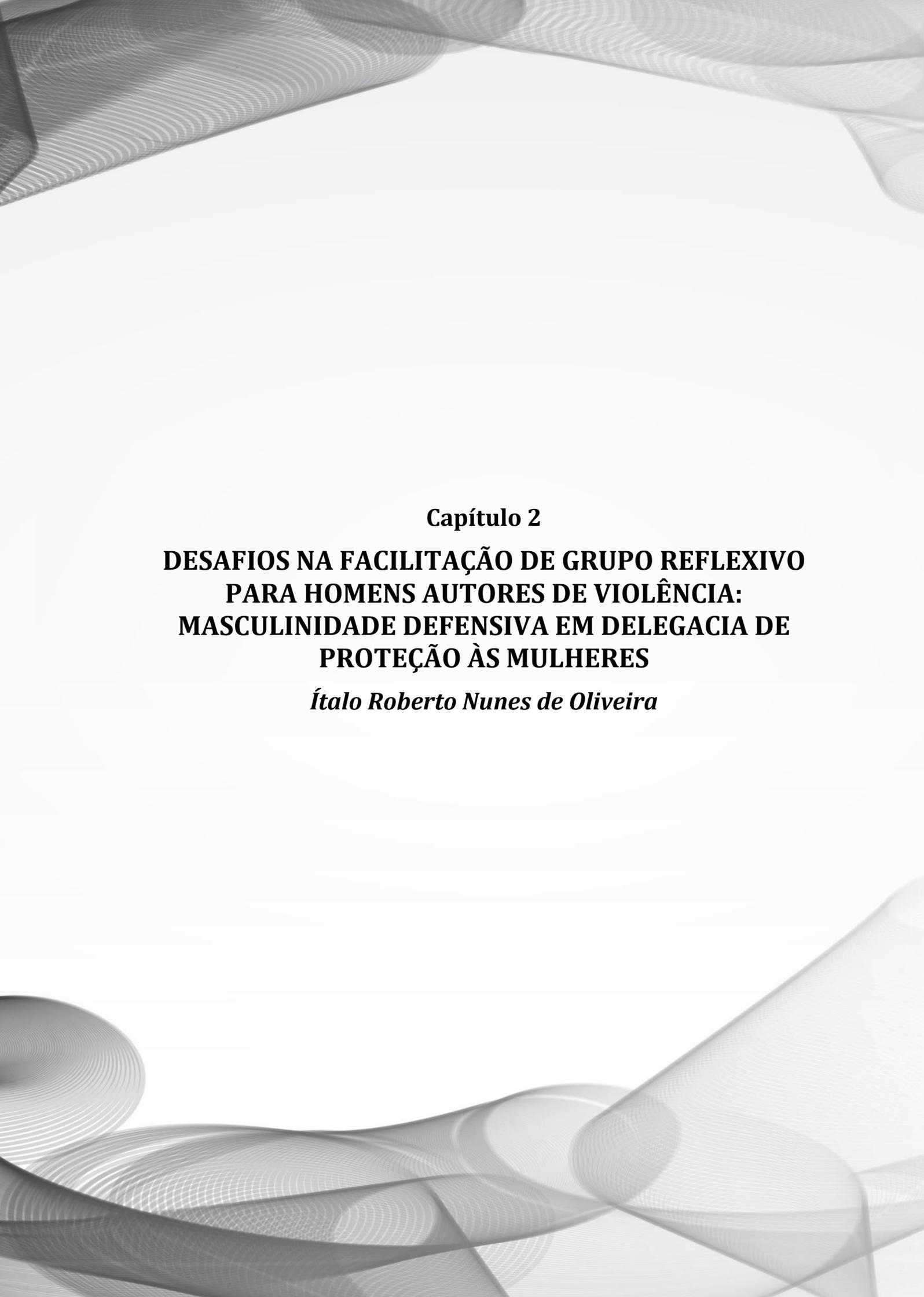
LIMA, Erika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. Entidades familiares: uma análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudência. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 171, ano 21, abr., 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso e MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In **Revista Katályses**. Florianópolis, v.10

MANUAL DE CRISTIANISMO E LGBTI+ [livro eletrônico]. Simón Casal, Toni Reis (Orgs). Curitiba, 2021. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-cristianismo-gay-latino-version-2022-01-25.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

NETO, Francisco Bruno. **Constituição Federal: academicamente explicada**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.



Capítulo 2

**DESAFIOS NA FACILITAÇÃO DE GRUPO REFLEXIVO
PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA:
MASCULINIDADE DEFENSIVA EM DELEGACIA DE
PROTEÇÃO ÀS MULHERES**

Ítalo Roberto Nunes de Oliveira

DESAFIOS NA FACILITAÇÃO DE GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: MASCULINIDADE DEFENSIVA EM DELEGACIA DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Ítalo Roberto Nunes de Oliveira

Psicólogo Policial na DPCAMI – Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Balneário Camboriú. Mestre em Psicologia pela UFSC. E-mail de contato.

talupsic84@gmail.com. Não recebeu financiamento.

RESUMO

A Lei Maria da Penha é um recurso jurídico para suprimir a dominação do gênero masculino sobre o feminino, que prevê a atenção aos homens, os posicionando em possibilidades de transformação em suas subjetividades e relações violentas. Este trabalho propõe compartilhar a experiência de um grupo reflexivo para homens autores de violência em delegacia de proteção às mulheres, em Balneário Camboriú. A metodologia grupal voltada para este público foi baseada nas recomendações e critérios mínimos a partir de estudo nacional, validado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a aplicação de medidas restritivas de segurança requeridas pelas mulheres, os homens foram convidados para participar da formação do grupo, sendo o comparecimento voluntário. Totalizaram dez encontros, ocorridos entre setembro e novembro de 2023, mediados por um psicólogo cis-branco-homossexual e por uma psicóloga cis-branca-heterossexual. A condução do grupo se revelou como um fenômeno dosado por impasses, sendo necessárias estratégias facilitadoras e persistência para dismantelar as estruturas da "masculinidade defensiva", que se baseia na recusa da perda de poder e ausência de responsabilização desses homens. O desafio atual no cenário policial gira em torno da sustentabilidade de esforços, articulada com o sistema judiciário, que implica em transformar a socialização dos homens, com vistas a eliminar a violência como prática masculina. É fundamental ressaltar que os objetivos dessa experiência delineiam uma possível avaliação dos resultados, incorporando uma análise qualitativa e quantitativa para fins de garantir um processo psicoreflexivo eficaz na redução da violência contra as mulheres e na promoção da equidade de gênero.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, Masculinidade, Grupo reflexivo para homens autores de violência.

Introdução

A Lei Maria da Penha possui uma abordagem multiprofissional, especialmente no que diz respeito à prevenção e proteção da violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta legislação estabelece ações de segurança destinadas ao gênero feminino independentemente do tipo de violência, sendo amplamente conhecidas socialmente as de afastamento do suposto autor e/ou a proibição de contato (Brasil, 2006). Esta lei também inclui a promoção de grupos de atendimento a homens, existindo algumas perspectivas sobre como esses serviços devem ser definidos. Os facilitadores ao desenvolverem este grupo reflexivo piloto para homens, adotaram a metodologia estabelecida nas recomendações e critérios mínimos com base no mapeamento nacional de Beiras, Martins, Sommariva e Hugill (2021), que foi validada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As delegacias de atendimento à mulher são previstas pela Lei Maria da Penha em todo o território nacional (Brasil, 2006), e em Santa Catarina, temos as Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (Polícia Civil de Santa Catarina, 2022). Nestes espaços, mulheres são atendidas desde o registro da denúncia até os encaminhamentos legais e socioassistenciais. À primeira vista, pode parecer contraditório de posições, já que se atenderia homens em um espaço dedicado à proteção da mulher. Nessa ideia de dualidade, também de imediato, a dicotomia de gênero é interpretada na diferença biológica, porém, essa categoria constitui-se como uma construção social, segundo os escritos de característica pós-estruturalistas de Butler (2003).

A realização de grupos reflexivos direcionados para homens autores de violência em delegacia traz desafios. Perante as dificuldades constatadas é possível se conjecturar em estratégias para condução de trabalhos neste contexto. Buscou-se problematizar estas intervenções em delegacia de proteção à mulher, com base nas percepções de um dos facilitadores. Para isso, realizou-se uma revisão teórica em relação ao estudo de masculinidade articulada com a violência e a metodologia escolhida para a condução do grupo reflexivo direcionado a homens.

Referencial Teórico

Nos trabalhos de erradicação da violência contra a mulher é importante adotar uma abordagem “feminista não separatista” (Vigoya, 2018), que reconheça a

interdependência entre os gêneros, alinhando as demandas de gênero ao estudo das masculinidades, com vistas a produzir reflexões quanto a transformações da violência contra as mulheres. Para Saffioti (2001), a contribuição das diversas correntes do feminismo partem do questionamento das análises dualistas. Essa autora defende o paradigma de interpretação de gênero, que engloba todas as desigualdades sociais a partir das dinâmicas de poder.

Essa presunção contribui para a compreensão sobre as violências de gênero, que estruturam o sistema patriarcal, operando normas sociais. Nesta vertente, o construcionismo social (Gergen & Gergen, 2010) garante a ideia da regulação de ações baseadas em processos sociais. Neste passo, Beiras e Cardoso (2017) discutem as masculinidades, considerando o significado da linguagem que deriva de padrões de relacionamento. Nesta perspectiva, a masculinidade é um ideal historicamente construído, caracterizada pelo exercício do poder nas relações de gênero e legitimação de ações violentas (Kaufman, 1999; Silva, 2006; Beiras et al, 2021).

Os aspectos considerados masculinos são valorizados, fortalecendo a ideia de superioridade masculina e hierarquias de gênero, ao mesmo tempo formulando as subjetividades masculinas (Welzer-Lang, 2001; Connell & Messerschmidt, 2013). Dito isso, o método empregado na condução de grupo reflexivo para homens autores de violência visa transformar as relações violentas estabelecidas entre os gêneros a partir da mudança da subjetividade masculina, sendo essencial abordar questões de gênero e dinâmicas de poder para assim compreender os sentidos da violência no modo de ser homem, convocando-o para a responsabilização.

A realização de grupos reflexivos para homens autores de violência em delegacia de proteção á mulher traz impasses, considerando os efeitos da “masculinidade defensiva”. Essa designação refere-se ao modo como o homem recorre ao paradigma racional para compreender a realidade e enfatiza a necessidade de comprovação das acusações. Este padrão persistente de justificativas e negações das ações violentas torna resistente aos homens abdicarem do posto de superioridade que buscam ocupar. Nesta idealização, a masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013) é definida pela valorização de um modelo masculino dominante. Para que esse sistema funcione, é essencial que haja um “acordo” entre os homens, com o objetivo de sustentar e manter a posição de poder e hegemonia da masculinidade, o que ocorre através da socialização masculina.

Método

Este trabalho é um relato de experiência baseado nas percepções de um dos facilitadores do grupo reflexivo voltado para homens autores de violência. Os participantes concederam formalmente seus consentimentos da intervenção para fins de análise profissional, com os devidos cuidados éticos. Este estudo baseia-se na subjetividade do autor e optou-se na não submissão junto ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos. Assim, não foram registradas falas específicas dos participantes, que não foram gravadas nem transcritas. O instrumento de coleta e registro de dados utilizado foi o diário de campo.

Inicialmente para a realização do referido grupo, foram realizadas entrevistas de triagem para estabelecer critérios de inclusão e exclusão. Foi verificado, conforme as diretrizes elaboradas por Beiras et al (2021), se os participantes eram autores de violência sexual, profissionais da segurança, condições gerais de adoecimentos, especialmente aspectos da saúde mental, e se faziam uso de substâncias que alteram a consciência, como álcool e/ou outras drogas. Esses fatores supracitados podem comprometer o andamento grupal e o processo de reflexão, portanto, não sendo recomendável para integrar estes grupos reflexivos. Das 12 entrevistas iniciais realizadas, 11 homens foram selecionados, dos quais 05 integraram o trabalho, e após o início, eles concordaram com a entrada de mais 01. Parece razoável dizer que o grupo começou aberto e depois tornou-se fechado, totalizando 06.

Os encontros foram realizados entre os meses de setembro e novembro de 2023, finalizados em 10 reuniões mediadas por um psicólogo cis-branco-homossexual e por uma psicóloga cis-branca-heterossexual. No grupo, além da apresentação dos integrantes foi estabelecido as regras de convivência, a escolha e a organização dos temas a serem abordados de acordo com possíveis datas. Com base na perspectiva de gênero e dominação masculina construída historicamente, os disparadores reflexivos foram: a escuta de homens, as concepções de masculinidade, a comunicação não violenta e resolução de conflitos, a identificação e análise das violências, e a equidade de gênero.

Análise e Discussão

Observa-se que em realidade de delegacia, homens acusados de violência contra as

mulheres possuem a necessidade de expressar sua situação e os eventos que levaram à denúncia. A reclamação por estarem na condição de autores de violência doméstica foi uma constância, trazendo questionamento quanto à comprovação dos fatos que culminaram com o registro policial, como se não tivessem “vozes”. Neste passo, o processo grupal reflexivo serve como espaço para falas, sentidos e significados. É fundamental a mobilização de afetos dos homens, visto que a rigidez corporificada e invulnerabilidade ao homem é um aspecto da divisão de gênero, como destacado por Beiras, Benvenuti, Toneli e Cavaler (2020).

Esses pesquisadores do tema de masculinidade apontam que os homens muitas vezes não são encorajados a expressar suas emoções e são incentivados a suprimi-las, o que resulta em uma relutância em demonstrar fragilidade. Vigoya (2018) e Welzer-Lang (2001) ressaltam a vulnerabilidade como componente de risco para a saúde dos homens. Com base nessa ideia, é preocupante as implicações pertencentes ao contexto policial, considerando a visão social que associa os autores de violência doméstica a criminosos, fortalecida em razão da medida restritiva de não aproximação ou afastamento das mulheres que os denunciaram.

Essa premissa sugere a necessidade de desconstrução desses “enquadramentos” (Butler, 2015) para promover transformações mais profundas, como primeiro passo. Esse processo de renomear é crucial para iniciar a transformação (Butler, 2021). Essa abordagem visando a mudança pode influenciar a forma como os participantes reconhecem sua própria masculinidade. Outra constatação observada no grupo foram as fundamentações biológicas de gênero, aportadas como oposição, atribuindo às mulheres como cuidadoras do lar e aos homens como provedores. Isso aponta as categorias analíticas, público, associado ao homem, e privado, à mulher.

O trabalho das mulheres, muitas vezes associado ao ambiente doméstico é frequentemente subestimado em comparação ao papel do homem como provedor principal. De acordo com Saffioti (2001), a estrutura patriarcal está intrinsecamente ligada à dominação e violência perpetrada pelos homens. Questionou-se o que é ser homem, notadamente evidenciaram características tradicionais como pai de família, que homens têm músculos e mulheres hormônios. Um dos integrantes do grupo enfatiza o papel tradicional de homens e mulheres, a mando de um modelo familiar costumeiro, performando um “script” que, quando foge do roteiro, torna-se uma afronta ao homem.

Esse mesmo integrante não aceita o término do relacionamento sem haver uma

justificativa da esposa. Subentende-se à perda da autonomia da mulher e seu destino está fadado ao patriarcado. Os facilitadores buscaram evidenciar que há várias formas de relações, de arranjos familiares, e de homens e mulheres assumirem papéis domésticos. Houve questões sobre o que é “jogos de poder”, giradas em torno do poder construído desde as disputas territoriais. Neste passo, alinhou-se a formulação da masculinidade dominante e tradicional construída historicamente no contexto de guerra (Scott, 2017)

Beiras et al. (2021) reconhece que as dinâmicas de poder relacionadas a gênero podem contribuir para a perspectiva normativa, que redefine constantemente a naturalização da masculinidade (Beiras et al., 2021). Neste grupo reflexivo, a manutenção do poder veio por meio de estratégias que envolvem o código jurídico, buscando, inclusive, defesas por meio de contrato de serviços advocatícios. A linguagem jurídica enfatizada por um dos participantes foi instrumentalizada ao jogo de poder, partindo da ideia da “comprovação” da masculinidade.

Foucault (2000) expande essa perspectiva do poder ao explicar como os aparatos jurídicos contemporâneos produzem o campo de possíveis sujeitos. Para esse autor é que o poder se manifesta como linguagem jurídica, criando e aplicando normas por meio de práticas disciplinares que regulam e reprimem os corpos na vida social. Com base na concepção de Foucault (2000), o poder é entendido como uma força que não apenas estabelece normas e discursos sociais, mas também molda a subjetividade, intrinsecamente ligada às condições históricas e à dinâmica das relações.

Os participantes solicitaram um levantamento de dúvidas para falar com os delegados, as quais versaram sobre a comprovação de crimes, a investigação que valide a concessão da medida protetiva de urgência, as defesas em casos de reparação e prazos legais. A participação das autoridades policiais pareceu pertinente para a “desocupação” dos conteúdos de discordância das acusações, “esvaziando” para assim preencher com outros elementos. Os delegados foram orientados quanto ao tempo limite de suas falas, pois em seguida teria a discussão e fechamento do encontro. Ademais, o tratamento das autoridades policiais foi compatível com os diálogos da metodologia proposta de grupo reflexivo, que propõe horizontalidade nas relações.

A partir do quarto encontro observou-se a necessidade em abordar com o grupo como as mulheres estão mais expostas a riscos de violência. As discordâncias dos homens em relação à Lei Maria da Penha refletem uma resistência à legislação protetiva e uma desqualificação das mulheres, sugerindo uma tentativa de manter a posição de dominação

masculina e negar a história de opressão das mulheres. “O que é violência?” Os homens trouxessem seus sentidos, indicando o significado de violência simbólica como imposição, além dos tipos conforme o código penal, a exemplo, a ameaça, o que é parâmetro com o discurso de ódio (Butler, 2021), no qual, a linguagem é instrumentalizada para a dominação do outro a partir da discordância da simetria de poder.

Neste grupo reflexivo, foi abordada a perspectiva de violência no que confere o binarismo vítima e autor. Por vezes, percebeu-se que os homens se colocam em lugares de vítimas, o que contribui também para a recusa da responsabilização. Nesta perspectiva, Rifiotis (2014) examina a construção social e histórica da formulação de discursos sobre violência e vítimas. Esse teórico defende a necessidade de superar visões simplistas e dicotômicas. Ademais, apontou-se o conflito na comunicação entre o casal, resultando em violência, percebida não apenas como um fenômeno físico, mas como indicou Bourdieu (1998), a violência simbólica, como uma imposição cultural, que prepara as violências concretas.

Essa ideia das análises das violências, perpassa pela reflexão do exercício de poder e controle presentes nas relações. Outrossim, isso permite uma discussão sobre as responsabilidades de cada parte nessas dinâmicas. Neste grupo, entre os homens, foi notado a cumplicidade de emoções, como quanto a raiva e a frustração. Zanello (2018) aborda os processos de subjetivação com base em influências socioculturais. Essa autora destaca que sentimentos como ódio e ciúme são socialmente autorizados no contexto masculino, o que sugere ações de posse e dominação em relação às mulheres.

Neste grupo reflexivo, a partir da escalada das ações violentas, surgiu a discussão do feminicídio, o que permitiu a reflexão quanto à questão de gênero para fins de controle social do corpo da mulher e o aborto. Um dos integrantes compartilhou o aprendizado que tem obtido nos encontros, destacando que as discussões têm proporcionado informações importantes sobre pontos judiciais, sociais e culturais. Isso sugere que o trabalho em grupo está promovendo o desenvolvimento pessoal dos participantes. Em uma das reuniões, trabalhou-se a comunicação não violenta a fim de acessar afetos e emoções dos homens questionando a invulnerabilidade e padrões atribuídos de acordo com o gênero.

Foi narrado que a comunicação necessita de um emissor e um receptor, sendo que o conteúdo emitido e a interpretação depende do lugar de cada um. Um integrante do grupo apontou a importância do diálogo, de escutar e ser escutado como forma de

respeitar a parceira e ser respeitado, o que gera a possibilidade de relações mais harmônicas. Essa ideia viabilizou uma reflexão sobre as desigualdades de gênero e suas manifestações, evidenciando a importância de compreender o impacto das ações violentas sobre as mulheres. Um dos participantes não foi para o encontro de encerramento, e outro, depois do término do processo grupal, seguiu questionando as demandas criminais e de defesas comprobatórias.

Considerações Finais

A experiência na facilitação de grupo reflexivo para homens em delegacia de proteção às mulheres ressaltou a importância de habilidades que vão além da condução técnica do processo grupal. Lidar com homens e suas masculinidades em um contexto patriarcal, presente na relação policial, muitas vezes é percebido como impositivo e fortalecedor do autoritarismo, o que pode evidenciar a valorização da masculinidade dominante e tradicional. Além disso, é importante considerar o impacto da Lei Maria da Penha para esses homens, podendo trazer efeitos de disputas de gênero.

Assim, o trabalho deve alcançar reflexões do processo histórico sobre a mulher desde suas atividades domésticas quanto aos cuidados da casa e dos filhos, que por vezes atravessam a conjugalidade, sobretudo nas situações de violências familiares a partir da não resolução de conflitos. Em relação aos participantes, supõe-se que eles tendem a valorizar aspectos masculinos, tais como a racionalidade e a busca por evidências comprobatórias. Esta ênfase revela um tensionamento das masculinidades frente aos padrões de “verdade” associados à “masculinidade defensiva”, o que dificulta a superação de enquadramentos criminais e da responsabilização.

Com base nisso, esta experiência identificou-se a necessidade de expandir o número de encontros para além dos 10 originalmente planejados, que pareceram insuficientes. O trabalho em grupo proporcionou uma ampliação das informações relacionadas a questões sociais, culturais e judiciais, promovendo um aprofundamento da temática violência de gênero contra as mulheres. Isso oportuniza reflexões sobre os significados das violências e as disparidades de poder nas relações interpessoais entre homens e mulheres. A partir disso, abriu-se caminho para apontar outras concepções da masculinidade e de expressão da subjetividade masculina.

Quanto aos facilitadores, um homem e uma mulher, não foi apontado dificuldades

técnicas na condução do grupo, porém ressalta-se a importância da formação teórica em gênero e processos grupais para basear uma boa prática. Seria consistente a profissionalização desse campo, com a designação dessa função especializada para a realização desse trabalho em delegacia. Esta experiência foi conduzida por profissionais da Psicologia, uma área das ciências humanas aplicadas. Um deles se dedica aos estudos sobre masculinidades e homens autores de violências e participou de uma capacitação em 2022 pela Polícia Civil de Santa Catarina para facilitar estes grupos reflexivos.

É importante destacar que a facilitação do grupo ocorreu sem adotar uma perspectiva positivista, pois se reconhece a interação e complexidade de fatores psicossociais nas subjetividades masculinas. Não houve expectativas quanto à quantidade de integrantes, sendo a participação voluntária. Por outro lado, o comparecimento compulsório de homens para esse trabalho permitiria a inclusão maior possível deles. Essa determinação aumentaria a probabilidade de diminuição da violência contra a mulher, considerando que é uma problemática sistêmica e estrutural. É fundamental ressaltar que os objetivos dessa experiência delineiam uma avaliação de eficácia, sendo importante realizar uma busca nos registros policiais para identificar possíveis reincidências.

Nesta direção, quanto às métricas de resultados, Beiras, Martins e Hugill (2024) apresentam duas ideias. A primeira, conforme reincidência formal, descrita no artigo 63 do Código Penal, sendo a observação de 5 anos, ou 2 anos, em caso de reabilitação. A segundo, com base no enunciado 49 do XIII Fórum Nacional de Violência Doméstica contra a Mulher (FONAVID), que estabelece o prazo de 2 anos a partir da conclusão do grupo, enfatizando de qualquer retorno ao sistema de justiça.

Neste contexto, a avaliação de resultados também pode ser elaborada, incorporando nas análises estatísticas uma abordagem qualitativa, como por exemplo, o acompanhamento posterior desses homens, para a coleta direta de dados junto a eles e às suas relações. A combinação de métodos avaliativos permitirá uma compreensão mais aprofundada das intervenções, com o intuito de garantir um processo eficaz na redução das violências contra as mulheres e na promoção da equidade de gênero. Ademais, no âmbito policial, é importante a comunicação com o sistema judiciário sobre a realização destes grupos reflexivos para homens autores de violência em delegacia, envolvendo o estabelecimento de redes no tratamento de informações.

Assim, o desafio atual no cenário brasileiro, especialmente na segurança pública

reside na sustentabilidade de esforços. O impasse ressalta a relevância das políticas públicas em impulsionar a transformação de abordagens aos homens que praticam violências, de forma coordenada, tanto no sistema judicial, quanto nos demais serviços públicos de atenção a esse grupo, nos contextos da saúde e da assistência social. Este envolvimento cumpre a urgência de alterar uma ideologia que endossa a masculinidade hegemônica na socialização masculina. É fundamental fortalecer a mensagem de que existem modos plurais e legítimos de ser homem, desvinculando a concepção de masculinidade da violência.

Referências

BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth Washington; SOMMARIVA, Saete Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes. *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações*. Academia Judicial de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

BEIRAS, Adriano; CARDOSO, David. Contribuições do construcionismo social para os estudos das masculinidades. In: ZANDONÁ, Jair; VEIGA, Ana Maria; NICHNIG, Claudia Regina. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, UFSC, 2017. Disponível em: [1503076997_ARQUIVO_ContribuicoesdoCSparaostudodasmasculinidades\[texto completo\].pdf](https://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf) (dype.com.br) . Acesso em: 13 maio 2024.

BEIRAS, Adriano; BENVENUTTI, Mateus; TONELI, Maria; CAVALER, Camila. Narrativas que naturalizam violências: reflexões a partir de entrevistas com homens sobre violência de gênero. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 17, p. 1-22, 2020. DOI: 10.5007/1807-1384.2020.e72407.

BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth. Washington; HUGILL, Michelle. de Souza Gomes. *Mapeamento Nacional dos Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência contra as Mulheres 2023*. Florianópolis: Margens(UFSC) /COCEVID, 2024.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Seuil. 1998.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: Lei nº 11.340

(planalto.gov.br) Acesso em: 20 maio 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *A crise da masculinidade: anatomia de um mito persistente*. (P. V. Bezerra, Trad.). São Paulo: Blucher, 2022.

FÓRUM NACIONAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER (FONAVID). *Enunciado nº 49*. In: XIII FONAVID, Teresina - PI, 29 de novembro a 02 de dezembro de 2021. Disponível em: [enunciados-atualizados-xiii-fonavid-teresina-piaui-revisados-1.pdf](#) (cnj.jus.br). Acesso em: 03 abril 2024.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal. 2000.

GERGEN, Kenneth J.; GERGEN, Mary. *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

KAUFMAN, Michael. *Men, Feminism, and Men's Contradictory Experiences of Power*. In J. A. KUYPERS (Org.), *Men and Power* (p. 59-83). Halifax: Ferwood Books. 1999.

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA. Resolução nº 023/GAB/DGPC/PCSC/2022: Regulamenta e atualiza as atribuições das Delegacias de Polícia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso no Estado de Santa Catarina (DPCAMI's), e estabelece outras providências. 2022. Disponível em: [resolucao_023_-_atribuicao_dpcami.pdfvsaklh.pdf](#) Acesso em: 22 maio 2024.

RIFIOTIS, Theophilos. Entre teoria, estética e moral: Repensando os lugares da antropologia na agenda social da produção de justiça. *Antropologia em primeira mão*, [S.l.], n. 141, p. 05-24, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115–136, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 22 maio. 2024.

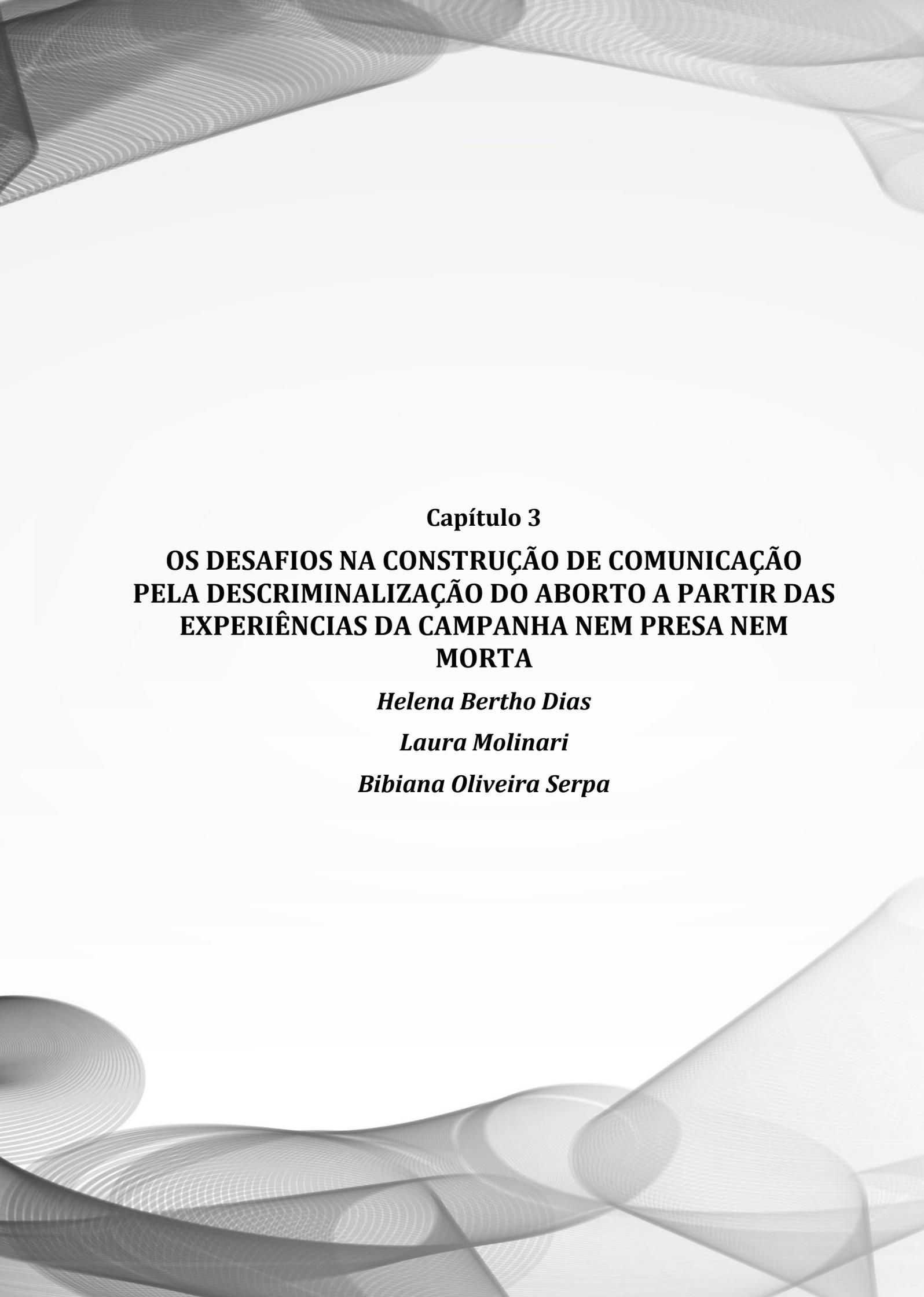
SILVA, Sérgio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à

literatura masculinista. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(1), 118-131. 2006.

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores das masculinidades: experiências internacionais e práticas de poder de Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições. 2018.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. 2001.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris Editora. 2018.



Capítulo 3
**OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE COMUNICAÇÃO
PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO A PARTIR DAS
EXPERIÊNCIAS DA CAMPANHA NEM PRESA NEM
MORTA**

Helena Bertho Dias

Laura Molinari

Bibiana Oliveira Serpa

OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE COMUNICAÇÃO PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DA CAMPANHA NEM PRESA NEM MORTA

Helena Bertho Dias

Graduada em Jornalismo, coordenadora de imprensa e comunidade da Nem Presa Nem Morta
helenab@nempresanemmorta.org

Laura Molinari

Graduada em Relações Internacionais, coordenadora executiva da Nem Presa Nem Morta
lauram@nempresanemmorta.org

Bibiana Oliveira Serpa

Doutora em Design, coordenadora pedagógica e de imagem da Nem Presa Nem Morta
bibiana@nempresanemmorta.org

RESUMO

Por se tratar de um assunto cercado de preconceitos, estereótipos e tabus, realizar um trabalho ativista de comunicação sobre aborto no Brasil é uma tarefa complexa. Desde 2018, a Campanha Nem Presa Nem Morta tem atuado em prol de uma mudança de discurso em relação ao aborto no país. Para tanto, ao longo dos anos foi desenvolvido um vasto repertório de ações, que respondem tanto à conjuntura política quanto aos avanços das tecnologias de informação e comunicação. O objetivo deste artigo é compartilhar os desafios de atuar com comunicação na luta pelo direito ao aborto e, ao mesmo tempo, tratar dos aprendizados adquiridos ao longo desta atuação, pontuando erros e acertos que possam inspirar diálogo e trocas com outras organizações, pesquisadoras e ativistas.

Palavras-chave: Comunicação; Aborto; Justiça reprodutiva; Nem Presa Nem Morta.

ABSTRACT

Given that this topic is surrounded by prejudices, stereotypes, and taboos, engaging in activist work through communication about abortion

in Brazil is a complex task. Since 2018, the Nem Presa Nem Morta Campaign has been working to change the discourse around abortion in the country. To this end, over the years, we have developed a vast repertoire of actions that respond both to the political context and to advances in information and communication technologies. The purpose of this article is to share the challenges of working with communication in the fight for abortion rights and, at the same time, to discuss the lessons learned throughout this work, highlighting mistakes and successes that may inspire dialogue and exchanges with other organizations, researchers, and activists

Keywords: Communication; Abortion; Reproductive Justice; Nem Presa Nem Morta.

INTRODUÇÃO

A Campanha Nem Presa Nem Morta (NPNM) é uma iniciativa coletiva de comunicação do movimento feminista brasileiro que luta pela descriminalização e legalização do aborto no país e pela garantia de acesso ao aborto legal. Ela nasceu em 2018, quando foi realizada uma Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal (STF), para debater a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 – ADPF 442 (Brasil, 2017), que pede a descriminalização do aborto no Brasil até a décima segunda semana de gestação.

O Código Penal brasileiro de 1940 criminaliza o aborto (Brasil, 1940), com exceção para os casos de gravidez resultantes de estupro e das gestações que representam risco à vida da pessoa gestante. E, desde 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou favoravelmente uma ação pela descriminalização nos casos de anencefalia fetal (Brasil, 2004).

Com o agendamento da Audiência Pública sobre a ADPF 442 em 2018 para debater a ação junto à sociedade, a campanha Nem Presa Nem Morta por aborto foi criada como uma estratégia coletiva de comunicação para promover, paralelamente ao evento no STF, ampla articulação de redes e organizações feministas e mobilizar o debate público sobre aborto em favor da descriminalização.

Nos dias em que aconteceu a audiência, foi realizado em Brasília o Festival pela Vida das Mulheres (Agência Patrícia Galvão, 2018). Com o slogan “Nem Presa Nem Morta por aborto”, o festival promoveu três dias de debates, oficinas e transmitiu, ao vivo, a Audiência Pública. Desde então, pessoas e grupos que estiveram à frente da iniciativa

NPNM seguiram desenvolvendo estratégias comunicacionais, campanhas, ocupando espaços nas redes sociais e na mídia, organizando e/ou participando de eventos e debates para qualificar o debate sobre aborto, e trabalhando pela ampliação do campo de influência das ideias e argumentos feministas em favor da descriminalização e legalização do aborto no Brasil.

Ao longo dos últimos seis anos, com o crescimento dos canais Nem Presa Nem Morta e bem sucedidas ações colaborativas de comunicação e incidência, especialmente com participação dos movimentos e das organizações parceiras mais próximas, a Nem Presa Nem Morta se consolidou como um sujeito político importante para informação, articulação e promoção e mudanças culturais sobre aborto e direitos reprodutivos no Brasil.

A campanha Nem Presa Nem Morta tem como principais objetivos ampliar a base social de apoio à descriminalização do aborto, transformar positivamente o debate público sobre aborto no Brasil e influenciar políticas públicas e legislações para garantir acesso aos direitos sexuais e reprodutivos e à justiça reprodutiva, atuando através da comunicação e sempre em articulação com as demais organizações e iniciativas do campo. Desde sua origem, NPNM é parte do grupo Autonomia Sexual, composto por diversas organizações dedicadas à questão da justiça reprodutiva, com um percurso de realização de um projeto coletivo de incidência, articulação e comunicação sobre aborto. Muitas das iniciativas realizadas pela campanha são construídas e realizadas em parceria com as organizações integrantes desse grupo, sendo elas: Anis – Instituto de Bioética; Católicas pelo Direito de Decidir; CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação); CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria); CLADEM (Comite da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres); Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Coletivo Margarida Alves; Criola; Cunhã - Coletivo Feminista; Grupo Curumim; Portal Catarinas; Rede Feminista de Saúde; REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano; SOS Corpo; Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto e campanha Nem Presa Nem Morta.

Em sua trajetória, a campanha Nem Presa Nem Morta teve de lidar com diversos desafios vindos do contexto político e social brasileiro e também do cenário de comunicação digital em constante mudança. Ao construir estratégias para enfrentar tais desafios, a campanha desenvolveu um amplo arcabouço de conhecimentos sobre comunicação ligada ao tema do aborto, compartilhados a seguir.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde 2018, quando a campanha teve início, muito aconteceu em relação à pauta do aborto no Brasil. Neste período, o país viu o governo conservador de direita de Jair Bolsonaro ser eleito e governar por quatro anos, realizando sucessivos ataques a direitos já garantidos, através de retrocessos nas políticas e aderindo ao Consenso de Genebra, uma articulação internacional que reúne países contrarários ao aborto (Corrêa & Huppés, 2022). Em 2022, a candidatura progressista de Luiz Inácio Lula da Silva foi eleita a partir de uma frente ampla que, ao mesmo tempo impede retrocessos grosseiros, também não permite avanços significativos relativos à pauta.

No legislativo, tanto em âmbito federal quanto no âmbito municipal, dezenas de projetos de lei foram propostos - e alguns aprovados - que ampliam as barreiras de acesso ao aborto nos casos permitidos pela lei (Guzzo, 2024). Em âmbito nacional, merece menção ainda o PL 1904/2024 (Brasil, 2024), que propõe a equiparação do aborto acima de 22 semanas ao crime de homicídio, inclusive nos casos não considerados crime de acordo com a lei em vigência. Proposto em maio de 2024, o projeto teve regime de urgência aprovado na Câmara Federal em junho. Diante da possibilidade de que fosse aprovado rapidamente, sem discussão com a sociedade, houve enorme articulação entre sociedade civil, parlamentares feministas e a sociedade no geral para barrar sua tramitação com a campanha #CriançaNãoÉMãe. O PL foi então retirado da pauta, embora permaneça com status de tramitação em regime de urgência.

Ao longo dos anos, outras estratégias vêm sendo adotadas por grupos anti-aborto na política para impedir que meninas vítimas de estupro tivessem tenham o direito ao aborto legal efetivado, seja através da instrumentalização do sistema de justiça, como no caso da menina de Goiás, cujo aborto legal foi negado pela justiça, em detrimento da vontade expressa da vítima da violência e da legalidade do procedimento, , seja através do fechamento de serviços, como o Hospital Vila Nova Cachoeirinha em São Paulo, ou ainda com protocolos e resoluções de órgãos não governamentais, como a resolução 2378/2024 do Conselho Federal de Medicina (Conselho Federal de Medicina, 2024), publicada em abril de 2024, que vetava o procedimento de assistolia fetal em abortos legais por estupro com idade gestacional acima de 22 semanas.

OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO SOBRE ABORTO

Apontamos aqui os principais desafios observados e enfrentados ao longo dos seis anos de atuação da campanha Nem Presa Nem Morta para a construção de uma comunicação efetiva e positiva sobre aborto no Brasil.

Devido à criminalização que empurra as pessoas que desejam interromper uma gravidez para a clandestinidade, o tema se perpetua como um tabu na sociedade brasileira. Falar abertamente de algo sobre o que não se fala nas diversas esferas sociais é desafiador e esbarra no medo e na incerteza. No nível das relações pessoais, o assunto tem ares de segredo entre família e amigas, gerando medo ou vergonha de se engajar no tema. Também na esfera pública da sociedade, em espaços como escola, trabalho e meios de comunicação, vemos a mesma questão surgir, com dificuldades e barreiras para que se toque no tema. Enfim, no âmbito político dos espaços de poder institucional, isso se reproduz e ganha outra dimensão: representantes temem se posicionar e atuar pelo direito ao aborto, com medo da rejeição política que isso pode gerar. Vide a recente fala do presidente Lula sobre o PL 1904, em que afirma: “Eu, Luiz Inácio Lula da Silva, sou contra o aborto. Entretanto, como o aborto é a realidade, a gente precisa tratar o aborto como uma questão de saúde pública” (DA SILVA, 2024).

Diante deste cenário, o aborto quase sempre é abordado do ponto de vista da denúncia e outras abordagens acabam tendo pouca repercussão. Quando o tema é abordado de forma positiva, informativa e associada à defesa de acesso irrestrito ao procedimento, poucas pessoas públicas estão dispostas a falar, replicar, repercutir o debate.

Este desafio ganha maiores dimensões quando consideramos o funcionamento e poder das plataformas digitais de comunicação. Com algoritmos fechados, cujas regras são desconhecidas, mudam rapidamente e privilegiam o conteúdo pago, é observado que a entrega de conteúdos sobre o tema do aborto é, muitas vezes, diminuída pelas plataformas (Agência Estado, 2022). Uma dimensão destas políticas restritivas foi experimentada pela campanha Nem Presa Nem Morta que não obteve permissão para impulsionar conteúdos sobre aborto em plataformas da Meta. Sabemos que organizações parceiras têm passado pelo mesmo tipo de limitação.

Por outro lado, conforme revelou pesquisa realizada pelo Netlab da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Santini et al., 2024), conteúdos de desinformação sobre aborto

têm sido amplamente veiculados com impulsionamento por grupos conservadores. Segundo dados do levantamento, somente o canal Brasil Paralelo investiu mais de meio milhão de reais em anúncios sobre aborto, sendo todo o conteúdo contrário ao aborto e uma grande parte dele, desinformativo.

A cobertura da imprensa sobre o tema também representa um desafio para a campanha. Entre a dificuldade de pautar o assunto para além das denúncias de violações de direito ou criminais e o uso de palavras e imagens que reforçam o estigma em relação ao aborto, conseguir uma cobertura jornalística que traga perspectivas positivas e que avancem a pauta tem se mostrado uma tarefa difícil.

Por fim, a interdisciplinaridade do tema também surge como um complicador para a ação da campanha. A justiça reprodutiva e o aborto são questões trabalhadas por diferentes campos do conhecimento, do Direito à Medicina, que têm preocupações, vocabulários e desafios particulares ao abordar estes temas. Isso pode ser um desafio porque, enquanto campanha, buscamos dialogar com uma grande diversidade de campos e é necessário mediar a linguagem, as mensagens e estruturar estratégias que fortaleçam a luta de forma integrada e coesa.

AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS

A equipe da campanha e a articulação de organizações parceiras do campo têm procurado construir estratégias de ação para enfrentar e ultrapassar esses desafios, que aparecem de maneira recorrente ou de forma pontual na trajetória da Nem Presa Nem Morta. Ao longo dos anos, esse esforço trouxe um aprendizado sobre comunicação e aborto, compartilhado a seguir.

O trabalho em rede e articulação com outras organizações e parceiras do campo é primordial e imprescindível para a construção de uma nova narrativa e imaginário sobre o aborto.

Para combater o estigma e trabalhar no sentido de que o tema deixe de ser tabu, temos apostado em uma abordagem positiva sobre aborto. É claro que a denúncia das violações continua sendo necessária, mas mesmo nestas comunicações procuramos ter uma abordagem que passa mais pela esperança e/ou pela ação, do que pela dor. Isso inclui a estética adotada pela campanha, abrindo mão de cores e símbolos de dor, como o cabide, e aderindo a uma identidade colorida, vibrante e com elementos positivos, como a arruda.

Passa também pela linguagem. Um dos pontos estratégicos nesse sentido tem sido o uso do bom humor para comunicar sobre o assunto, fazendo o deslocamento do lugar do tabu, do proibido, para algo de que se fala, e mais, para algo de que se fala com humor e fazendo piada a respeito. Através da linguagem dos memes, conseguimos conexão com o público, com os temas e debates do momento, gerando interesse e também ampliando o alcance. Além do humor, usamos também uma linguagem pop e divertida, evitando termos demasiadamente técnicos, procurando deixar os direitos sexuais e reprodutivos interessantes até para pessoas não envolvidas com a causa.

Isso ocorre não apenas nas redes sociais, mas também no site, newsletters e em materiais físicos da campanha. Nem Presa Nem Morta procura estar presente em eventos sobre diversos temas, desde atos e mobilizações, até festivais, distribuindo lenços verdes, adesivos, cartazes e outros materiais gráficos e informativos.

Imagem 1. Exemplo de conteúdo da NPNM para redes sociais usando humor.



Fonte: reprodução/ Instagram.

Assim, tiramos a conversa do campo da moral e da religião, buscando construir um imaginário que relacione o aborto não mais com a dor, o proibido, o crime e sim com com alívio, escolha, coletividade e esperança. Tanto nas redes sociais quanto nas ruas, a Nem Presa Nem Morta procura transformar elementos ligados à causa da justiça reprodutiva em símbolos que conectam pessoas em uma identidade e causa comum, da qual é interessante fazer parte.

Isso também contribui para aumentar o alcance. Conforme as pessoas se identificam com a linguagem, com a estética e o humor, e confiam nas informações que acessam, elas reproduzem e compartilham os materiais, levando o conteúdo a mais pessoas, tanto nas redes sociais quanto no seu convívio pessoal.

Imagem 2. Ação de distribuição de materiais da campanha, com lenços, cartazes e informativos, em evento no Rio de Janeiro em 2023.



Fotografia: Amara Barroso/ Nem Presa Nem Morta.

Ainda no sentido de ampliar o alcance para novos públicos, procuramos manter o aborto constantemente em pauta com ações que repercutem o tema para além do nosso campo. No dia do show da Madonna no Rio de Janeiro, em abril de 2024, um avião passou pelas praias da Zona Sul carioca com o texto: “Madonna, o aborto legal está sob ataque no BR”¹⁸, por exemplo. Essa ação, além de gerar repercussão entre o público presente nas praias, também repercutiu na imprensa (Cetrone, 2024) e nas redes sociais.

A interação com figuras relevantes e de influência também têm sido parte importante de nossas ações para ampliar o alcance da campanha: distribuição de lenços para cantoras e atrizes e interações nas redes sociais têm levado a um engajamento orgânico de figuras públicas que ampliam nossas vozes. Na campanha #Criança NãoÉMãe contra o PL 1904/2024, em junho de 2024, após um primeiro post da influencer Luana Piovani em seus stories no Instagram sobre o projeto de lei, o movimento ganhou outra repercussão, sendo abordado por diversas outras famosas e atingindo proporções a ponto do apresentador Luciano Huck falar espontaneamente do PL no seu programa na TV Globo, fazendo campanha chegar a públicos que possivelmente não conheceriam a campanha de outra forma. Na semana de votação da urgência do PL, o alcance do

¹⁸ Em abril o Conselho Federal de Medicina publicou a resolução 2378/2024, que vetava o procedimento de assistolia fetal em abortos legais por estupro com idade gestacional acima de 22 semanas e coagia profissionais da saúde que atuam em serviços de aborto legal.

Instagram Nem Presa Nem Morta chegou a mais de 7 milhões de pessoas, ganhando 26 mil novos/as seguidores/as, de acordo com dados da própria plataforma.

A atuação da Campanha junto à imprensa tem sido construída a partir, também, da manutenção do relacionamento com jornalistas, comunicadoras e comunicadores para além da urgência das pautas. Junto ao grupo Autonomia Sexual, foi criada uma estratégia pedagógica, para qualificar o jornalismo feito no Brasil sobre aborto, ampliar as fontes e os dados utilizados, além de estreitar laços com essas profissionais e aumentar a cobertura do assunto.

Em 2019, foi realizado o Encontro Nacional de Comunicação sobre Aborto, que reuniu jornalistas e comunicadoras de veículos tradicionais e de mídias independentes, com participação de advogadas, defensoras dos direitos humanos, pesquisadoras e ativistas para trocar experiências e conhecimentos sobre o tema. Após o encontro, foi criado um grupo no Whatsapp, em permanente ampliação, onde o movimento e jornalistas constroem trocas constantes.

Após a pandemia, em 2022, em parceria com o Portal Catarinas, foi realizado um outro encontro presencial com o objetivo de enfrentar o estigma e aumentar a segurança na cobertura jornalística sobre aborto, considerando que jornalistas são também defensoras de direitos humanos importantes na luta pelo direito ao aborto. Como resultado deste outro espaço de diálogo com jornalistas e comunicadoras, foi lançado em julho de 2023 o Guia Boas práticas de cobertura feminista sobre aborto no Brasil (Autoria Coletiva, sd).

Além disso, são realizados e disponibilizados em nosso site clippings mensais sobre o tema do aborto na imprensa (tradicional e alternativa), com classificação a respeito do tom editorial das abordagens, entre positivo - quando o veículo se posiciona favoravelmente ao aborto - neutro e contrário. Tal análise mostrou que ao longo dos anos, a polarização em relação ao tema tem se refletido também na imprensa, com diminuição da porcentagem de reportagens neutras, e aumento nas posições extremas (Quadro 1). Trata-se de um monitoramento essencial para compreensão da conjuntura política e também para a construção de estratégias de ação não só com a imprensa, mas também em relação ao debate público de maneira geral.

Quadro 1. Como o tema do aborto aparece na mídia.

Posicionamento	Janeiro 2022 a Fevereiro 2023	Março 2023 a Fevereiro 2024
Contrário	15%	28%
Favorável	16%	23%
Neutro	69%	49%
Total	3377	4464

Fonte: elaboração própria.

O clipping é uma das estratégias de produção de conhecimento essencial para embasar nossa atuação, que se conecta com diversas outras como o apoio a pesquisas, como a já mencionada de monitoramento de redes sociais, feita pelo Netlab da UFRJ ou o apoio ao site Aborto no Brasil, desenvolvido pela Revista AzMina (sd), ambos realizados em parceria com organizações que compõem o Autonomia Sexual.

Além da disseminação de informação em redes sociais e ações, produzimos também materiais mais densos para disseminação de conhecimento de maneira aprofundada, como um Mapa de Argumentos sobre a ADPF 442 (Nem Presa Nem Morta, 2023a) ou um Dossiê de Dados sobre Aborto (Nem Presa Nem Morta, 2023b). São materiais que organizam e simplificam informações sobre o tema, ajudando na disseminação de conhecimento para públicos interessados.

CONCLUSÃO

Os desafios e estratégias apresentados neste artigo partem da percepção e atuação da campanha Nem Presa Nem Morta ao longo de sua trajetória. Trata-se de um conhecimento empírico, acumulado ao longo dos anos de prática da campanha. Considerando a dimensão da disputa em torno do tema do aborto e a necessidade de uma atuação coletiva e articulada, acreditamos que o compartilhamento dos aprendizados acumulados seja também importante para troca e construção de novas estratégias para a construção de uma narrativa positiva e efetiva pela justiça reprodutiva

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Instagram classifica conteúdos sobre aborto como sensíveis e restringe acesso. Correio Braziliense, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/tecnologia/2022/06/5018962-instagram-classifica-conteudos-sobre-aborto-como-sensiveis-e-restringe-acesso.html>. Acesso 28 ago 2024.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Nem presa nem morta – Com STF prestes a julgar legalização, mulheres criam campanha pelo direito ao aborto. 2018. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/dsr/nem-presa-nem-morta-com-stf-prestes-a-julgar-legalizacao-mulheres-criam-campanha-pelo-direito-ao-aborto/?doing_wp_cron=1724767766.3833570480346679687500. Acesso 27 ago. 2024.

AUTORIA COLETIVA. Guia Boas práticas de cobertura feminista sobre aborto no Brasil, sem data. Disponível em: <<https://nempresanemmorta.org/publicacoes/2023/07/guia-boas-praticas-de-cobertura-feminista-sobre-aborto-no-brasil/>>. Acesso 27 ago. 2024

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 1904/2024. Brasília, 17 mai. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493&fichaAmigavel=nao>. Acesso 28 ago. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso 7 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF no 54. Junho de 2004. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2226954>. Acesso 7 de ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF no 442. Março de 2017. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865>. Acesso em 28 ago. 2024.

CETRONE, Camila. Madonna no Rio: avião circula com mensagem à cantora sobre ameaças ao aborto legal no Brasil. Marie Claire, 2024. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/direitos-reprodutivos/noticia/2024/05/madonna-no-rio-aviao-circula-com-mensagem-a-cantora-sobre-ameacas-ao-aborto-legal-no-brasil.ghtml> Acesso 27 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM no 2.378/2024. Brasília, 3 abr. 2022. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2024/2378_2024.pdf . Acesso 28 ago. 2024.

CORRÊA, Sonia, e HUPPES, Gustavo. Brasil assume liderança de aliança antiaborto. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/01/brasil-assume-lideranca-de-alianca-internacional-antiaborto.shtml>. Acesso em 28 ago. 2024.

DA SILVA, Luis Inácio Lula. Eu, Luiz Inácio Lula da Silva, sou contra o aborto. Brasil, 15 jun. 2024. Instagram: @lulaoficial. Disponível em:

<https://www.instagram.com/lulaoficial/reel/C8PKNEEs93B/>. Acesso 28 ago. 2024.

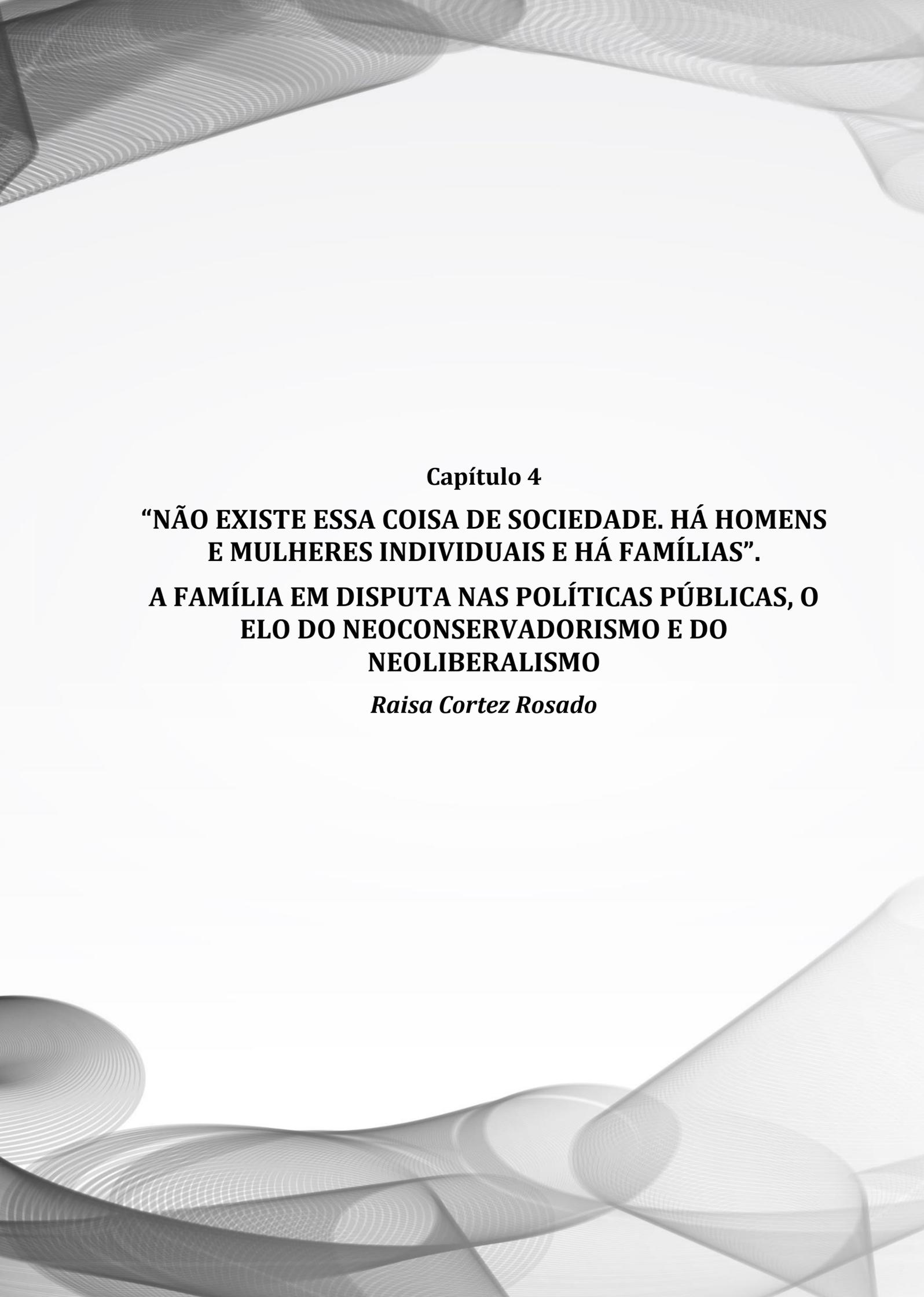
GUZZO, Morgani. Projetos e leis impõem retrocessos em direitos reprodutivos. Revista AzMina, 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/projetos-leis-impõem-retrocessos-direitos-reprodutivos/>. Acesso 28 ago. 2024.

NEM PRESA NEM MORTA. Mapa de Argumentos ADPF 442, 2023a. Disponível em: <https://nempresanemmorta.org/materiais-para-baixar/2023/08/mapa-de-argumentos-adpf-442/> Acesso 27 ago. 2024.

NEM PRESA NEM MORTA. Mini Dossiê – Dados sobre aborto, 2023b. Disponível em: <https://nempresanemmorta.org/publicacoes/2023/07/mini-dossie-dados-sobre-aborto/> Acesso 27 ago. 2024.

Revista AZMINA. Panorama do aborto no Brasil. Sem data. Disponível em: <https://abortonobrasil.info/>. Acesso 27 ago. 2024.

SANTINI Marie; et al. 'Temos Que Dar um Basta': a Campanha Multiplataforma em 2023 contra a ADPF 442 e o Direito ao Aborto no Brasil. NetLab UFRJ, 22 de Março, 2024.



Capítulo 4

**“NÃO EXISTE ESSA COISA DE SOCIEDADE. HÁ HOMENS
E MULHERES INDIVIDUAIS E HÁ FAMÍLIAS”.**

**A FAMÍLIA EM DISPUTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O
ELO DO NEOCONSERVADORISMO E DO
NEOLIBERALISMO**

Raisa Cortez Rosado

**“NÃO EXISTE ESSA COISA DE SOCIEDADE. HÁ HOMENS E MULHERES
INDIVIDUAIS E HÁ FAMÍLIAS”.**

**A FAMÍLIA EM DISPUTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ELO DO
NEOCONSERVADORISMO E DO NEOLIBERALISMO**

Raisa Cortez Rosado

*Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal de São
Carlos. PPGS/UFSCar*

*Possui bacharelado pela mesma universidade, faz parte do Dissenso - Coletivo de Pesquisa
em Sociologia Política desde 2019*

*Trabalha como pesquisadora assistente no Observatório das Desigualdades, Conflitos e
Democracia desde 2021*

E-mail para contato: cortezraisa@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0358775918908543>

RESUMO

O objeto desta pesquisa de mestrado é o Programa Famílias Fortes (PFF), política pública que atravessa duas conjunturas e dois governos distintos, o governo Dilma Rousseff (2013 - 2016) e o governo Jair Bolsonaro (2018 - 2022) dialogando com o GT. Nosso objetivo geral é compreender como se dá a articulação entre Estado, família e governo a partir dos sentidos de família produzidos no PFF no governo Dilma Rousseff (2013 - 2016) e Jair Bolsonaro (2018 - 2022) pensando a relação com neoconservadorismo e o neoliberalismo entendidos enquanto projeto econômico, mas também racionalidades. Temos quatro objetivos específicos: i) identificar, descrever e analisar o perfil dos atores e das idealizadores do PFF no plano nacional, primeiramente no Governo Dilma e posteriormente no Governo Bolsonaro; ii) compreender como idealizadores do PFF em ambos os governos compreendem família; iii) analisar os discursos de justificativa política que sustentam a mudança de administração do PFF, antes feita pelo Ministério da Saúde em 2013 e passando a ser de incumbência em 2019 do MMFDH e da SNF; iv) compreender como a categoria família é mobilizada no Programa Famílias Fortes em dois governos distintos e sua relação com a conjuntura política no governo Dilma e no governo Bolsonaro, buscando

identificar possíveis rupturas, continuidades, assimilações e proximidades. Nossa hipótese central é de que o giro ministerial do PFF - antes gerenciado pelo MS e posteriormente gerenciado pelo MMFDH e pela SNF - sinaliza uma mudança na natureza do programa, de modo que esta política passa a propagar e propagandear um modelo de família normativa. A partir de uma abordagem qualitativa e um delineamento documental, buscamos através de cartilhas oficiais, e entrevistas com idealizadores e idealizadoras do PFF de ambos os governos, identificar e compreender os sentidos atribuídos à família. Nosso corpus de análise será constituído por meio de palavras chaves e analisadas por enquadramento temático.

Palavras-chave: família; neoconservadorismo; neoliberalismo; políticas públicas; Estado.

ABSTRACT

The object of this master's research is the Strong Families Program (PFF), a public policy that spans two contexts and two distinct governments: the Dilma Rousseff administration (2013–2016) and the Jair Bolsonaro administration (2018–2022), in dialogue with the Working Group (GT). Our general objective is to understand how the articulation between the State, family, and government occurs based on the meanings of family produced within the PFF during the Dilma Rousseff government (2013–2016) and the Jair Bolsonaro government (2018–2022), considering the relationship with neoconservatism and neoliberalism understood not only as economic projects but also as rationalities. We have four specific objectives: i) to identify, describe, and analyze the profile of the creators of the PFF at the national level, first during the Dilma government and later during the Bolsonaro government;; ii) to understand how the creators of the PFF in both governments perceive the family;. iii) to analyze the political discourses justifying the shift in the administration of the PFF, which was initially managed by the Ministry of Health in 2013 and, in 2019, became the responsibility of the Ministry of Women, Family, and Human Rights (MMFDH) and the National Secretariat for the Family (SNF); iv) to understand how the category of family is mobilized within the Strong Families Program in two distinct governments and its relationship with the political context during the Dilma and Bolsonaro administrations, seeking to identify possible ruptures, continuities, assimilations, and similarities. Our central hypothesis is that the ministerial shift of the PFF—previously managed by the Ministry of Health and later by the MMFDH and SNF—indicates a change in the program's nature, such that this policy begins to propagate and promote a normative family model. Using a qualitative approach and a documentary research design, we aim to analyze official handbooks and conduct interviews with the creators of the PFF from both governments to identify and understand the meanings attributed to the family. Our corpus of analysis will be constructed through keyword searches and analyzed using thematic framing.

Keywords: family, neoconservatism, neoliberalism, public police, Estate.

1.0 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de um desdobramento da pesquisa de mestrado da pesquisadora em questão. Tal pesquisa está em fase final, em momento de análise e reorganização dos dados, tanto bibliográficos quanto empíricos, com previsão de finalização para Fevereiro de 2025. O objeto empírico desta pesquisa é o Programa Famílias Fortes, nosso problema científico busca compreender quais as transformações – rupturas e continuidades - nos *sentidos* da categoria família no Programa Famílias Fortes, a época tanto do governo Dilma Rousseff (2013 - 2016) quanto do Governo de Jair Bolsonaro (2018 - 2022) e a relação desses sentidos com o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Desta maneira, o objetivo geral da pesquisa é analisar as relações entre Estado, família e governo compreendendo o neoliberalismo e o neoconservadorismo enquanto projetos econômicos (Harvey, 2008), mas também como uma racionalidade que constitui sujeitos (Dardot e Laval, 2016; Brown, 2019).

O Programa Famílias Fortes é elaborado inicialmente sob a alcunha de Strengthening Families Program (SPF 10 - 14), desenvolvido em 1980, na Universidade de Utah, por Kumpfer, De Marsh e Child (1989), o programa foi elaborado para prevenção do uso de substâncias por adolescentes entre 10 e 14 anos, sendo nomeado como SPF 10-14. Posteriormente, na Universidade de Iowa, foi revisado por Molgaard, Spoth e Redmond (2000) e reconfigurado para um formato universal (Murta et all, 2017) Trata-se de um programa que busca, por meio do fortalecimento de vínculos familiares, prevenir o uso abusivo de álcool e outras substâncias entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (Murta et all, 2020). Os objetivos de longo prazo do programa focam na redução desse uso abusivo, bem como em diminuir violências intrafamiliares e aumentar os fatores protetivos de desenvolvimento social de crianças e adolescentes fortalecimento de coesão, organização e comunicação na família, buscando formular um estilo parental denominado de “autoritativo”, na qual, se combinaria, segundo as autoras níveis elevados de amor ou afeto e limites ou controle (Miranda, Murta, 2018; Murta et all 2022)

Este programa foi reformulado algumas vezes a partir de testes pilotos em cidades do Nordeste e no Distrito Federal (Murta et all, 2018), dessa maneira, as cartilhas passaram por adaptações culturais e testes de efetividade e exequibilidade da implementação. Um dos materiais centrais adaptados foi justamente as cartilhas. As cartilhas do programa são divididas em três tipos: Caderno de Atividade dos Pais, Caderno

de Atividade dos Jovens e Manual do Facilitador. Cada cartilha possui por volta de 60 páginas. Foram encontradas no site da Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde (BVS); também sites como ; Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES); Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (COSEM/SP).

Perseguimos três hipóteses

- i) As disputas em torno da família - seus sentidos, significados, formas e definições - embora não sejam completamente novos na história sociopolítica brasileiro, adquirem centralidade na disputa política atual, uma vez que conflitos entre *representações, significados, e sentidos* da família estão em questão.
- ii) A transferência de gestão do PFF – sob responsabilidade do Ministério da Saúde durante a gestão de Dilma Rousseff e depois, no governo Bolsonaro, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (dirigido por Damares Alves), sinaliza uma *mudança de natureza do programa* em um cenário e num campo de conflitos em que se disputam os sentidos de quais arranjos familiares são válidos socialmente e quais detém direitos de proteção do Estado. Esta *mudança de natureza do programa* tem atuado também enquanto propagandista de um modelo específico de família (biológica ,monogâmico; cristão, branco e patriarcal), excluindo arranjos familiares não biológicas monogâmicos, não cristãos, não brancas e não patriarcais.
- iii) No atual cenário de crise, a categoria família é alvo de diversas disputas e remodelações (Cooper, 2017; Brown, 2019, Biroli, Vaggione e Machado 2019), neste contexto, acreditamos que o PFF ao mesmo tempo que muda de natureza na passagem de um governo ao outro, tem uma continuidade de *sentidos sobre a família* entre ambos períodos caracterizada por operar (tanto do governo Dilma como no governo Bolsonaro) na lógica da “responsabilização familiar” ao invés de retomar a centralidade do Estado na ação perante a precarização da vida de famílias.

E possuímos três objetivos específicos:

- I) Descrever e analisar o perfil dos e das idealizadoras do PFF no plano federal, primeiramente no Governo Dilma e posteriormente no Governo Bolsonaro.

- I) Analisar os discursos e justificativa políticas que sustentam a mudança de administração do PFF, antes feita pelo Ministério da Saúde em 2013 e passando a ser de incumbência em 2019 do MMFDH e da SNF,
- II) Compreender como a categoria família é mobilizada no Programa Famílias Fortes em dois governos distintos e sua relação com a conjuntura políticas no governo Dilma e no governo Bolsonaro, buscando identificar possíveis rupturas, continuidades, assimilações e proximidades.

A partir da análise das cartilhas que conseguimos ter acesso e entrevista com idealizadores e coordenadores do Programa Famílias Fortes - figuras de centralidade política na elaboração ideológica da política pública - buscamos compreender os sentidos de famílias e suas relações com o neoconservadorismo e o neoliberalismo.

2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.2 O conceito de família

“A palavra família na linguagem moderna carrega inúmeras ressonâncias, não necessariamente harmônicas”, afirma Herlihy (1991. p1) Para uns é um instrumento de opressão para outros comunidade idílica¹⁹. Mais de uma dimensão pode ser ressaltada quando se fala de família moderna - trabalho, divisão sexual do trabalho, papéis de gênero, relação com o Estado, educação, vida privada. Trata-se de uma relação social constituída e constitutiva das relações com o Estado e a sociedade civil, da forma de divisão social e sexual do trabalho, dos papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres na sociedade, da regulação dos afetos e sexualidade, a organização da produção econômica e reprodução da vida, o cuidado com crianças e as tensões entre público e privado (Biroli 2014).

A categoria “família” nesta pesquisa é usada referenciada na forma *moderna* de família, uma forma específica que se constitui num amplo conjunto de normas, práticas e valores numa temporalidade circunscrita a partir do final do século XVIII e sobretudo no século XIX (Biroli, 2014), diretamente influenciada pelas Revoluções Burguesas²⁰ e Revoluções Industriais. As mudanças nas relações sociais guardam profunda relação

¹⁹ Ao retomar as acepções de comunidade Bauman (2003) destaca o significado quase santificado deste termo. Este aspecto destacado pelo autor, ligado a acepções religiosas destaca a idealização feita de comunidade, como um ambiente naturalmente seguro, impenetrável, harmônico e eterno.

²⁰ Como marcos centrais: A Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa

com as novas formas assumidas na vida doméstica uma vez que diante do espaço social inaugurado, o lugar social concreto e simbólico atribuído a mulheres e homens são remodelados no mundo. Com a industrialização massiva, ocorre - para a maior parte da população - a separação entre oficina e espaço de habitação, ao passo que no mundo pré industrial e mesmo durante o processo industrial as posições na família e trabalho estavam fundidas no mesmo local de modo que o patriarca da família controlava o acesso ao emprego (Biroli apud Therborn, 2004).

Portanto, quando dizemos “família” tratamos de uma forma *moderna*²¹ específica que é produto histórico da modernidade (Biroli apud Stacey 1996), localizado no século XIX, imerso e projetado pelas primeiras revoluções industriais e revoluções burguesas, constituído assim, num amplo conjunto de normas, práticas e valores (Biroli, 2014). A família como conhecemos hoje corresponde a um padrão de arranjo familiar importado da Europa do século XVIII (Biroli 2014), o modelo da família nuclear burguesa.

Ela é, aquilo que Biroli (2014. p. 16) nomeia de “família ideal” e que “serviu e em certa medida continua a servir como referência para julgar distorções e desvios, e definir políticas públicas” embora sempre tenha sido “uma quimera para a maior parte da população”. Trata-se de um modelo constituído e constitutivo das relações com o Estado e da sociedade civil, da forma de divisão social e sexual do trabalho, dos papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres na sociedade, da regulação dos afetos e sexualidade, a organização da produção, o cuidado com crianças e as tensões entre público e privado. (Biroli 2014). Somando a unidade com a privatização do espaço familiar, coligando domesticidade, coabitação, casamento monogâmico, criação dos filhos e gestão privada da casa (Stacey, 1996), a forma historicamente padronizada de família para o mundo - salvaguardando especificidades - é então, contemporânea, e ganha contornos com leis de costumes de países europeu.

As conexões entre a forma privatizada de vida doméstica e o capitalismo não são uma relação simples, tampouco de causa e efeito, mesmo no ápice dessa ideologia de família ideal difundida largamente pela classe dominante, a diversidade de arranjos familiares, laços de afeto e ou parentesco não reduziu-se a um modelo, ocorrendo de diferentes maneira imbricado gênero, classe e raça (Biroli, 2014) como por exemplo o arranjo familiar que Paoli (1992) denomina de família operária - modelo emergente da

²¹ Embora, como já salientado com Herlihy (1991) há semelhanças interessantes entre as acepções antigas e os sentidos moderno de família

classe trabalhadora no Brasil recém industrializado, central para o capitalismo industrial brasileiro -.

Cabe pontuar que a família enquanto construção social está profundamente imersa na reprodução e produção de desigualdades e violências. Outros aspectos que conformam este modelo de família trata da autoridade do pai, seguida da autoridade masculina do marido, que aloca as mulheres num lugar de subordinação como muitas vezes de violência (Biroli, 2014) De acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher realizada em 2023 pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher Contra a Violência três a cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica.

Também a vinculação imediata da figura da mãe como principal responsável pelo cuidado e bem-estar da família, opera ao mesmo tempo numa lógica patriarcal e privatista, primeiro, por naturalizar a figura masculina do pai como detendo a única função de prover e segundo por desresponsabilizar o Estado pela garantia de direitos aos cidadãos e responsabilizar a família. Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas o número de mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas aumentou 17%, passando de 9.6 milhões em 2012 para 11,7 milhões em 2022. Por fim, a família inúmeras vezes reproduz violências e desigualdades sociais como também enseja lógicas próprias ancoradas a autoridade, dominação e desrespeito das crianças como indivíduos, segundo o Anuário da Segurança Pública, os maus tratos contra crianças e adolescentes aumentaram em 21% entre 2020 e 2021.

2.3 Neoconservadorismo, Neoliberalismo e as Políticas Públicas

Além de fenômeno moderno, a dimensão e afirmação da categoria “família” como categoria central dos debates e dinâmicas políticas atuais são um fenômeno mundial. A convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo no tempo presente tem colocado o debate sobre a família em um novo patamar, uma vez que esta categoria é articuladora dessas duas correntes políticas, que embora se constituem de maneiras diferentes encontram ressonância e convergem politicamente na pauta da família (Cooper, 2017, Brown, 2019, Biroli, Vaggione e Machado (2019)

No Brasil, a presença da categoria família pode ser observada em manifestações de rua, discursos públicos e campanhas eleitorais desde ao menos 2008 (Biroli, 2021),

particularmente por movimentos "neoconservadores" que colocam a família heterossexual, branca, patriarcal monogâmica e "cristã" como centro de sua agenda através da lógica da "defesa" e "valorização" da família particularmente por movimentos "neoconservadores" que ensejam uma ordem moral, legal e sexual específica de modelo de família como fundadora do parentesco: a família heterossexual (legitimado pelo potencial reprodutivo), biológica (com lastro na descendência), na qual crianças e mulheres são supervisionadas pelo pater-famílias (patriarcal) (Biroli; Vaggione; Machado, 2020), e diríamos ainda no Brasil monogâmica, branca e cristã embebida na lógica de "defesa" e "valorização" da família.

A estratégia neoconservadora busca reformular o imaginário social e elenca inimidades amplas com o setor educacional, com o direito progressista e com diversos agentes - inclusive os governos petistas - que com menos ou mais avanços construíram uma agenda de avanço de direitos sociais de grupos historicamente perseguidos politicamente e com menos direitos sociais - mulheres, negros, LGBT, quilombolas, indígenas, ativistas de esquerda -. A retirada dos debates sobre gênero e sexualidade dos planos municipais de educação e a perseguição política vista nas escolas que contou e conta com apoios jurídicos²², demonstram a capilaridades desses agentes na sociedade civil, o retrocesso representado pela proibição do casamento homoafetivo - já legalmente amparado - e as justificativas para os processos bastante controversos de impeachment no Brasil e Uruguai tem em comum a manipulação da categoria *família* (não apenas esta, mas esta, dentro outras) como peça a atuar de um lado, como entidade supostamente ameaçada por grupos políticos diversos (mulheres, negros, LGBT, quilombolas, indígenas, ativistas de esquerda) e do outro como entidade que necessita da proteção do Estado (SEREJO; CALL, 2018). Grupos estes que estariam corrompendo como toda uma ordem social e "natural" pré estabelecida que deve permanecer intocada. Nesta ordem a família como modelo nuclear burguês ocupa um lugar central (Brown, 2019)

Foi a partir da década de 2010 que a "ideologia de gênero" se difunde como estratégia política, com foco intenso em preservar a família, e os "valores familiares" Biroli (2020b), se munindo nos próximos anos de desqualificação da homossexualidade, ataques a esquerda, e disputas por orçamento e políticas públicas bem como, a tentativa de reimpor uma ordem moral e sexual excludente enquanto e posteriormente ativistas do

²² Como foi visto com as tentativas de aprovação a âmbito nacional do Programa Escola Sem Partido

movimentos LGBT+ e ativistas feministas conquistaram direitos sociais e espaço político na cena pública. Esta temporalidade específica marca uma das possibilidades do conceito de neoconservadorismo, de modo que permite caracterizar o fenômeno do avanço da extrema direita no atual momento político, ressaltando coalizões que a sustentam nesse momento específico (Biroli, Vaggione e Machado, 2020).

Deste modo, ele possibilitaria compreender as alianças e afinidades entre diferentes setores (I), explicaria a acentuada juridificação da moralidade (II), também mostraria como tais fenômenos podem operar em contextos democráticos, (III), além de possuir caráter transnacional (IV) por fim, ressalta a relação intrínseca com o neoliberalismo, que converge justamente ao posicionar a família como a concepção mais ampliada de sociedade, alá Margareth Thatcher. A última dimensão do conceito, ressalta como a relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo pode ser apreendida como correntes diferentes, contudo, com grande confluência de ação política entre seus atores, como também, demonstrou Cooper, (2017) de unidade de projeto político e é justamente a família a engrenagem anexada dessas duas ferramentas.

Um dos motivos da defesa do termo neoconservadorismo trata da utilidade do enquadramento desta concepção, uma vez que um de seus “ganhos” analíticos é ocorrer numa temporalidade específica, qual seja a de seus agentes promoverem uma reação estratégica aos avanços dos movimentos feministas e LGBT, dos direitos reprodutivos e da ampliação da participação de tais grupos dentro das esferas de poder institucional do Estado. De acordo com Biroli, Vaggione, Machado (2019), há cinco dimensões da noção de neoconservadorismo: i) possibilita compreender as alianças e afinidades entre diferentes setores; ii) enseja uma acentuada juridificação da moralidade; iii) opera em contextos democráticos; iv) possui caráter transnacional e v) estrutura uma relação intrínseca com o neoliberalismo, convergindo ao posicionar a família no centro da concepção mais ampla de sociedade.

Na América Latina a defesa da família encontra-se largamente com a defesa da retórica de “ideologia de gênero”, bem como aquilo que Biroli, Vaggione e Machado (2020) nomeiam de politização reativa da reprodução e da sexualidade. A politização reativa ao mesmo tempo que tensiona as noções de Estado e direitos sociais dado que grupos neoconservadores utilizam-se de espaços dentro da maquinaria estatal pública para propagar por meio da jurisdição (projetos de lei, produção de documentos, participação em órgãos diversos) iniciativas que cerceiam direitos sociais de grupos marginalizados

socialmente também aponta estes mesmos grupos como responsáveis pela desestruturação de uma ordem moral e sexual “natural”

Essa “ordenação natural” a qual atores neoconservadores referem-se trata da aceitação da ordem patriarcal e hierárquica da família, da percepção da legitimidade da família apenas como biológica, da negação do direito ao aborto bem como ao casamento de pessoas do mesmo sexo (Vaggione, 2019). A “renaturalização da família” trata de uma peça essencial na medida que consegue a) ser um léxico inteligível e de fácil adaptação a maior parte da população, b) unificar pautas neoconservadoras e neoliberais, c) possibilitar um amálgama entre diferentes grupos - enquadrados pelas autoras e autores como neoconservadores - .

Apesar do modelo de família nuclear não ser mais majoritário nos domicílios brasileiros desde o ano de 2005 - de acordo com a PNAD²³ divulgada em 2017 -, o modelo da família nuclear burguesa ainda continua a servir como referência ideológica para legitimar posições de homens e mulheres na vida doméstica e relações de trabalho, julgar distorções e *desvios*, bem como *definir políticas públicas (destaque nosso)*, (Biroli, 2014). No contexto brasileiro nos últimos 30 anos na agenda brasileira de políticas públicas que a família é requisitada a participar mais ativamente das políticas sociais e do sistema de proteção social brasileiro, de modo a vinculá-la intimamente a tal sistema (Campos; 2015).

No tocante às políticas de saúde brasileiras, a família ainda desempenha um papel fundamental por alguns motivos, aponta Miotto (2010). Uma vez que o indivíduo seria avaliado menos pelo status individual e mais pelas condições de vida de sua família (Coffi, 1998 apud Miotto, 2010), que a família atenderia - em tese - necessidades de bem estar de seus membros e assim reduziria a demanda por serviços de políticas de saúde e assistência (Folgheraiter, 1994 apud Miotto, 2010), que o trabalho com esta categoria poderia se contrapor a individualização nas políticas públicas trabalhando com a categoria de família de modo que o indivíduo não fosse abordado numa esfera fragmentada (criança, idoso) de modo departamentalizado (Miotto, 2010; Maria Carvalho, 195 apud Miotto 2010). Segundo Miotto (2004) há de maneira geral, duas tendências nas políticas da família no Brasil: a tendência *familista*, e a tendência *protetiva*

²³ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) anualmente desde 1971, foi desenhada para coletar diversos dados sobre composição familiar, renda, consumo, nutrição, educação, entre outros.

A tendência familista caracteriza-se por defender e insistir na capacidade imanente de cuidado e proteção que a família possuiria, conseqüentemente estabelece que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem estar dos membros (Esping-Andersen, 1991 apud Miotto 2010). Nesse tipo de política pública, as necessidades do cidadão devem ser atendidas pelo mercado e pela família. Quando as famílias “falham” em prover o bem estar social das suas e seus são vistas como incapazes de otimizar e gerir recursos, de montar estratégias e redes de solidariedade e sobrevivência, o Estado intervém apenas quando esses canais falham (Sgrita 1988 apud Miotto, 2010), às políticas públicas são, portanto, vistas como compensatórias dessas “inabilidades”. A família é entendida como “o problema social” que uma vez resolvido sua “desestruturação” outros problema seriam solucionados.

Já a tendência *protetiva*, afirma, em contraposição, que a capacidade de cuidado e proteção da família é relacionada e *garantida (grifo nosso)* pelas políticas públicas, não sendo uma habilidade inata da família nem a tomando como problema, a proteção se efetiva com garantia de direitos sociais universais. Desta maneira, a família passa a ser vista como instância que necessita da proteção do Estado. Enquanto a lógica familista é condizente com princípios neoliberais, que descaracterizam e retiram do Estado o papel como entidade responsável pela garantia de direitos, a lógica protetiva encara as famílias como merecedoras da estrutura do Estado.

A tendência familista, dado sua configuração de responsabilização familiar, encontra terreno fértil para florescimento na atual conjuntura política, sobretudo a partir de 2016, segundo Horst e Miotto (2021) a tendência familista seria inclusive, um traço da formação social brasileira, de modo que as famílias brasileiras, sobretudo famílias caracterizadas por marcadores de raça e pobreza historicamente contaram com outros mecanismos de sobrevivência que não garantias sociais para subsistência, emprego, moradia, lazer, comida.

3.0 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa em questão tem sido construída norteadada por uma abordagem qualitativa, dado que busca compreender os sentidos de família numa política pública específica, a compreensão de um fenômeno social como o sentido ajusta-se de forma mais efetiva a uma abordagem qualitativa.

A princípio, toda nossa pesquisa se bastaria ao plano documental, com a análise das cartilhas, ou melhor, dos manuais do Programa Famílias Fortes. Contudo, grande parte desse material não está mais disponível na Biblioteca Virtual de Saúde, tampouco online em outros domínios, desta maneira, entrevistas com idealizadores, figuras centrais na elaboração ideológico do Programa Famílias Fortes em ambos os governos passaram a ser contatadas e entrevistadas. As entrevistas foram organizadas de modo semiestruturado, com perguntas acerca da trajetória de vida, o contexto do Programa Famílias Fortes bem como perguntas sobre o sentido de família empregado na política pública. As cartilhas estão sendo organizadas para análise categorial por meio do software de análise qualitativa Atlas TI. Cabe salientar que ainda não há dados conclusivos, dado que a pesquisa não foi finalizada, contudo

4.0 ANÁLISE DE DADOS

4.2 O Programa Famílias Fortes

O Programa Famílias Fortes foi trazido ao Brasil em 2013 durante o governo Dilma Rousseff. Como pontua nosso interlocutor a vinda da política pública foi articulada pela equipe do Ministério da Saúde (MS) a época, especificamente a equipe técnica da Pasta de Saúde Mental e Outras Drogas conjuntamente ao Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes de Brasília (UNODC. Sua aprovação em solo brasileiro, portanto, ocorreu durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, em 2013, contudo, as condições conjunturais que propiciaram o deslocamento datam de 2011 à época da aprovação do Plano de Ação de Enfrentamento ao Crack.

Como ressalta Abdala (2018) a parceria entre Ministério da Saúde (MS) por meio da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CGMAD), do Ministério da Justiça e Cidadania (MJ), por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) resultou no debate sobre três políticas públicas focadas em crianças e adolescentes - para diferentes faixas etárias - com foco na prevenção ao uso de drogas: Programa Jogo Elos (Barrish, Saunders, & Wolf, 1969), o #Tamojunto (Faggiano et al., 2008) e Fortalecendo Famílias (Kumpfer, DeMarsh, & Child, 1989), que posteriormente passa a ser chamado de Programa Famílias Fortes (PFF)

Após ser readaptado para um formato universal podendo desta maneira ser expandido para outros países (Murta et all, 2017) o PFF é disseminado largamente em

diversos países, tornando-se o programa de prevenção centrado na família mais implementado da América Latina (Murta et al, 2018), contando com Colômbia, México, Honduras, Costa Rica, Bolívia, Equador, Panamá e Brasil. (Murta et al, 2020 apud Meija et al, 2019). Quando já pronto para testes de implementação o PFF foi direcionado ao serviço básico de proteção nacional da Política Nacional de Assistência Social a fim de “fortalecer os vínculos familiares e prevenir danos à saúde dos adolescentes como violência intrafamiliar e abuso de substâncias” (MURTA, et all, 2020 p. 2) De acordo com o Manual de Implementação do Programa Famílias Fortes (Murta et all, 2022) o PFF se organiza em 7 sessões regulares e 4 sessões de acompanhamento, sendo realizada com pais ou responsáveis das crianças e adolescentes com duração de duas horas de sessões. As sessões dos pais e jovens são realizadas primeiro separadamente, na primeira hora do trabalho e posteriormente a um encontro conjunto na segunda hora do trabalho. Para cada sessão, há um ou mais facilitadores - pessoas responsáveis por conduzir o encontro e garantir que a temática estruturada será debatida -. As unidades físicas em que a PFF se realiza variam largamente, podendo tanto ser CRAS, UBS, escolas, ONGS entre outros serviços públicos ou privados. O processo para implementação do PFF em uma cidade também varia de acordo com os parceiros, caso sejam do setor público ou privado, porém é imprescindível em toda implementação apoio institucional e organização operacional.

A literatura que versa sobre o PFF, parece apontar demasiadamente focada sobre a implementação, eficácia, saúde mental e uso de substâncias em crianças e adolescentes. Sendo um programa que transita entre ministério - do Ministério da Saúde no Governo Dilma-Temer para o criado em 2019 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Governo Bolsonaro-Mourão - e governos a primeira vista tão diferentes, há remodelações consideráveis feitas no PFF, porém, há traços que permanecem similares. Embora com lógicas diferentes, parece haver uma normativa de sentido de família empregada. A partir das cartilhas é possível desenhar, ainda de modo incipiente, alguns elementos: para o PFF no Governo Dilma-Temer, a utilização de um manual foi utilizado, de modo que apenas duas cartilhas estavam disponíveis: Caderno de Atividade dos Pais e Responsáveis e Manual do Facilitador, há três cartilhas intituladas Manual do Facilitador no ano de 2018, uma em 2020, uma em 2021, um documento sobre o Plano de Trabalho do Programa Famílias Fortes.

A estruturação presente na segunda cartilha é diferente em grande escala da primeira cartilha. Não só neste segundo exemplo, há uma longa contextualização sobre o

PFF, mas também sobre a rede de proteção em saúde e “direcionamentos” sobre a importância do fortalecimento familiar no caso de uso de substâncias, até mesmo um histórico do PFF e versões no Brasil, elementos ausentes na primeira cartilha de 2015. Há que se considerar que o público da primeira cartilha - pais e responsáveis -, difere do público da segunda cartilha - facilitadores - mesmo assim, outra possibilidade é se tratar na versão de 2015 de um material piloto, não acabado, mas ainda disponível virtualmente. Na primeira cartilha, as diretrizes de tom pragmática são a predominância, exercícios de autoavaliação dos pais, avaliação do comportamento dos jovens e “guias” de como melhorar a relação íntima com apresentação de tabelas, “sistema de pontos para afazeres domésticos, complementação de frases preenchem a cartilha. Uma vista rápida pode auxiliar a perceber as diferenças:

Encontro 5	
Construir pontes.....	31
Encontro das Famílias	32
Atividade 5.3 – Solução de problemas	32
Encontro 6	
Proteger contra o abuso de substâncias.....	34
Encontro dos Responsáveis.....	34
Atividade 6.3 – Debate sobre quem, o quê, onde, quando	34
Atividade 6.5 e 6.6 – Ferramentas e habilidades para cuidar dos filhos e filhas.....	37
Encontro das Famílias	38
Atividade 6.1 – Pais ajudando com a pressão dos amigos	38
5	

Encontro 7	
Ajudar e ser ajudado	39
Encontro dos Responsáveis.....	39
Atividade 7.2 – Dando às famílias a ajuda que precisam	39
Encontro de Acompanhamento 1	
Lidar com estresse	43
Encontro dos Responsáveis.....	43
Atividade 1.4 – Em vez de brigar	43
Encontro das Famílias	44
Atividade 1.1 – Estresse... Jogo de adivinhar	44
Atividade 1.2 – Termômetro do estresse	44
Atividade 1.3 – Bingo Aliviador de Estresse	45
Atividade 1.4 – Amizade.....	45

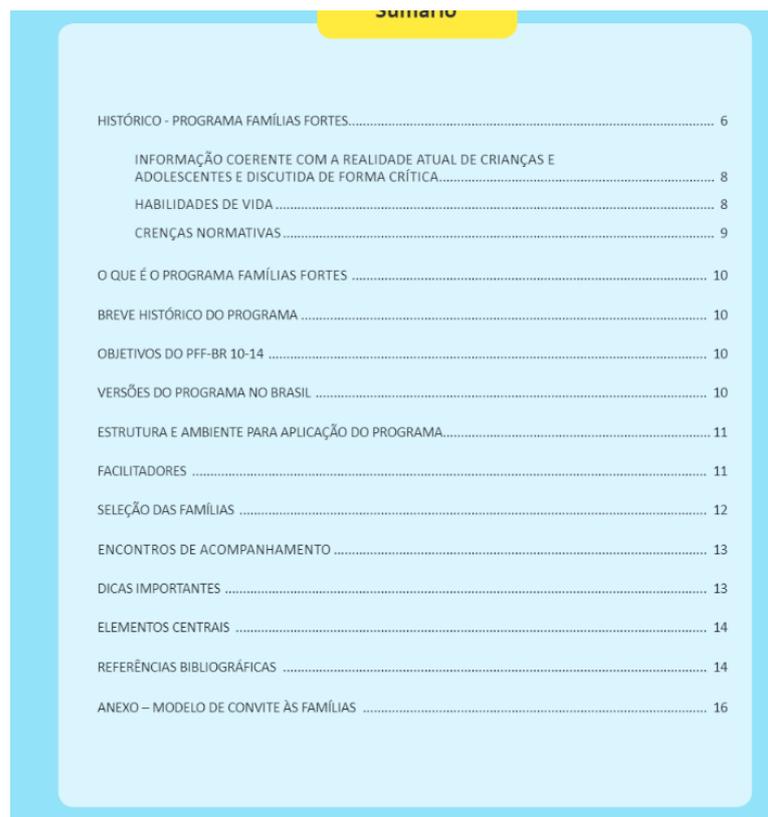
Figura 1: Sumário da Cartilha de 2015: Caderno de Atividade dos Responsáveis

Encontro de Acompanhamento 1	
Lidar com estresse	43
Encontro dos Responsáveis	43
Atividade 1.4 – Em vez de brigar	43
Encontro das Famílias	44
Atividade 1.1 – Estresse... Jogo de adivinhar	44
Atividade 1.2 – Termômetro do estresse	44
Atividade 1.3 – Bingo Aliviador de Estresse	45
Atividade 1.4 – Amizade	45
Encontro de Acompanhamento 2	
Comunicar quando não concorda	46
Encontro dos Responsáveis	46
Atividade 2.3 – Praticando a Técnica do Falante-Ouvinte	46
Encontro das Famílias	47
Atividade 2.2 – Entendendo pontos de vista	47
Atividade 2.3 – Usando o que aprendemos	48
Encontro de Acompanhamento 3	
Revisar as habilidades de amor e limites	49
Encontro dos Responsáveis	49
Atividade 3.3 – Bingo de ferramentas	49
Encontro das Famílias	50
Encontro de Acompanhamento 4	
Rever como ajudar com a pressão dos amigos	51
Encontro dos Responsáveis	51
Atividade 4.2 – Ajudando seu filho a resistir à pressão dos amigos	51
Atividade 4.4 – Obtendo apoio na criação dos filhos	52
Encontro das Famílias	54
Atividade 4.3 – Fortalecendo nossas famílias	54
Atividade 4.4 – Debate em família	55

Figura 2: Sumário da Cartilha de 2015: Caderno de Atividade dos Responsáveis

Encontro de Acompanhamento 1	
Lidar com estresse	43
Encontro dos Responsáveis	43
Atividade 1.4 – Em vez de brigar	43
Encontro das Famílias	44
Atividade 1.1 – Estresse... Jogo de adivinhar	44
Atividade 1.2 – Termômetro do estresse	44
Atividade 1.3 – Bingo Aliviador de Estresse	45
Atividade 1.4 – Amizade	45
Encontro de Acompanhamento 2	
Comunicar quando não concorda	46
Encontro dos Responsáveis	46
Atividade 2.3 – Praticando a Técnica do Falante-Ouvinte	46
Encontro das Famílias	47
Atividade 2.2 – Entendendo pontos de vista	47
Atividade 2.3 – Usando o que aprendemos	48
Encontro de Acompanhamento 3	
Revisar as habilidades de amor e limites	49
Encontro dos Responsáveis	49
Atividade 3.3 – Bingo de ferramentas	49
Encontro das Famílias	50
Encontro de Acompanhamento 4	
Rever como ajudar com a pressão dos amigos	51
Encontro dos Responsáveis	51
Atividade 4.2 – Ajudando seu filho a resistir à pressão dos amigos	51
Atividade 4.4 – Obtendo apoio na criação dos filhos	52
Encontro das Famílias	54
Atividade 4.3 – Fortalecendo nossas famílias	54
Atividade 4.4 – Debate em família	55

Figura 3: Sumário da Cartilha de 2015: Caderno de Atividade dos Responsáveis



sumário

HISTÓRICO - PROGRAMA FAMÍLIAS FORTES.....	6
INFORMAÇÃO COERENTE COM A REALIDADE ATUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DISCUTIDA DE FORMA CRÍTICA.....	8
HABILIDADES DE VIDA.....	8
CRENÇAS NORMATIVAS.....	9
O QUE É O PROGRAMA FAMÍLIAS FORTES.....	10
BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA.....	10
OBJETIVOS DO PFF-BR 10-14.....	10
VERSÕES DO PROGRAMA NO BRASIL.....	10
ESTRUTURA E AMBIENTE PARA APLICAÇÃO DO PROGRAMA.....	11
FACILITADORES.....	11
SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	12
ENCONTROS DE ACOMPANHAMENTO.....	13
DICAS IMPORTANTES.....	13
ELEMENTOS CENTRAIS.....	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14
ANEXO – MODELO DE CONVITE ÀS FAMÍLIAS.....	16

Figura 4: Cartilha de 2017 - Manual dos Facilitadores

Que o Programa Família Fortes na época do Governo Bolsonaro e Damares se configurou numa lógica familista e neoconservadora de modo a priorizar o gerenciamento de emoções para resolver problemas de ordem econômica e social já foi apontado por Horst, Castilho e Alves (2023), contudo, para além desta afirmativa, outra afirmativa dos mesmos autores e autoras nos chama atenção: a ideia de que a estratégia neoconservadora familista para pensar a família opera no Estado brasileiro desde a Constituição de 1988, mas atinge o seu auge enquanto estratégia com o Governo Bolsonaro-Mourão (Horst, 2024) poderia apreender a crise do Estado como também uma crise do capitalismo, de modo a fomentar “não lugares” na política social (Horst, 2024 apud Marques, 2015)

O familismo presente no Programa Famílias Fortes do governo Bolsonaro trata de ao mesmo passo de desresponsabilizar o Estado da garantia de direitos sociais e apostar na capacitação socioemocional (fortalecer vínculos) para resolver problemas de origem social estrutural (HORST, 2023) Parece haver evidências extensas sobre eficácia do PFF, contudo, ao invés de perguntar se as políticas públicas estão fazendo certas coisas, não há que se perguntar se estão fazendo as coisas certas? (Schwandt, 1997). Mais que isso, apostar no fortalecimento de famílias como estratégia de questão de saúde não aproxima

um governo de centro-esquerda da extrema direita? Ou estamos falando de performances políticas governamentais diferentes? Esta afirmativa parece estar em disputa, pois para Moschkovich (2022, 2023) o governo Bolsonaro-Mourão operária uma lógica bastante diferente da usual, de modo a reformular a gramática dos direitos humanos: enquanto exclui a palavra “gênero” e “sexualidade”, reposiciona no discurso público as palavras “família” e “mulher”

Segundo Moschkovich (2022, 2023) há uma diferença crucial quando se analisa o papel da família nas políticas públicas do governo Lula/Dilma e políticas públicas no governo Bolsonaro, esta diferença reside no locus no qual se insere a família: Para o primeiro governo, a família operou como *intermediária* no que tange às políticas públicas. Mais claramente: tratando-se de uma instituição social na qual em tese, todos fazem parte, para se chegar aos indivíduos alvo de uma política pública nada mais eficaz do que mirar a família ao invés do indivíduo, no caso, essa lógica foi aplicada no Bolsa Família, quando, ao buscar atingir um público específico - crianças inseridas na lógica do trabalho infantil - redirecionou-se o auxílio para a família - mais especificamente a mãe - em contrapartida, a criança deveria estar matriculada e frequentando as aulas do ensino público local. Nesta acepção Moschkovich aponta que a família não se torna um sujeito, mas sim, uma *ponte* com o objetivo de chegar até o público alvo da política pública.

Quando se trata da política do governo Bolsonaro, a família, aponta Moschkovich (2022, 2023), é compreendida e alçada ao estatuto de *sujeito*, ao invés de *intermediária*. Neste sentido opera-se uma reformulação constitucional: o direito constitucional *a ter família* passa a valer como direito *da família*, a lógica implementada a partir da criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos trata de criar uma lógica de Estado a partir do senso comum. Se família não é um conceito, disputa-se não só a família, mas as significações de parentesco, ordem social e ordem estatal. Porém, mesmo usada como intermediária, não haveria sentidos específicos de família conectadas ao PFF, numa lógica diferente apresentada ao Governo Bolsonaro, mas ainda sim, com normatividades que não apresentassem rupturas, ou que pudessem executar aquilo que Reva Siegel pontua sobre a família: a história da família é de uma “preservação através da transformação, em que ao invés de uma progressiva liberalização” onde o estabelecimento do gênero e hierarquia geracionais são repetidamente recapitulados com formas novas, mais democráticas, mas não estruturas menos implacáveis (Cooper, 2019)

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Horst e Mioto (2021) a retórica de “defesa da família” opera num plano moral (definições de papéis sociais sobre quem desempenha qual tarefa e como) e num papel socioeconômico (responsabilidades ampliadas conforme Estado se recusa a ofertar e garantir serviços sociais públicos e gratuitos). Compreendem, nessa dupla chave da família (econômica e moral) o neoconservadorismo como expressão da crise estrutural do capital que se pauta na defesa da família aglutinando grupos e configurando uma ideologia familista. A crise social multifacetada ao passo que intensifica as tendências neoconservadoras e neoliberais confere um assalto brutal a reprodução social (Fraser, 2019)

Seria leviano da nossa parte apontar que os sentidos de família - apesar das semelhanças no material documental - permanecem os mesmos em ambos os momentos do Programa Famílias Fortes, pois estaríamos i) ignorando matriz políticas ideológicas de governo diferentes, ii) ignorando o contexto o qual o Programa é transportado ao Brasil bem como é sequenciado pelo Governo Bolsonaro, ignoraríamos também a mudança ministerial dado que no Governo Dilma 2013 - 2016) a administração é feita pelo Ministério da Saúde (MS) e no Governo Bolsonaro (2018 - 2022) pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)

Nos parece que enquanto matrizes de esquerda e centro esquerda ancora-se num sentido de família próximo a uma ideia de “comunidade” (Bauman,, algo como uma rede forte de proteção de seus membros, presente constantemente e que marca, inevitavelmente um “nós” - quem faz parte da família - e um “eles” - quem está fora da legitimidade de pertencimento da família”, as matrizes de extrema direita reforçam a lógica da responsabilização familiar, numa tendência familista, de retirada do Estado como ente responsável por prover garantias mínimas de sobrevivência, imputando as famílias a responsabilidade integral pelo seus, enquanto também, no caso deste governo específico insere uma nova lógica de proteção social: mercantilizada, privatista e exclusivista. Tais apreensões serão - ou não - confirmadas ao final da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria Das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (org.). Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

COOPER, Melinda. . Family values: between neoliberalism and the new social conservatism . New York: Zone Books, 2017

DARDOT, P.; LAVAL, C.. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo. Edições Loyola. 2008

HERLIHY, David. Family in *The American Historical Review*, V. 96. Nº 1, Pages 1-16. 1991.

HORST, Cláudio; MIOTO, Regina. Crise, neoconservadorismo e ideologia da família. In: **SERVIÇO SOCIAL: questão social e direitos humanos**. Florianópolis: UFSC, 2021. p. 34–58.

MURTA, Sheila Giardini et all. Needs assessment for cultural adaptation of Strengthening Families Program (SFP 10-14-UK) in Brazil. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online]. 2018, v. 31 [Accessed 24 August 2022] , 25. Available from: <<https://doi.org/10.1186/s41155-018-0105-0>>. Epub 29 Oct 2018. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1186/s41155-018-0105-0>.

MURTA, Sheila Giardini; VINHA, Luís Gustavo do Amaral; NOBRE-SANDOVAL, Larissa de Almeida; MIRANDA, Ana Aparecida Vilela; MENEZES, Jordana Calil Lopes de; ROCHA, Viviane Paula Santos. Feasibility of the Strengthening Families Program for Brazilian Families: A Mixed Method Study. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, Brasília, v. 36, n. spe, e36nspe16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe16>. Acesso em: 20 jun 2024

MURTA, Sheila Giardini; ABDALA, Ingrid Gomes; VASCONCELLOS, Vanessa Soublin de; DAMASCENO, Mariana Russo Voydeville; ROCHA, Viviane Paula Santos; NOBRE-SANDOVAL, Larissa de Almeida; GOMES, Maria do Socorro Mendes (Orgs.). *Manual de implementação do programa famílias fortes: um guia para gestores públicos, profissionais e agentes comunitários*. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2022.

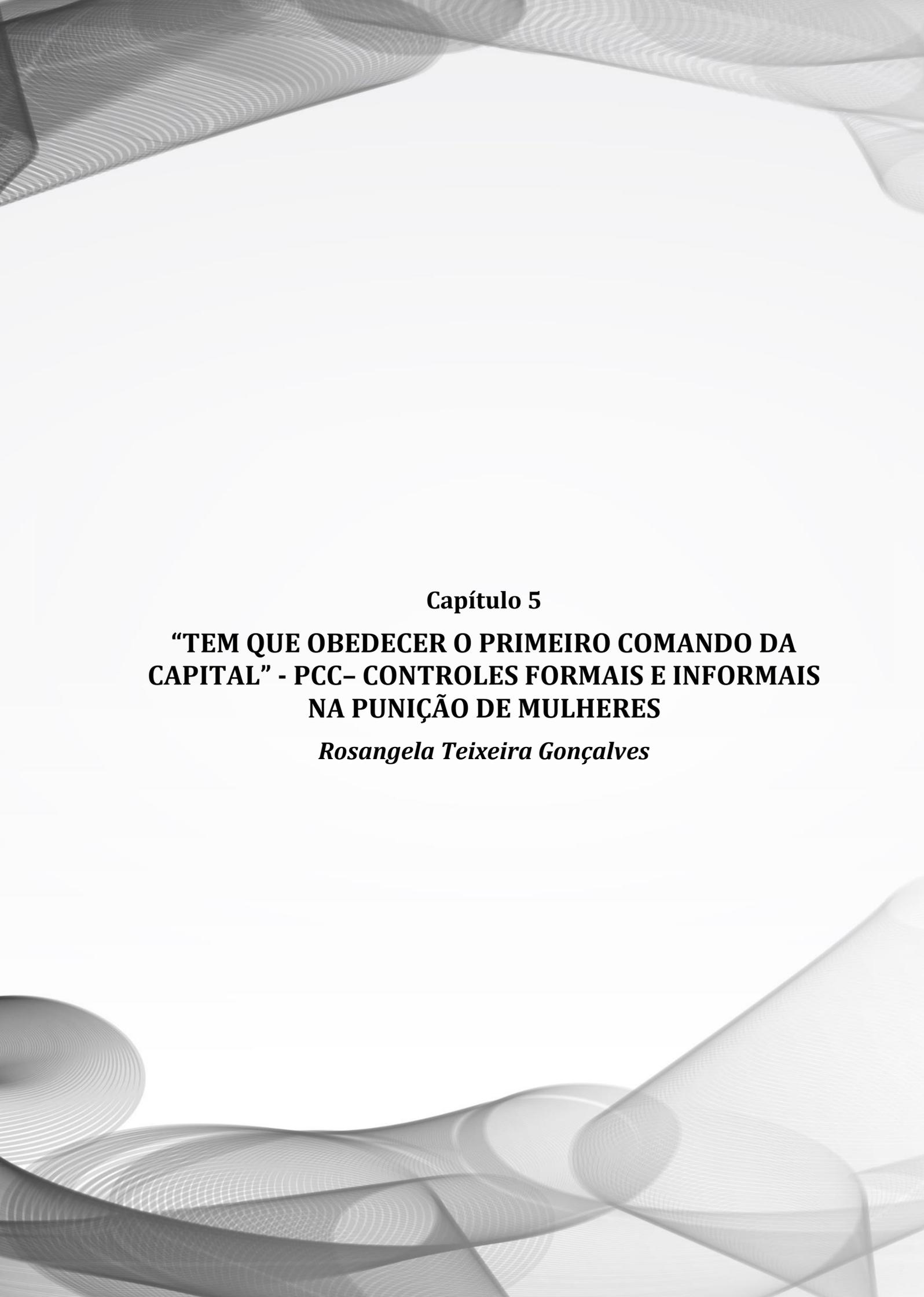
MARTINEZ, Rebeca. Entrevista com Nancy Fraser. Tradução de Cepat. Publicado por Viento Sur, 06 ago. 2019. Disponível em: <https://a-reproducao-social-entrevista-com-nancy-fraser>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MIOTO, Regina. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: FAMÍLIA contemporânea e saúde: práticas e políticas públicas. FALEIROS, Vicente de Paula; FONSECA, Anete Brito Leal Ivo; MIORELLI, Almir (org) Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 21-63.

MOSCHKOVICH, Marília. “Família’ e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021)”. Mecila Working Paper Series, n. 52, São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, 2023

MOSCHKOVICH, Marília. Senso-comum como política de estado: “mulher” e “família” na política pública anti-gênero e a nova gramática dos direitos humanos no governo de Jair Bolsonaro. In: ST40 – Ciências, conhecimento e poder: negacionismos, anti-intelectualismos e conspiracionismos. 46^o Encontro Anual da ANPOCS, Campinas, outubro 2022.

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan Marco (orgs.). Gênero, democracia e neoconservadorismo. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 41-83.



Capítulo 5

**“TEM QUE OBEDECER O PRIMEIRO COMANDO DA
CAPITAL” - PCC- CONTROLES FORMAIS E INFORMAIS
NA PUNIÇÃO DE MULHERES**

Rosangela Teixeira Gonçalves

“TEM QUE OBEDECER O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL” - PCC- CONTROLES FORMAIS E INFORMAIS NA PUNIÇÃO DE MULHERES

Rosângela Teixeira Gonçalves

Doutora em Ciências Humanas e Sociais²⁴ - Universidade Federal do ABC – UFABC.

Pesquisadora de Pós-Doutorado do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São

Paulo – NEV – USP.

RESUMO

O Brasil lidera como o terceiro país no mundo que mais encarcera mulheres e o tráfico de drogas representa 56,16% dos crimes que impulsionam as prisões. Diferentes pesquisas indicam que no estado de São Paulo, estado com as maiores taxas de encarceramento do país, o Primeiro Comando da Capital domina o mercado do tráfico e detém a hegemonia do sistema prisional. Portanto, quando se discute as relações estabelecidas pelas mulheres com o *mundo do crime* e as dinâmicas e o cotidiano na prisão não é possível deixar de analisar como são estabelecidas e negociadas as conexões com o Comando e com os procedimentos da organização. A partir da narrativa de trinta e duas diferentes mulheres, presas em três diferentes penitenciárias no estado de São Paulo, o presente trabalho discute a respeito do duplo sistema de controle estabelecido pelo Estado e pelo PCC que vigora nas unidades em que a gestão é compartilhada. Com base na análise das entrevistas constatou-se que as punições formais e informais recaem de sobremaneira nos corpos que estão em maior posição de vulnerabilidade social e econômica dentro do cárcere e que não possuem as prerrogativas de acesso ao telefone celular e as conexões estabelecidas com o mundo do crime e que, por sua vez, são em sua maioria corpos negros, dissidentes de sexo, gênero e desejo.

Palavras-chave: Gênero. Encarceramento de Mulheres. Primeiro Comando da Capital.

ABSTRACT

Brazil leads as the third country in the world that incarcerates the most women and drug trafficking represents 56.16% of the crimes that lead to prisons. Different research indicates that in the state of São Paulo, the

²⁴ Pesquisadora de Pós-Doutorado do Núcleo de Estudos da Violência – NEV – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – rosangela.teixeira@usp.br

state with the highest incarceration rates in the country, the Primeiro Comando da Capital dominates the trafficking market and holds hegemony over the prison system. Therefore, when discussing women's relationships with the world of crime and the dynamics and daily life in prison, it is not possible to fail to analyze how connections with the Command and the organization's procedures are conditioned and negotiated. Based on the narrative of thirty-two different women, prisoners in three different penitentiaries in the state of São Paulo, this work discusses respect for the double control system established by the State and the Command that operates in the units in which management is shared. Based on the analysis of the interviews, it was found that formal and informal punishments are greatly reduced in bodies that are in a greater position of social and economic vulnerability within the prison and that do not have the prerogatives of access to cell phones and occasional connections with the world of crime and which, in turn, are mostly black bodies, dissidents of sex, gender and desire.

Keywords: Gender. Incarceration of Women. First Capital Command

Introdução

O Primeiro Comando da Capital (PCC), fundado em 1993 no anexo da Casa de Custódia de Taubaté, conhecido como “Piranhão”, expandiu-se nas últimas três décadas, alcançando quase todas as unidades prisionais do estado de São Paulo, além das periferias da capital. Esse crescimento resultou em uma transformação na dinâmica de normatização do comportamento e resolução de conflitos. A centralização das normas e sanções disciplinares, que antes eram de competência do sistema prisional oficial, passou a ser gerida diretamente pelo PCC. Assim, a organização passou a exercer poderes abrangentes nas unidades prisionais, como o de legislar, julgar e executar, com a obrigação de todos, membros ou não, submeterem-se a essas normas para resolverem seus conflitos (Dias, 2009)²⁵. Essa estrutura de poder, ao longo dos anos, consolidou o PCC como uma espécie de “governo paralelo” dentro dos presídios e das comunidades, transformando a dinâmica de segurança e convivência nessas áreas.

Diante desse contexto, o presente artigo busca analisar as instâncias de controle, tanto formais quanto informais e as sanções que recaem sobre os corpos das mulheres privadas de liberdade no estado de São Paulo. Para isso, consideradas 32 entrevistas

²⁵ Nesse sentido, o PCC é compreendido enquanto instância alternativa a figura do estado, ou seja, informal, frente ao estado, que formalmente também legisla e executa sanções as mulheres que cumprem penas.

realizadas em três unidades prisionais femininas, serão sendo duas na capital e uma no interior do estado²⁶.

A pesquisa foi realizada em três penitenciárias, que foram identificadas por siglas para preservar a confidencialidade, a Penitenciária I - PI - denominada pelas entrevistadas como "Porta verde pede socorro" - foi inaugurada em 2001, como parte do Plano de Expansão das unidades femininas da Secretaria de Administração Prisional (SAP), sendo projetada para atender o que se considerava sendo às necessidades específicas das mulheres presas, incluindo uma ala materno-infantil. A PII - conhecida como "a cadeia das estrangeiras", foi inaugurada em 1972. Quando a pesquisa foi realizada, abrigava mulheres estrangeiras, gestantes e mães com filhos de até seis meses de idade, além de mulheres presas pelo Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC) e aquelas que não pertenciam ao PCC. E por fim, a PIII - inaugurada em 1920, inicialmente projetada para custodiar homens, foi considerada uma instituição "modelar" no contexto prisional brasileiro (Salla, 1999). A unidade foi desativada em 2004 e, após reformas foi reinaugurada em 2005, adaptada para abrigar mulheres, com capacidade para até 2.696 pessoas.

Entende-se aqui por controles formais, aqueles estabelecidos pelas normas e resoluções internas da Secretaria de Administração Prisional (SAP) do estado de São Paulo e pelas unidades prisionais. Já os controles informais referem-se àqueles criados pelo PCC, ou ainda, os derivados das relações entre funcionários e mulheres em cumprimento de pena. Esse cenário favoreceu o surgimento de um sistema de punições extraoficiais, elaborado e imposto por lideranças dentro da massa carcerária, como os *irmãos* e as *irmãs*, membros batizados no Comando. As regras criadas para organizar e normatizar a vida cotidiana dos presos frequentemente se sobrepõem às normas institucionais, muitas vezes complementando ou até substituindo-as e o resultado acaba sendo um controle disciplinar mais rigoroso. Dessa forma, a população carcerária pode ser duplamente punida, tanto pelas sanções formais quanto pelas informais, que recaem sobre os corpos das mulheres e de todos os detentos nas unidades prisionais sob a influência do Comando (Dias, 2011).

²⁶ As entrevistas foram realizadas durante a pesquisa de doutorado da autora que deu fruto a tese "Irmãs, cunhadas e guerreiras - O encarceramento de mulheres em São Paulo e as dinâmicas do Primeiro Comando da Capital - PCC", defendida no Programa de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC - UFABC

Com o objetivo de compreender como os *procederes*²⁷ do PCC impactavam a vida de diferentes mulheres nas instituições prisionais, busquei diante das possibilidades de diálogo com os responsáveis pela indicação das entrevistadas²⁸ conversar com mulheres de diferentes faixas etárias, com trajetória anterior de institucionalização na Fundação do Bem- Estar a Criança e ao Adolescente, antiga FEBEM ou Fundação de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA, com envolvimento ou não com o mundo do crime²⁹, presas com números de matrícula baixa e alta³⁰, que trabalhassem em diferentes *setores*³¹ e que não exercessem atividade remunerada, que recebessem ou não visitas. Foi ressaltado ainda, que o perfil poderia ser combinado, com o objetivo de compreender a luz do conceito da interseccionalidade³² (Crenshaw, 2018; Davis, 2016) as opressões, exclusões e violências epistêmicas, vivenciadas por diferentes mulheres, que cumpriam pena nas diferentes unidades prisionais.

Com relação ao perfil das 32 pessoas entrevistadas³³, 2 identificaram-se como homens transexuais, 1 como mulher transexual e as demais como cisgênero, entre elas as *entendidas*³⁴ *mulheríssimas e os sapatões*. A respeito da cor ou raça, 17 auto identificaram-

²⁷ O *proceder* é um conceito que segundo Feltran (2019) não foi criado pelo PCC, nascendo nas ruas, não tendo validade apenas no mundo do crime ou no estado de São Paulo. Dispor de *proceder*, corresponde a agir pelo certo, ter disciplina, vão virtudes daquele que corre na vida do crime, ainda que esse fenômeno possa ser contraditório.

²⁸ A forma de acesso às mulheres entrevistadas variou de unidade para unidade, sendo que na PI e na PII a indicação foi realizada pelas agentes penitenciárias e na PIII as mulheres foram indicadas pelos *setores*, posições indicadas pelas *irmãs*, membros batizados no Comando.

²⁹ Para José Ricardo Ramalho em “Mundo do Crime: a ordem pelo avesso” (2008) aponta que na prisão o mundo do crime e o mundo do trabalho, aparecem enquanto uma oposição de fundamental importância. A figura do nato, corresponde aquele que apresenta os atributos de quem fez a opção pelo mundo do crime, ou seja, a figura do delinquente, em oposição a aqueles que atribuem sua passagem ao acaso. A figura do *malandro*, no mundo do crime, era uma das principais e dizia respeito à experiência, ao conhecimento e às regras de procedimentos. Estar no mundo do crime significava estar legitimado, em razão das acusações e infrações aos códigos e à legislação.

³⁰ No ano de 1993, a SAP criou um programa de registro de matrículas de presos do Estado. Mesmo que a pessoa seja presa novamente, o número com o qual ela foi matriculada no sistema não muda, portanto menor é o número de matrícula de uma pessoa presa, maior é o status dele em relação à massa carcerária.

³¹ Os *setores* possuem diferentes funções, que recebem os nomes, de acordo com as tarefas estabelecidas e sua presença varia de unidade para unidade e podem ocupar ou não posições próximas ao PCC.

³² O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw (2018) e será explicitado mais adiante no presente trabalho.

³³ Ainda que *sapatões* e homens transexuais e mulheres transexuais tenham sido entrevistados, a grande maioria da população corresponde a mulheres cisgênero, portanto, o presente artigo faz referência a mulheres, sem, contudo, deixar de considerar a diversidade de gênero e performances no cárcere.

³⁴ Dentro do sistema prisional, as mulheres *entendidas* são aquelas que usam vestimentas lidas como masculinas, mas mantém seus cabelos compridos, são referenciadas no feminino e se auto identificam no feminino, entretanto, assumem posturas e tem gestos tidas como masculinos e, assim como os sapatões, suas performances nas relações são socialmente vinculadas ao masculino. E são designadas de *mulheríssimas* as que apresentam atributos marcadamente femininos, tanto nas vestimentas, quanto na estética, cabelos compridos, maquiagem, brincos e nas relações erótico-afetivas, sensualidade e passividade (Antunes, 2017).

se brancas, 11 pardas e 4 pretas, sendo que 3 eram de origem estrangeira, 1 proveniente do Paraguai, 1 da Bolívia e 1 da Nigéria. A pessoa mais jovem entrevistada, foi um homem transexual de 21 anos, sendo que no total de jovens até 29 anos³⁵, foram entrevistadas 8 pessoas, entre 29 e 40 anos, 8 pessoas, entre 40 e 60 anos, 12 pessoas e 3 mulheres tinham mais de 60 anos³⁶ e a que estava com idade mais avançada no momento da entrevista possuía 71 anos.

Da totalidade das entrevistadas, 26 eram mães, sendo que 6 mulheres tinham mais do que 3 filhos, a ampla maioria possuía baixa escolaridade, com ensino médio incompleto e somente 3 tinham completado o ensino superior. Do total das 32 entrevistadas, 22 tinham mais de uma passagem pela prisão, seja em decorrência do mesmo processo ou por diferentes processos e 4 delas estavam há mais de uma década atrás das grades.

Ao analisar o perfil das 32 pessoas entrevistadas é possível afirmar que em sua maioria trata-se de mulheres pretas e pardas, empobrecidas, com baixa escolaridade, mães, cujas trajetórias no crime e no cárcere perpassam baixas posições ocupadas no tráfico de drogas, acompanhadas de um histórico de institucionalização e encarceramento, com entradas e saídas do sistema prisional, além de altas sentenças. Ou seja, o perfil das mulheres presas nas três unidades corresponde ao de mulheres encarceradas no país composto, sobretudo, por mulheres jovens, negras e mães, conforme divulgado nos Relatórios de Informações Penais – RELIPEN - 2024, divulgados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

Portanto, o conceito de interseccionalidade, conforme abordado por Crenshaw (2018) é essencial para entender como as mulheres negras, cisgêneras e trans, pobres e mães, enfrentam um sistema penal que, muitas vezes, não reconhece a complexidade de suas identidades e experiências. A intersecção de raça, classe social, identidade de gênero e idade cria um contexto no qual essas mulheres enfrentam desvantagens estruturais, que se traduzem em trajetórias de vida marcadas por violência, pobreza, discriminação e criminalização que podem se aprofundar ainda mais dentro do cárcere.

³⁵ No Brasil, a juventude é considerada socialmente e legalmente correspondendo a faixa etária entre os 15 aos 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude, promulgado no ano de 2013. (Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852 de 2013).

³⁶ É considerado pessoa idosa no Brasil, aqueles com idade igual ou superior a 60 anos (Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003).

- **“Tem que obedecer o PCC” – Debates, oportunidades e cobranças**

Na penitenciária PI e na PII, a gestão do cotidiano no período em que a pesquisa foi realizada, estava sob a responsabilidade do corpo diretivo, administrativo e dos policiais penais, não sendo compartilhada com o PCC, portanto, as unidades foram consideradas pelas mulheres entrevistadas como “*na mão da polícia*”. Em ambas as unidades o Estado atuava enquanto uma instância legítima de mediação de conflitos e com poder decisório a respeito de quem ocuparia as vagas de trabalho nas oficinas ou nos setores e arbitrava sobre os encaminhamentos para os atendimentos médicos, psicossociais e demais demandas. Na PIII, a gestão e o cotidiano da unidade eram compartilhados entre a direção e o PCC, existindo diferentes critérios e formas de acesso às vagas de trabalho negociados pelo Comando, com a gestão da unidade, além da existência de *debates e cobranças* para aquelas que estivessem em desacordo com os *procederes* do Comando (Gonçalves e Brito, 2019).

Nas unidades em que a gestão é compartilhada pelo Estado e pelo PCC, o corpo das mulheres que cumprem penas passa a ser alvo de um duplo sistema de coações, privações, obrigações e interdições, pois, ao mesmo tempo em que precisam obedecer às normas impostas pela penitenciária, deve-se respeitar também às regras impostas pela organização, correndo o risco de ser simultaneamente sancionada por duas diferentes instâncias: o Estado e o Comando.

Quando a figura das “*irmãs*” está presente, todos os corpos que cumprem pena ficam sob a vigilância do PCC. É importante destacar que, no contexto da organização, apenas mulheres que correspondem ao sexo e ao gênero designado no nascimento e que se identifiquem como heterossexuais podem ser “*batizadas*” no PCC, tornando-se *irmãs*. Dessa forma, a adesão a essa norma é uma forma de garantir pertencimento dentro da organização, exigência que reflete uma percepção normativa a respeito do gênero, que exclui qualquer dissidência, critério que reforça um sistema de opressão baseado em normas estrita, excluindo mulheres e homens transexuais ou qualquer outra pessoa que esteja fora da heteronormatividade (Gonçalves, 2021).

E, não se submeter aos *procederes* do Comando, pode resultar em *debates*, sanções e *punições*, acarretando a possibilidade de exclusão do convívio e na necessidade de solicitar “seguro” — ou seja, a transferência para outra unidade, como uma medida de proteção diante da ameaça de retaliação. O controle sobre os corpos das mulheres, através

das normativas de gênero e sexualidade, acaba por criar uma complexa rede de subordinação, na qual o risco da exclusão física e social, passa a ser constante.

Cumprir pena na “Cadeia do PCC” é estar sendo cotidianamente observada por outras mulheres que ocupam as posições de *irmãs* e *setores*, que além das diferentes funções oficialmente instituídas, possuem atribuições relacionadas à manutenção da ordem que deve estar de acordo com os *procederes*, a resolução de conflitos entre a população e quando necessário a deliberação de sanções. Como narrou uma das entrevistadas que cumpria pena na PIII: “*é dois olhos olhando 400 mulheres é 400 mulheres olhando você*”, o que revela a intensa vigilância, na qual a observação é constante. Na unidade as mulheres afirmaram que brigas, conflitos e violência se faziam na maior parte do tempo ausentes na rotina, o que foi atribuído ao que elas denominaram como sendo “*a hierarquia*”³⁷. “*Aqui querendo ou não tem um ritmo, tem uma hierarquia, tem lei, por assim dizer*”.

Nesse contexto, a hierarquia é apresentada não apenas como um princípio organizador, mas também como uma força estabilizadora que garante que as mulheres sigam certas regras e normas internas. Esse tipo de controle informal, baseado na hierarquia e na vigilância, ilustra a maneira como sob a influência do PCC, a ausência de conflitos violentos, é compreendida como uma consequência de um sistema punitivo formal, mas de um arranjo informal que estabelece uma disciplina própria, onde a vigilância e a hierarquia funcionam como mecanismos de controle.

Quando se rompe com algum *proceder*, ou seja, quando algum código de conduta ou falta é cometido ou atribuído a alguém da *massa* ou quando alguma mulher em cumprimento de pena se sente prejudicada por atitudes ou ações alheias, pode-se “*levar para as ideias*” ou para o chamado tribunal de primeira instância, que é o *debate* (Varella, 2018; Gonçalves, 2021). São os *Estatutos do Comando*³⁸ que expressam veementemente os comportamentos que podem ser debatidos, bem como as sanções possíveis de serem *cobradas*.

Quando uma queixa é apresentada contra uma mulher a respeito de alguma falta cometida, começa a correr o prazo de quinze dias para comprovar a acusação (Varella,

³⁷ De acordo com a definição da hierarquia apresentada pelas interlocutoras, a *massa* que é a maioria estaria na base e um único indivíduo, nesse caso a figura da *jet*, ocupa a posição de liderança, estando no topo da pirâmide, entretanto, nas relações estabelecidas, quem ocupa a posição de *setor*, *irmã* ou de *jet*, necessitam da aprovação da *massa*.

³⁸ O Estatuto do PCC é um documento no qual constam as regras e as condutas que os membros da organização devem seguir.

2018) e conforme mencionado anteriormente, nos casos em que as questões possam ser consideradas de natureza grave, um debate é organizado para arbitrar e definir medidas que estejam de acordo com o que a decisão considerar como certo “*o certo*”.

O *debate* que envolve uma decisão a respeito da conduta de uma mulher, em regra deve contar com a participação de uma figura do sexo e gênero feminino. Quem conduz ou *sumaria* o debate, deve necessariamente ser a pessoa que apresentou a contenda junto ao PCC, no entanto, é preciso conhecer os *procederes* e os mecanismos do *debate*, ou seja, deve ser alguém que possua uma trajetória no *mundo do crime*. Caso a mulher que levou o problema que deve ser solucionado através do *debate*, não seja considerada como tendo as características necessárias para conduzir, quem fará a condução será um *irmão*, ou seja, um homem tomará a frente “*se o prejudicado tiver uma visão é ele quem conduz, senão é um homem quem entra na frente e vai conduzir*”, o que revela uma hierarquia de gênero e uma divisão de responsabilidades dentro da estrutura do PCC.

Os *debates* permitem acusação, argumentação e defesa, com o intuito de embasar as deliberações, e no limite, podem decidir quem vive, quem mata e quem morre, podendo resultar inclusive resultar na decisão de ceifar a vida de quem foi considerado como “*não estando pelo certo*”. A sentença é amparada tanto no que diz respeito aos princípios dispostos no Estatuto, como nas performances e nos depoimentos das vítimas e dos acusados. “*Um rebolado né, não falar, travar na hora. Às vezes tem razão, mais não consegue falar e perde o debate*”. O relato revela que uma falha na comunicação ou na defesa podem resultar em punições severas como a perda da vida e que podem ser baseadas na informalidade do processo, no qual a decisão muitas vezes depende da hierarquia de poder de quem se fala, da performance e da capacidade de se mostrar convincente.

Margaret, branca, 33 anos, mãe de cinco filhos, era filha de um dos primeiros homens batizados no PCC e ex-cônjuge de um *irmão*, pai dos seus filhos e que também cumpria pena de prisão. Presa há cinco anos na “Cadeia do Comando”, identificou-se como “*entendida*”, por manter os cabelos longos performando feminilidade, mas também por fazer o uso de roupas largas e estar casada com uma mulher. Ela, que ainda mantinha contato com seu ex-marido através da troca de correspondências e do telefone celular, narrou que foi levada ao *debate*, quando não considerou justa uma situação que ocorreu quando trabalhava no *setor* da cozinha. Ao colocar em xeque o posicionamento de cinco *irmãs*, ela que se viu sozinha para solucionar a contenda, entrou em contato com o ex-marido, através do telefone celular, para que ele pudesse “*dar um socorro*”, ou seja, que

interviesse junto às mulheres *batizadas*. “Eu falei, peraí, não, vamos buscar lá fora o meu pessoal, isso não tá certo, ai eu sai do setor”. Ao mobilizar sua rede de contatos, deixou imediatamente a cozinha

No *debate*, que envolveu a mediação de *irmãos* no Comando, presos em outras penitenciárias, Margareth narrou o que aconteceu ao ex-marido, que argumentou que as *irmãs* deveriam averiguar os fatos, levando em consideração a sua história e sua *caminhada* fora e dentro da unidade prisional. Na ocasião em que os *irmãos* se faziam presentes através dos telefones celulares, duas *irmãs* se contradisseram, “*ponto pra mim, ai não deu nada, não troquei de pavilhão, nem nada*”.

Ela comparou o debate a um julgamento, semelhante ao que vivenciou quando foi acusada e julgada pelos crimes perante o sistema de justiça. “É um julgamento, tem o juiz, o promotor e o réu. Literalmente, é o julgamento da sobrevivência aqui dentro.” No contexto dos debates nas unidades prisionais, ter a possibilidade de acionar o “meu pessoal”, ou seja, contar com relações estabelecidas dentro do PCC — seja com familiares, amigos, companheiros — fazer uso de celular na unidade, ter uma “caminhada” no mundo do crime, ou ainda, “ter tirado uns dias” (ou seja, ter passado por outras passagens pelo sistema prisional), conhecer os Estatutos e os procedimentos do Comando, coloca o indivíduo em uma posição vantajosa. Isso ocorre em contraste com aqueles que não têm acesso a celulares, redes de apoio ou conexões dentro do sistema, o que pode enfraquecer sua defesa no debate. Portanto, ter a oportunidade de mobilizar e acionar os distintos mecanismos durante os *debates*, perpassam os posicionamentos que são tramados por intersecções de raça, gênero, classe, sexualidade, conforme apontou Padovani (2018) e as tramas e redes familiares e relacionais, com o acionamento do “*meu pessoal*”, conectam diferentes possibilidades de agência.

O caso narrado por Margaret, que necessitou pedir “socorro” ao ex-marido, demonstra que as relações externas à prisão, em particular aos homens *batizados* no Comando, acabam sendo essenciais dentro das penitenciárias femininas, para a resolução de conflitos. Além disso, a identidade familiar de Margaret com o Comando, filha de pai e ex-mulher de um homem *batizado*, indicam que as relações interpessoais dentro e fora da prisão, estão intrinsicamente conectadas a organização criminosa. A intervenção releva a intermediação dos conflitos pelos *irmãos*, o que destrincha as relações de poder na qual, as mulheres estão sujeitas ao controle e à mediação da organização, nas figuras masculinas, ainda que elas ocupem posições significativas na rede.

Quando um *debate* sobre uma ação considerada como grave chega ao final dentro da “Cadeia do Comando” ou em pavilhões que existam *irmãs* e a decisão final é a cobrança com o “15:33”, tem início o desenrolar de quinze minutos e trinta e três segundos dolorosos. As mulheres são levadas para o fundo da cela das *irmãs*, longe do alcance dos agentes, local em que aquela que foi julgada no *debate*, irá sofrer as consequências. “A irmã põe pra dentro da cela, ela põe a mão pra trás, e elas batem 15 minutos e 33 segundos, e o pessoal na linha ouvindo” (Padovani, 2018; Varella, 2018; Gonçalves, 2021).

Necessariamente, aquela que irá sofrer as consequências deve permanecer com as mãos para trás, durante 15 minutos e 33 segundos, período no qual são desferidos agressões e golpes com cabos de vassouras, colocados de molho em um balde com álcool e vinagre, para que inchem, fazendo com que as agressões acarretem ainda mais dores e marcas no corpo que foi ferido. “Os baldes desse tamanho e os cabo de molho, e com o pau de molho, em um balde com álcool e vinagre, o cabo incha, daí tá ligada”.

O “15:33” ou “*peguê*” é a agressão física que recai sobre o corpo da mulher na qual foi decidido no âmbito do debate coletivo, a *cobrança*. Após o 15:33, o corpo ferido e marcado passa a produzir uma mudança no status diante da população carcerária, retirando a “*dignidade da mulher dentro da cadeia*”, ou seja, a punição física atinge diretamente a reputação dentro da penitenciária. Essa prática denota a intersecção entre a punição, o controle social e a identidade dentro do sistema prisional, na qual a agressão não é apenas uma sanção corporal, mas um mecanismo de controle e de subordinação, que pode vir a destruir a reputação da mulher, afetando sua posição nas dinâmicas, sua capacidade de negociação e proteção. No caso das mulheres, o controle, através da violência é utilizado como instrumento de regulação social e de reforço das normas estabelecidas pela organização.

Entretanto, existiria a *oportunidade* de não ser levada ao *debate*, não sofrendo assim caso seja deliberado o 15:33, a expulsão do convívio ou outras sanções. Contudo, aquelas que recebiam a *oportunidade* e deixavam de sofrer “*as consequências*” estariam sujeitas a cumprir as ordens das *irmãs* ou do PCC, o que, para uma das mulheres entrevistadas, simbolizava “*ser escrava do Comando*”. Ao evitar a agressão física e outras sanções como a expulsão do convívio, a “*oportunidade*” passa a simbolizar a substituição da violência física, pelo controle e a perda da autonomia e do poder decisório sobre a vida, dentro da unidade prisional. A comparação com a escravidão, na qual homens e mulheres eram considerados propriedades dos senhores, reflete uma lógica de controle que despoja

a mulher de capacidade recusa a obediência, transformando-a em um instrumento que deve submissão ao PCC.

Um caso narrado pelas entrevistadas como recorrente na PIII, era o furto de produtos de higiene e alimentação das celas, diante da escassez do que deveria ser fornecido pelo Estado e das condições financeiras das mulheres. Caso a *rata*³⁹ fosse descoberta e levada às “irmãs” que poderiam vir a consentir uma *oportunidade*, ela ficaria a serviço das mulheres *batizadas* no PCC. “*Oportunidade, que nem você entrou na minha cela e pegou meu copo, vamos dar uma oportunidade pra ela?*”. Sempre que alguém tivesse recebido a *oportunidade* do *Comando*, a mulher estaria sujeita a guardar celulares, drogas ou assumir a culpa em eventos, como rebeliões, por exemplo. “*Você vai guardar meu celular, as drogas, a cadeia virou, você vai ser a bola da vez, eu vou matar ela e você vai assumir*”.

Na percepção de Margaret, filha de pai batizado no *Comando* e ex-cônjuge de um *irmão*, a oferta da *oportunidade* não condizia com o que ela acreditava como sendo “o certo”. O “certo” exigiria que as “irmãs”, buscassem compreender o que levou a mulher a cometer um ato que não condizia com o Estatuto ou o *proceder* do *Comando*. Para ela, a análise deveria levar em consideração, as condições econômicas e as adversidades da vida na prisão, que poderiam ter suscitado o furto.

Para Margaret, o correto seria ofertar ajuda e auxílio ao contrário de colocar mulheres que estão em situação de vulnerabilidade em contextos que pudessem vir a acarretar sanções e punições, seja pelo *Comando* ou pela unidade prisional. “*Eu não entendo umas coisas dessas, a pessoa tá precisando de ajuda e você vai complicar a vida dela*”. Além de não encontrarem o auxílio de que muitas vezes precisavam, essas mulheres se viam forçadas a praticar contravenções ou crimes, sendo punidas com castigos ou enfrentando processos disciplinares, o que, por sua vez, poderia acarretar novas sentenças e prolongar o tempo de cumprimento de pena. No pavilhão em que vivia, com uma média de 400 mulheres, “umas 100 estariam na oportunidade, “*umas 100 estariam na oportunidade*”. “*Tem umas meninas que ficam tudo na oportunidade, umas 100 meninas desse lado tão na oportunidade, geralmente são as bolas da vez, quanto mais melhor. Triste de ver*”. Portanto, a ausência de suporte, fazia com que as mulheres adotassem comportamentos que, muitas vezes, agravam ainda mais sua situação, resultando em

³⁹ Termo nativo dado aquela que furta ou rouba.

punições, aumento do tempo de encarceramento e perpetuação do ciclo de encarceramento.

Na PIII “*cadeia do Comando*”, as mulheres, obrigadas a cumprir tarefas como guardar celulares, drogas ou assumirem sindicâncias, não necessariamente faziam pela troca de recursos financeiros ou como forma da quitação de dívidas, mas como contrapartida da *oportunidade* oferecida pelo Comando. Elas não seriam *cobradas* fisicamente, perdendo assim sua palavra e dignidade perante a *massa*, mas estariam à disposição das *irmãs*, por um período indefinido, entendendo-se que, enquanto “*estiver na cadeia é pro resto da vida*”. “*Elas adoram dar a oportunidade, a oportunidade de você tá sendo escrava pro resto da vida*”. O que é possível de se observar através da análise das dinâmicas é a complexa relação de poder e subordinação que se estabelece, na qual, as mulheres perdem sua liberdade e sua dignidade. A metáfora da escravidão, mais uma vez mencionada, pode vir a ser entendida não apenas como uma subordinação física ou direta, como a perda da liberdade de escolha e autonomia, na qual as mulheres devem obrigações, com possibilidades reduzidas de rompimento de ciclo.

Késia, 24 anos, negra, estava casada com uma mulher, quando a entrevista foi realizada, expressou que acreditava que “*Comando era podre*” narrando a situação que resultou na transferência do casal da PIII (Cadeia do Comando) para a PII (Cadeia das Estrangeiras). Durante uma blitz na PIII, policiais penais encontraram um telefone celular na cela que ela compartilhava com sua esposa. Após a apreensão do dispositivo, as demais celas também foram revistadas. Para evitar que os “BOS” (termo utilizado para se referir a pacotes ou objetos ilícitos) do pavilhão fossem descobertos, as mulheres que estavam com drogas começaram a jogar as substâncias pelas janelas, fazendo com que uma grande quantidade caísse no jardim.

Como represália a elas, que trouxeram a *blitz* para o pavilhão, por conta do celular apreendido, a proprietária das drogas, teria entregado o casal para as agentes. “*Quando eu fui pro castigo, nois foi por telefone e droga, a droga era de outra menina. Essa menina acabou caguetando nois, lá não fica cagueta, certo? A menina tá convivendo junto com nois, no outro pavilhão, com uma irmã. Então onde é que se viu isso? Não existe isso*”.

“*Não caguetar*” é um dos princípios básicos do *mundo do crime*. Inconformada, Késia afirmou que quem as entregou, continuou no convívio da unidade no mesmo pavilhão, ao lado de uma *irmã*. Após o ocorrido, sua esposa buscou dialogar com o Comando, para levar as *ideias*, ou seja, para o *debate*, o que não chegou a ocorrer, pois

após deixarem a cela do castigo, foram transferidas de bonde para a *bonde* para a PIII “*nois foi pro castigo, do castigo ela desceu I e eu pro III, ela foi levar a dona das drogas pras ideia, e ela tomou bonde, a casa deu bonde pra ela*”.

Muitas mulheres entrevistadas se colocaram de maneira contrária aos *procederes* do Comando e a forma como os *debates* eram conduzidos e aos mecanismos de punição instituídos, o que por vezes gerava tensões com *as irmãs*, ao passo que em determinados momentos, eram identificadas como defendendo os interesses dos *irmãos* ao da massa.

O trecho revela as complexas relações de poder estabelecidas no âmbito do Comando e evidenciam como as mulheres em cumprimento de pena se percebem em uma posição constante de vigilância e julgamento, tanto pelos controles formais do Estado, quanto os informais, estabelecidos pelo PCC. De acordo com as narrativas, a tensão constante entre a defesa dos interesses do Comando e a resistência as regras impostas, resulta em um cotidiano no qual as mulheres podem tanto, ser alvo das instâncias de controle, como participantes ativas da estrutura.

Considerações Finais

A partir das reflexões desenvolvidas com base nas dinâmicas das três diferentes unidades prisionais e nas entrevistas aqui mobilizadas é possível afirmar que as trajetórias das mulheres que cumprem penas são marcadas pela interseccionalidade de raça, classe, idade, gênero que se produzem dentro e fora do cárcere e que impactam diretamente o cotidiano e as relações estabelecidas com as administrações penitenciárias, com as agentes, com as companheiras de cela, com *as irmãs*, os *setores*, *as cunhadas*, *os sapatões*, em suma, com todas aquelas e aqueles fazem parte das dinâmicas prisionais.

Possuir conexões no *mundo do crime* e conseguir contatá-los através do telefone celular, ou ocupar a posição de “*irmã*”, ter uma *caminhada* reconhecida ou prerrogativas conferidas pelas posições ocupadas nos *setores*, possibilita muitas vezes que as mulheres acionem e mobilizem recursos dentro do sistema prisional, que não são possíveis de serem acessados por todas as mulheres o que gera e aprofunda as clivagens. Portanto, as mulheres com conexões e recursos conseguem mobilizar apoio que dificilmente são alcançados por aquelas que não conseguem mobilizar as mesmas redes, o que cria uma clara divisão entre as mulheres que estão integradas nas dinâmicas do PCC e a “*massa*”.

A prisão é uma instituição na qual os marcadores sociais de gênero, raça, classe, geração, orientação sexual, religião, entre outros elementos que são constitutivos das relações sociais podem ser capazes de tornarem-se agravantes da discriminação e subordinação das mulheres, dentro dos muros e grades da instituição prisional, sendo definida por Akotirene (2020) como um microcosmo da sociedade, uma miniatura ampla com seus privilégios e segregações.

Portanto, as desigualdades vigentes fora do sistema prisional, se aprofundam ainda mais dentro da instituição e os procedimentos do PCC acabam recaindo de sobremaneira aos corpos negros e pardos, não binários, as gays, lésbicas, sem conexões anteriores com o *mundo do crime*, sem o acesso a aparelhos celulares e sem a mobilização de recursos financeiros dentro das prisões.

O Comando, que detém um significativo controle das relações estabelecidas dentro das unidades prisionais, nos bairros e periferias (Dias, 2013) é determinante nas relações de poder dentro das unidades prisionais femininas no estado de São Paulo, portanto, as mulheres que não possuem vínculos com o grupo, ou que não ocupam posições nessa estrutura, como *irmãs* ou *cunhadas*, podem enfrentar maiores dificuldades no cumprimento de pena. A raça, a classe e o gênero, aliado a ausência de conexões no mundo do crime, pode torná-las como alvo de violências, exclusões e arbítrios tanto pelo controle formal, imposto pelos agentes, quanto pelos informais, no que tange aos procedimentos, debates e cobranças impostos pelo PCC.

Referências

AKOTINERE, Carla. Interseccionalidade. Coleção Feminismos Plurais. Pólen. São Paulo. 2019.

_____. Ó pai í prezada: racismo e sexismos institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas. Editora Pólen. São Paulo. 2020.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Revista Estudos Feministas, 2002.

DAVIS, Yvonne Angela. Estarão as prisões obsoletas? Editora Bertrand Brasil Ltda. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2018.

_____. Mulher, raça e classe. Boitempo: São Paulo, 2016.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista e a nova configuração de poder. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR. 2009.

_____. Estado e PCC em meio a tramas do poder arbitrário. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 23, n. 2. Novembro. 2011.

_____. PCC. Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência. São Paulo: Saraiva, 2013.

FELTRAN, Gabriel Santis. Fronteiras em tensão. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Campinas, São Paulo. 2008.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. Irmãs, cunhadas e guerreiras – O encarceramento de mulheres em São Paulo e as dinâmicas do Primeiro Comando da Capital – PCC. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC – UFABC - 2021

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC). Mulheres Sem Prisão: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal. São Paulo: ITTC, 2019.

JOZZINO, Josmar. Cobras e Lagartos. A vida íntima e perversa nas prisões brasileiras – Quem manda e quem obedece no partido do crime. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

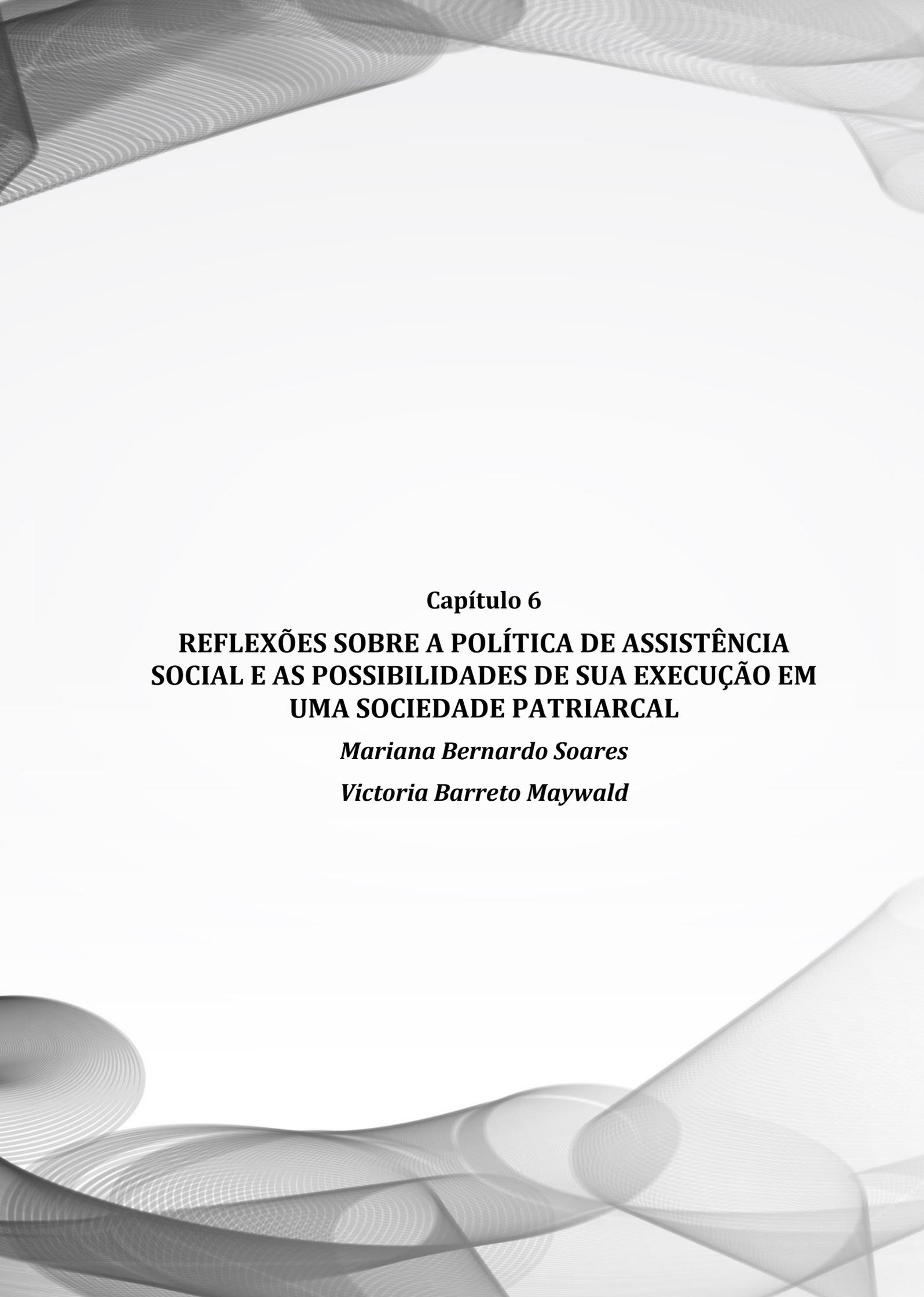
_____. Casadas com o Crime. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

PADOVANI, Corazza, Natália. Perpétuas espirais. Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977 – 2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Campinas. 2010.

_____. Sobre casos e casamentos: afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Campinas. 2015.

RAMALHO, Jose Ricardo Garcia Pereira. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. 1978. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

VARELLA, Drauzio. Prisioneiras. 1ª ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2017.



Capítulo 6

**REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE SUA EXECUÇÃO EM
UMA SOCIEDADE PATRIARCAL**

Mariana Bernardo Soares

Victoria Barreto Maywald

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE SUA EXECUÇÃO EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL

Mariana Bernardo Soares

Assistente social e bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP. São Paulo, Brasil. Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: marianasoaresmestranda@gmail.com

Victoria Barreto Maywald

Assistente social e bacharel em Serviço Social e Direito pela PUC-SP. Atuação: Assistente Social do NPJ/CREAS Vila Maria, Mãe da Anayá. São Paulo, Brasil. Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: victoria.maywald@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem a intenção de trazer reflexões acerca da manutenção da estrutura machista e patriarcal da sociedade brasileira através de políticas institucionais de Assistência Social. Para isso, tem-se como referência a Política Nacional de Assistência Social, em sua forma legal e pela aplicação no cotidiano profissional, através de relatos profissionais e experiências de trabalhos executadas por instituições do terceiro setor na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média complexidade. Vamos nos debruçar nos pontos em que, através da execução direta, se manifestam a responsabilização, e a cobrança das mulheres quanto a assumir o trabalho reprodutivo em todas as suas dimensões, com a intenção de levantar pistas sobre onde é possível romper com a estrutura machista e patriarcal imposta. Para tanto, mesmo com enfoque na desigualdade de gênero refletida, e abordada aqui como principal, tem-se como pressuposto a interseccionalidade das opressões no contexto de uma sociedade capitalista, de modo que não há como ignorar que perpassam na mesma equação as desigualdades de raça e etnia, classe social e orientação sexual. Interessa questionar, por fim, se a lógica posta dentro da Política de Assistência Social e a sua execução, contribui de alguma forma para perpetuar as violências colonial, machista, racista, sexista que se materializam nos corpos das mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Assistência Social, Machismo, Práxis.

ABSTRACT

Reflections on Social Assistance Policy and the possibilities of its implementation in a patriarchal society:

This article proposes reflections on the maintenance of the sexist and patriarchal structure of Brazilian society through institutional social policies. For this, the National Social Assistance Policy is used as a reference, in its legal form and through its application in daily professional life, through professional reports and work experiences carried out by third sector institutions in Basic Social Protection and Special Social Protection. We will focus on the points where, through direct execution, the responsibility and demands of women regarding the responsibilities of reproductive work are manifested, with the intention of raising clues about where it is possible to break with the imposed sexist and patriarchal structure. To this end, even with a focus on gender inequality reflected, and addressed here as the main one, the intersectionality of oppressions in the context of a capitalist society is assumed, so that there is no way to ignore that race, ethnicity, social class and sexual orientation inequalities permeate the same equation. Finally, it is interesting to question whether the logic established within the Social Assistance Policy and its execution contribute in any way to perpetuating colonial, sexist, racist and sexist violence on the Brazilian women's bodies.

Keywords: Public Policies, Social Assistance, Sexism, Praxis.

Introdução

Trata-se de trabalho escrito completo, fruto do resumo e comunicação oral apresentados durante o Seminário Internacional “Fazendo Gênero 13 contra o fim do mundo: anti-colonialismo, anti-fascismo e justiça climática”. O evento ocorreu de forma presencial e online de 29 julho a 2 de agosto de 2024, no Campus da UFSC, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. O simpósio temático que contemplou este trabalho é denominado "Reflexões sobre a Política de Assistência Social e as possibilidades de sua execução em uma sociedade patriarcal".

A atual Política Nacional de Assistência Social – PNAS do Brasil é fruto de muita mobilização política e social, da população que ansiava por alguma forma de atuação e proteção do Estado na equidade social e na diminuição das desigualdades. Foi aprovada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, representando um momento histórico para os atores sociais envolvidos.

A forma como a PNAS foi elaborada mostra a intenção de ser construída coletivamente, tanto pelo Poder Público, como por pessoas e entidades da sociedade civil. Essas, por sua vez, puderam expressar-se através de audiências públicas, congressos e fóruns da categoria profissional. O objetivo primordial era redesenhar esta política para implementar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A assistência social é um direito de todos os cidadãos, garantido na Constituição Federal de 1988, sendo um dever e uma responsabilidade do Estado. É através do SUAS que a assistência social enquanto política pública pode ser efetivamente aplicada. Ela estar disponível a todos aqueles que dela precisarem, independente de contribuição prévia, como no caso da Previdência Social.

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. (BRASIL - MDS, 2004, pág 15)⁴⁰

As implementações da PNAS e do SUAS, conseqüentemente, representam momentos não apenas históricos, mas também revolucionários, dentro do contexto histórico em que ocorreram. Essa afirmação será repetida no decorrer deste texto, pois é algo para se ter como direção do pensamento. Isso porque, a partir de agora, as autoras convidam para uma reflexão necessária sobre como a PNAS é aplicada nos dias de hoje e quais os reflexos desta política na sociedade.

Parte-se da consideração das opressões cotidianas de classe, raça, etnia, gênero e orientação sexual, bem como da construção das relações sociais estruturadas nos pilares patriarcal, racista e classista, como parte intrínseca à construção das políticas públicas. Da mesma forma, entende-se que faz parte da atuação do Serviço Social enfrentar tais questões sociais e suas expressões.

Assim, investimos em revisitar as dimensões da aplicação da Política Nacional de Assistência Social, através do método de análise materialista histórico dialético, para analisar se, embora uma política muito benéfica para o momento em que foi implementada, não poderia estar, de alguma forma, contribuindo para a manutenção deste mesmo sistema patriarcal, racista e classista em que está inserida.

⁴⁰ https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

Tal questionamento, embora cause estranheza inicialmente, não deveria soar tão desconfortável. Isso porque a PNAS, bem como todas as outras políticas públicas de assistência social que a sucederam, foi implementada em um Estado neoliberal, mesmo que durante a gestão de um governo progressista. Sendo assim, a política não deixaria de lado completamente a lógica neoliberal. E, se assim o fizesse, não seria aprovada e implementada.

Questiona-se, então, de que forma uma política pública voltada à assegurar a aplicação de direitos sociais à população, dentre outros objetivos, passa a ser implantada em um contexto neoliberal. Afinal, algumas das principais características do neoliberalismo são a redução de direitos sociais e a defesa dos princípios econômicos do capitalismo - sistema esse que vai muitas vezes criar e fomentar a desigualdade, buscando o lucro de poucos.

Prática e aplicação da Política Nacional de Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social, como mencionado anteriormente, é designada a atender quem dela necessitar, e atua diretamente no fenômeno da violência ou da violação de direitos em decorrência de questões de raça, classe e gênero. As opressões expressas através da questão social manifestam-se nos mais diversos ambientes, inclusive no âmbito familiar, que muitas vezes sinaliza a violência, inicialmente, através do isolamento social. Essa afirmação é fruto da observação cotidiana em um Serviço Socioassistencial de Média Complexidade da cidade de Campinas, São Paulo.

Não é surpresa para as profissionais e pesquisadoras da área do Serviço Social que, mesmo contando apenas por amostragem, é visível como a maioria das pessoas atendidas nos serviços socioassistenciais são mulheres. Elencar as razões para esse fenômeno seria um trabalho perpétuo, uma vez que são inúmeros os fatores. Desde representarem a maior parte do público-alvo da violência doméstica, por exemplo, até mesmo por sobrecarga de trabalho não remunerado, o que as torna, supostamente, mais disponíveis para comparecer nos Centros de Referência, em comparação com os homens com trabalho formal.

Mesmo assim, é não apenas possível indagar algumas dessas razões, como também fundamental para começar o processo de mudança dessa lógica. Às mulheres está imposta

a responsabilidade em exercer os cuidados da casa e de outras pessoas que o demandem, ora com criança e adolescente, ora pessoa com deficiência, ora com pessoa idosa, independente de existir violência na construção das relações familiares, de dar conta de reproduzir a vida de quem é considerado improdutivo para o capitalismo, por já ter usado ou ainda estar preparando para utilizar a sua força de trabalho, como as crianças e adolescentes.

Ora, se é imposto à mulher que cuide de todos os aspectos domésticos, é à ela que se impõe também a necessidade de comparecimento nos serviços socioassistenciais e dê resposta às suas solicitações, assim como nos demais serviços, os quais avalia necessário para atendimento às pessoas, em uma lógica construída em direção ao norte e mantemos a compreensão de que é assim que se dá um ambiente protetivo. Por exemplo, ao passar a responsabilidade principal do núcleo familiar para a mulher - medida acertadamente implementada a fim de garantir, dentre outras coisas, independência financeira da mulher - há também uma cobrança em cima dessa mulher para que ela atinja determinados critérios para se manter os benefícios sócio-assistenciais.

Cotidianamente no trabalho de assistentes sociais observa-se a cobrança das mulheres chefes de família para que as crianças estejam presentes na escola para manutenção do Cadastro Único e de benefícios como o Bolsa-Família. Porém, não é incomum ver essa mesma mulher não podendo levar a criança vez ou outra para a instituição escolar um motivo muito comum, inclusive, é simplesmente pela distância da casa para a escola e por não ter dinheiro para a passagem, no cotidiano essas situações acontecem corriqueiramente e o que está previsto como ações possíveis dentro da atuação segue uma lógica punitivista que cobra as mães ao invés de construir condições concretas e subjetivas para que se dê um cenário de fato protetivo dentro desta sociedade.

O problema se mostra na consequência do exemplo narrado, em que deixar essa responsabilidade primordialmente em cima dessa mulher pode estar contribuindo para a manutenção do sistema patriarcal. Afinal, essa mulher muitas vezes está fazendo jornadas triplas de trabalho, vive ou viveu muitas violências e violações de direitos, nos diversos lugares nos quais frequenta, e é culpada por seguir “dando conta” da reprodução da vida sem ser ofertado caminhos para tal, um dia específico não conseguiu levar a criança na escola ou em uma consulta médica, por exemplo, a consequência é além de culpabiliza-la acionar órgãos e serviços de outras instâncias.

Ao mesmo passo em que não existe uma cobrança sequer para a presença dos homens, dos pais, no contexto familiar e na criação das crianças. Questiona-se porque existe uma dedicação maior em cobrar cada vez mais responsabilidades das mulheres enquanto o abandono paterno no Brasil segue como uma questão cheia de passabilidade, muito naturalizada. Os processos judiciais iniciam do pressuposto de guarda compartilhada onde as crianças passam um final de semana a cada 15 dias com o pai, além de ainda muito pautado na divisão de dinheiro com a pensão alimentícia, a questão que queremos trazer aqui é que nos demais dias, alguém tem que realizar o cotidiano da criança com alimentação, higiene, cuidados de saúde, acesso a espaço escolares, desenvolvimento escolar, emocional, psíquico, etc, e o que observamos é que as cobranças não são feitas com igualdade, imagina chegar em um cenário que propõe a equidade, como previsto pela PNAS. Salientamos ainda que dentro da legislação brasileira na ausência da família a responsabilidade pelo cuidado de pessoas que em condição de dependência por algum motivo, é dever do Estado garantir, porém dentro deste governo neoliberal o que vemos é cada vez mais cenários de omissões que se manifestam desde a não implementação de serviços, precarização e inclusive, culpabilização da família.

A equação fica ainda mais complexa quando observa-se nos serviços socioassistenciais uma insistência em cobrar a responsabilidade da mulher para com os afazeres domésticos de maneira vexatória, carregada de padrões e moral normatizantes e que não condizem com a realidade e subjetividade daquela pessoa, família, comunidade. Infelizmente existem pessoas no exercício da profissão que são levadas pelo pensamento racista, hegemônico, conservador, patriarcal e impõem condutas às mulheres, supostamente fundamentadas na legislação, mas que na realidade apenas mascaram o ideal da manutenção do patriarcado. Ao longo dos nossos estudos temos compreendido que se trata da necessidade de uma mudança de visão de mundo onde as análises de conjuntura considerem a história do Brasil desde a sua invasão, até os lugares que ocupa nos dias de hoje, entendemos que reconstruir caminhos, que digam da realidade do nosso povo, não estamos dizendo sobre esquecer que o capitalismo é o modo de dominação econômico, político e social do planeta mas sim compreender o lugar no qual estamos o que alimentamos dentro dessa estrutura, mas sim de possibilitar construções de serviços que ofertem dignidade e não apenas lugares dentro de classificações entre países que medem a linha da pobreza.

Por isso, cabe questionar qual é o referencial teórico adotado nas instituições de ensino, o acesso de trabalhadores, a criticidade da formação dos profissionais que estão na linha de frente do SUAS, aplicando a PNAS, hierarquização dos serviços que possibilitam, ou não, uma atuação técnica e comprometida com a construção de outra ordem societária. É importante mencionar que não se trata de uma dimensão geracional ou de tempo de formação, se são profissionais formados há muito ou pouco tempo. Não faria sentido tratar-se de tempo de formação, uma vez que na PNAS e nos documentos que regulam a atuação dos profissionais do Serviço Social é previsto uma formação orgânica e continuada - conteúdo presente, inclusive, no Código de Ética de Assistente Social, mas nos parece que diz de rever a história, redesenhar pontos de partida e chegada.

Trata-se muito mais de uma questão de valores morais, de ideologia duvidosa e em desacordo com os Direitos Humanos e a Constituição Federal e ausência de ética. Comportamentos que reforcem a estrutura patriarcal não são novidade, porém chama a atenção o crescimento de grupos que pregam o ódio, principalmente às mulheres, aliado ao aumento do poder político de entidades conservadoras, e o aumento no número de casos de violência contra a mulher.

Isso porque os homens que frequentam espaços em que há abertamente um discurso de ódio às mulheres são convidados a colocarem em prática os conceitos aprendidos. Com isso, o “discurso, até então abstrato, impacta as mulheres na medida que os chamados coaches ou professores ensinam seus alunos sobre essa filosofia e eles aplicam com mulheres do seu convívio.” (FOGAÇA, 2023)

Alguns dados alarmantes são o aumento nos casos de misoginia no Brasil que, segundo a Folha de São Paulo, aumentaram em 30 vezes em um período de 5 anos. Uma pesquisa da organização SaferNet, demonstrou que as denúncias de crimes de ódio contra mulheres foram de 961, em 2017, para 28,6 mil, em 2022. Um exemplo foi o tiroteio realizado por “*Elliot Rodger que matou seis pessoas e, em um manifesto escrito, responsabilizou pelos crimes, ‘mulheres que não queriam fazer sexo com ele’*”⁴¹.

Este aumento é resultado, inclusive, de medidas institucionais, como a criação do Ministério da Família, em 2018, que incentivou o pensamento patriarcal e o apagamento da individualidade da mulher ao extinguir o Ministério que anteriormente era dedicado a

⁴¹ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58300599>. Acesso em 01/08/24.

elas. Por isso, a boa aplicação de uma política pública, embora muitas vezes se trate de uma política de Estado, estará diretamente vinculada ao governo vigente.

Então, pode existir uma política muito boa, entretanto se o território está passando por um período de governo em que os discursos de ódio estão disseminados e aceitos, as pessoas vão se sentir até mesmo mais livres para cometerem crimes de ódio, menos envergonhadas. Com isso, a gestão do governo que estiver no poder poderá dificultar ou facilitar o acesso dos usuários às políticas públicas de seu interesse.

Importante destacar, por fim, que o principal público alvo quanto à violência contra a mulher no Brasil são as mulheres negras. Segundo o Atlas da Violência de 2021, 66% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019 são mulheres negras, o que leva a muitos questionamentos não só sobre qual a segurança garantida a essas mulheres, mas também qual a qualidade do tratamento de saúde oferecido se comparado com mulheres brancas. A posição do Brasil em relação aos índices de violência contra mulheres, comparado a outros países, é preocupante. Os dados de 2021 apontam o Brasil como o quinto país do mundo em ranking de violência contra a mulher, atrás somente de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, de acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)⁴².

Considerações finais

Dessa forma, embora a Política Nacional de Assistência Social representa um marco histórico na luta por direitos da classe trabalhadora, uma vez que sua criação, implementação e aplicação se dão em um contexto neoliberal, é preciso analisar criticamente. Afinal, na execução do trabalho profissional na execução da política de assistência social, embora o compromisso de ter uma atuação alinhada considerando as intersecções de classe, raça e gênero, na hora do atendimento, da execução do serviço, isso muitas vezes fica muito, muito distante.

Pontuou-se, ainda, como a disseminação do discurso de ódio está diretamente ligada ao aumento no número de casos de violência doméstica. Com relação ao mundo profissional, a banalização dos discursos de ódio pode implicar em um exercício

⁴² <https://abrir.link/UtmgX>. Acesso em 01/08/24.

profissional mais conservador e reacionário que, por sua vez, servirá à manutenção da sociedade capitalista, machista e racista brasileira.

O exercício dialético colocado para a elaboração dessas contribuições, nos permitiu explorar o referencial teórico apresentado, ampliar o repertório para reflexões ideológicas e aprofundar as reflexões científicas. Tal processo reforça a necessidade de leituras decoloniais para a formação contínua e continuada de todos os profissionais. Leituras que estejam pautadas em raça, classe e gênero e que se movimentam dialeticamente, sendo esta a possibilidade de atuação para uma transformação social que derrube os muros dos privilégios de uma sociedade capitalista.

Por fim, deixamos registrado que a nossa análise compreende os avanços sociais alcançados a partir da direção adotada pela profissão com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, e as contribuições dessa categoria profissional que esteve tão presente na construção da Política de Assistência Social, assim como todas os saberes de outras áreas. Entendemos que a guerra do capitalismo está encampada e assim como em todas as batalhas temos avanços e retrocessos, reconhecemos os passos dados até aqui e buscamos neste artigo evidenciar outros pontos que possam ser considerados e assim trazer outros recursos para vidas mais dignas.

Referências

ALVES, Schirlei. ROCHA, Diego Nunes da. Trabalho não remunerado dificulta aposentadoria digna para mulheres. *Jornalismo independente Gênero e Número*, 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Secretaria Nacional de Assistência Social. BRASÍLIA, 2005.

BUENO, Samira. Misoginia disfarçada de Autoajuda. São Paulo: Revista Piauí, 2023.
BONATTO, Marina; FACHIN, Melina Girardi; RAMOS, Catarina Mendes Valente. O Brasil é a Virgem que Todo o Tarado Quer: Populismo e o Retrocesso nas Políticas de Gênero. IN: Erosão constitucional / [Coordenado por Álvaro Cruz, Ana Luiza Novais Cabral, Henrique Severgnini Horsth [e] Vera Karam de Chueiri]. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022. Pág. 47.

BOUERI, Aline Gatto. Entre os homens que cuidam de filhos e parentes em casa, os com maior escolaridade cuidam mais. *Jornalismo independente Gênero e Número*, 2019.

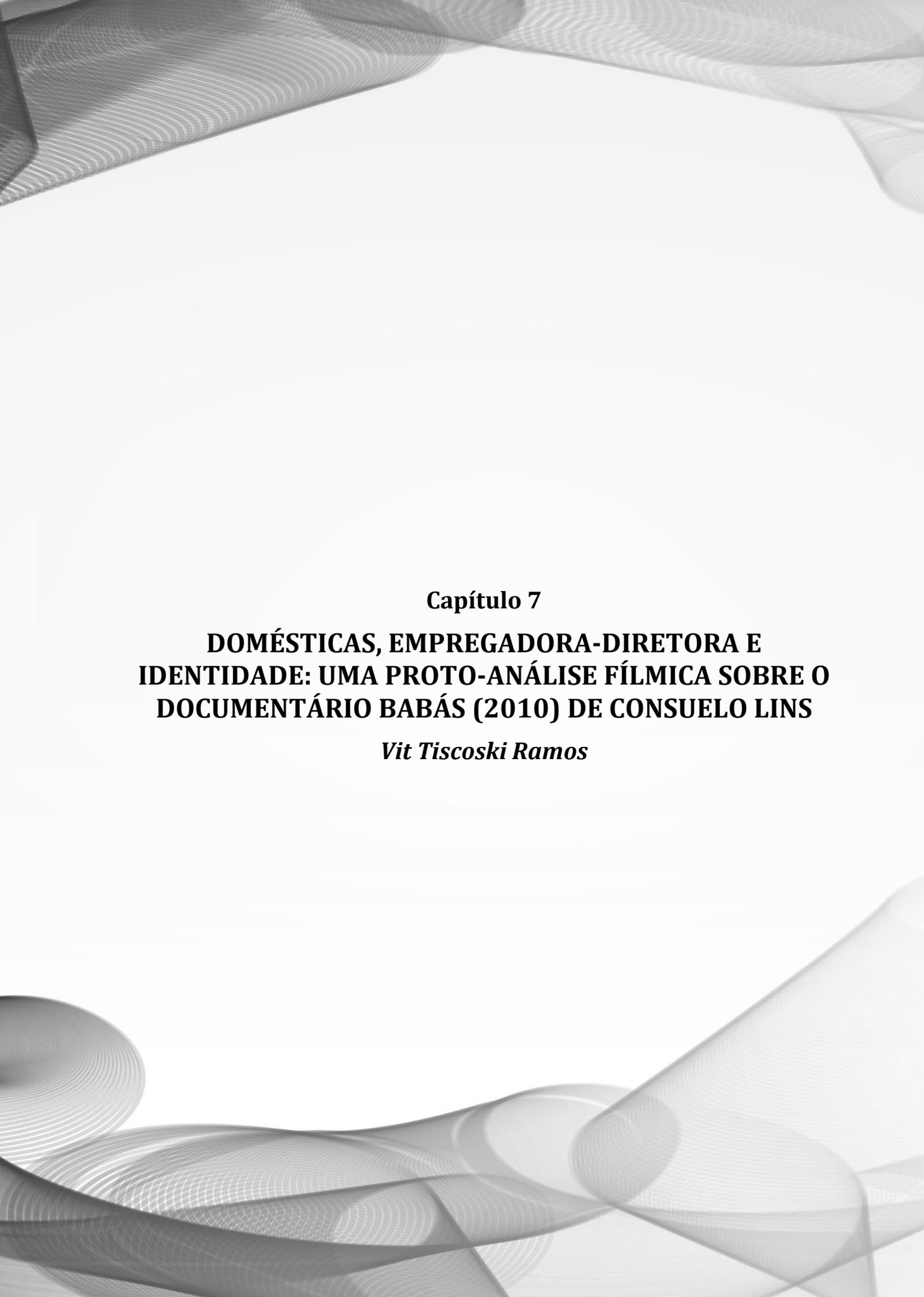
FOGAÇA, Ana Beatriz. Discursos misóginos nas redes sociais geram retrocesso nas conquistas feministas. São Paulo: Jornal da USP, 2023.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; FILHO; Antonio Carlos Gonçalves; SOARES, João Pedro Vitral. A sombra da democracia: As Origens Antifeministas e AntiLGBTQIA+ do Movimento Neoconservador. IN: Erosão constitucional / [Coordenado por Álvaro Cruz, Ana Luiza Novais Cabral, Henrique Severgnini Horsth [e] Vera Karam de Chueiri]. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022. Capítulo 7, pág. 151.

COFFEY, Clare; ESPINOZA, Patricia Revollo; HARVEY, Rowan; LAWSON, Max; PARVEZ, Anam Butt; PIAGET, Kim; SAROSI, Diana; THEKKUDAN, Julie. Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Publicado por Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob o ISBN 978-1-78748-541-9. DOI: 10.21201/2020.5419. Reino Unido, 2020.

<https://portal.unit.br/blog/noticias/brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-ranking-da-violencia-contra-a-mulher/> acessado em 13/04/2024

<https://teoriaedebate.org.br/2022/03/07/mulheres-em-situacao-de-violencia-numeros-avancos-e-desafios/> acessado em 15/04/202



Capítulo 7

**DOMÉSTICAS, EMPREGADORA-DIRETORA E
IDENTIDADE: UMA PROTO-ANÁLISE FÍLMICA SOBRE O
DOCUMENTÁRIO BABÁS (2010) DE CONSUELO LINS**

Vit Tiscoski Ramos

**DOMÉSTICAS, EMPREGADORA-DIRETORA E IDENTIDADE: UMA
PROTO-ANÁLISE FÍLMICA SOBRE O DOCUMENTÁRIO *BABÁS* (2010) DE
CONSUELO LINS**

Vit Tiscoski Ramos

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

Neste trabalho busco analisar os processos de identificação presentes no curta *Babás* (2010) de Consuelo Lins, documentário sobre as cinco domésticas que fizeram parte da história de vida da diretora-empregadora e de sua família, comparadas com fontes do período da escravidão no Brasil. Lins pretende se posicionar e, portanto, se identificar enquanto mulher, mãe, branca e empregadora em sua narração em off no documentário em forma de autocrítica. Sobre as trabalhadoras, nos resta decifrar entre as imagens que nos são expostas, nos relatos da diretora, e nas breves entrevistas. Quais são as pistas que nos são deixadas sobre o processo de identificação das domésticas ali envolvidas? Há um evidente esforço em coletar e expor as dificuldades e sofrimentos vividos pelas trabalhadoras, revelando uma continuidade com a narrativa que a própria diretora vem desconstruindo ao longo do filme em que a voz, os relatos, o espaço dessas trabalhadoras parece ser relegado a um local específico, limitado e congelado no tempo. Compreendemos que a diferença é o ponto de partida para a construção da identidade. A identidade é sempre relacional. Quando há uma identificação em uma identidade, existe automaticamente a não identificação em outras. Identidade para quem precisa. Quando a diretora reconhece seus privilégios e posições de poder enquanto empregadora, percebe as desigualdades e os preconceitos imersos no trabalho das domésticas.

Palavras-chave: Cinema brasileiro. Documentário. Trabalhadoras Domésticas. Empregadoras. Identidade.

ABSTRACT

In this work I seek to analyze the identification processes present in the short *Nannies* (2010) of Consuelo Lins, documentary about the five

domestic women who were part of the life story of the director-employer and her family, sources of the period of slavery in Brazil. Lins intends to position herself and, therefore, identify herself as a woman, mother, white and employer in her narration off in the documentary in the form of self-criticism. About the workers, it remains for us to decipher among the images that are exposed to us, the reports of the director, and brief interviews. What are the clues that are left to us about the process of identifying the domestic women involved there? There is an evident effort to collect and expose the difficulties and sufferings experienced by the workers, revealing a continuity with the narrative that the director herself has been deconstructing throughout the film in which the voice, the reports, the space of these workers seems to be relegated to a specific place, limited and frozen in time. We understand that difference is the starting point for the construction of identity. Identity is always relational. When there is an identification in one identity, there is automatically the non-identification in others. Identity for those who need it. When the director recognizes her privileges and positions of power as an employer, she perceives the inequalities and prejudices immersed in the work of domestic women.

Keywords: Brazillian Cinema. Documentary. Domestic Workers. Employers. Identity.

Introdução

O trabalho doméstico remunerado enquanto profissão teve uma longa trajetória até conquistar sua regulamentação no Brasil. Foi por meio de importantes lutas sindicais aliadas aos movimentos sociais feministas e antirracistas desde Laudelina de Campos Melo nos anos 1930, passando pelas conquistas da Constituinte de 1988 até chegar a chamada 'PEC das Domésticas' em 2013, que finalmente igualou em direitos esta às outras categorias trabalhistas. As explicações para essas desigualdades remontam desde a origem deste tipo de trabalho, que no Brasil ocorreu durante o período colonial, em que o trabalho doméstico era bastante capilarizado, com várias especializações e especificidades.

As relações de dependência e resistência das pessoas escravizadas com as livres daquele período ocorriam mediante ordens, castigos, acordos e afetos. Por mais que distantes temporal e sistematicamente, é possível ver ainda na atualidade algumas permanências nas relações de poder entre trabalhadoras(es) domésticas(os) e seus(as) empregadores(as). Sendo mais de 93% realizado por mulheres, em sua maioria negras, esta é uma categoria que apresenta ainda muitos estigmas. Neste estudo de caso

buscaremos analisar os processos de identificação da diretora Consuelo Lins enquanto também personagem de seu documentário *Babás* (2010)⁴³. Se trata de um curta construído a partir do diálogo entre a história de cinco domésticas e fontes do período da escravidão no Brasil. Vera Lúcia, Denise, Vera, Creuza e Andréia foram escolhidas pela diretora Consuelo Lins porque fizeram parte da criação de seus filhos e sobrinhos. São utilizadas fotografias, vídeos, iconografia de trabalhadoras domésticas escravizadas, principalmente amas-de-leite, para a construção do argumento da permanência das desigualdades e precariedades presentes na categoria, também em forma de autocrítica da diretora enquanto personagem envolvida nessas relações de poder. Alguns trabalhos sobre este curta têm analisado as complexas relações de afetividade presentes em diálogo com a escravidão e a construção de uma identidade familiar construída pela diretora. (FERRAZ, 2019; RANDALL, 2018; FURTADO, 2019; BLANK, 2012; SILVA, 2021)

Babás, de Consuelo Lins - realizadora, pesquisadora e empregadora

Consuelo Lins é formada em Comunicação, pós-graduada em Cinema e Audiovisual, e atualmente é professora emérita na Escola de Comunicação e na Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além de pesquisadora e professora, Lins também é realizadora. Escreveu 3 livros⁴⁴ e lançou vários filmes premiados⁴⁵.

⁴³ O curta venceu os prêmios de Melhor Filme pelo Júri da Crítica no Festival de Gramado; Melhor Curta no RECINE - Festival Internacional de Cinema de Arquivo, no Rio de Janeiro; e venceu o prêmio Preferidos do Público no Festival Internacional de Curtas de São Paulo.

⁴⁴ O documentário de *Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo* (2004), *Filmar o Real* (2008) e *Cao Guimarães: Arte documentário ficção* (2019).

⁴⁵ *Chapéu Mangueira e Babilônia, histórias do morro* (1999), *Julliu's bar* (2001), *Lectures* (2005), *Leituras Cariocas* (2009) e *Babás* (2010).

Figura 1: Augusto Gomes Leal junto da ama-de-leite Mônica, em 1860.



Fonte: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) - História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. (vol. 2). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 438.

Como pesquisadora, Lins se interessa em discutir conceitos como montagem, arquivo, memória e documento em seus artigos. Seus debates e análises acerca dos documentários de observação, familiares, autobiográficos e ensaísticos transpassam tanto seu fazer acadêmico quanto cinematográfico. Em *Babás* (2010), a narradora conta: “Quando vi essa foto pela primeira vez, pensei que se um dia eu fizesse um filme sobre babás, ele começaria com essa imagem.” (26” - 34”) Esta metalinguagem coloca o espectador dentro do debate, partindo das inquietações da autora, demonstrando sua visão acerca do gênero do documentário, debatido amplamente por aqueles que o fazem e o analisam. A narradora do curta fala que a fotografia foi feita no Recife, em 1860. Daquela fotografia, são feitas assunções das relações entre a mulher, e principalmente sobre a criança na imagem, a partir de suas pesquisas em arquivo.

O menino veio com a sua ama. Pra ter direito a foto, ela certamente foi sua ama-de-leite, sua mãe preta, quem o amamentou desde as primeiras horas de vida. O menino se apoia nela com afeto e intimidade. Ela provavelmente transferiu a ele o amor pelo filho que lhe foi tirado pra que ela pudesse ser a sua ama-de-leite. Talvez por isso, há dureza no olhar que confronta a câmera. Ao comentar esta imagem, o historiador escreveu: "quase todo Brasil cabe nessa foto". (40” - 1’25”)

Se trata de uma fotografia icônica, conhecida pelo público amplo desde a publicação do livro *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional* (Volume II) do historiador Luiz Felipe de Alencastro. No epílogo do livro, o autor faz alguns apontamentos sobre a fotografia - que é também capa do volume em questão - principalmente sobre a condição da mulher enquanto escravizada. Conta que naquela época, por uma questão logística, as fotografias de crianças eram tiradas bem cedo pela manhã, quando ainda sonolentas, já que tinham de esperar pelo menos um minuto para a foto ser tirada. A mulher era uma mucama⁴⁶, vestindo roupas e acessórios emprestados dos pais da criança.

Talvez por sugestão do fotógrafo, talvez porque tivesse ficado cansado na expectativa da foto, o menino inclinou-se e apoiou-se na ama. Segurou-a com as duas mãozinhas. Conhecia bem o cheiro dela, sua pele, seu calor. Fora no vulto da ama, ao lado do berço ou colado a ele nas horas diurnas e noturnas da amamentação, que seus olhos de bebê haviam se fixado e começado a enxergar o mundo. Por isso ele invadiu o espaço dela: ela era coisa sua, por amor e por direito de propriedade. O olhar do menino voa no devaneio da inocência e das coisas postas em seu devido lugar. Ela, ao contrário, não se moveu. Presa à imagem que os senhores queriam fixar, aos gestos codificados de seu estatuto. Sua mão direita, ao lado do menino, está fechada no centro da foto, na altura do ventre, de onde nascera outra criança, da idade daquela. Manteve o corpo ereto, e do lado esquerdo, onde não se fazia sentir o peso do menino, seu colo, seu pescoço, seu braço escaparam da roupa que não era dela, impuseram à composição da foto a presença incontida de seu corpo, de sua nudez, de seu ser sozinho, de sua liberdade. O mistério dessa foto feita há 130 anos chega até nós. A imagem de uma união paradoxal, mas admitida. Uma união fundada no amor presente e na violência pregressa. Na violência que fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo invadido pelo filho de seu senhor. Quase todo o Brasil cabe nessa foto. (ALENCASTRO, 1997, 439-440)

As imagens criam este espaço imaginativo que faz com que ambos, diretora e historiador, recorram ao devaneio, a assunções fundamentadas por suas pesquisas e vivências. Apesar de não podermos aferir sobre o cheiro, sobre o amor de um pelo outro, sobre os limites da liberdade e dos espaços de resistência; é fato que amas-de-leite tinham que deixar seus próprios filhos para amamentar os de outras famílias. É simplesmente fato que estas relações geravam afetos e apegos, principalmente para a criança, e violências para as domésticas.

⁴⁶ *Mukama* significa em quimbundo, de Angola, pessoas escravizadas domésticas, mas no Brasil se referia especificamente a mulheres, indicando a importância do trabalho doméstico do aleitamento. (ALENCASTRO, 1997)

As mucamas tinham um papel muito importante no mercado escravista brasileiro, já que o aluguel de amas-de-leite era muito lucrativo para senhores de escravizados. As mulheres eram alugadas justamente por terem parido e perdido o bebê, sendo assim possível a amamentação de outras crianças. Na Europa esta prática estava sendo deixada de lado por conta de rumores racistas de que haveria transmissão de doenças ou até mesmo de questões sociais e culturais por meio do leite materno, e por isso a partir dos anos 1850 começam a surgir amasde-leite brancas no Brasil. A concorrência vinha da imigração portuguesa, a maioria dos Açores, mão de obra mais valorizada, e que se distinguia dentro da mesma categoria apenas por não serem negras. “Uma oferta de “senhora” - como especifica o anúncio -, que inverte o pronome pessoal se, mudando a partícula apassivadora do verbo pronominal em objeto direto, ativo: uma mucama é posta a alugar-se pelo proprietário, a senhora livre se aluga ela própria.” (ALENCASTRO, 1997, p. 64)

Ao final do curta, a narradora retoma seu debate acerca da fotografia da mucama com a criança: “Não sei se quase todo o Brasil cabe nessa imagem. Mas da história da minha família, e de tantas outras famílias brasileiras, essa fotografia certamente faz parte.” (18'30" - 18'44) Enquanto narra, vemos a fotografia de Recife do século XIX se afastar em zoom out, cercada das fotos da família de Consuelo Lins, com trabalhadoras domésticas que já tinham sido apresentadas ao longo do documentário, além de outras imagens com o mesmo intuito, mesclando assim a sua história pessoal à coletividade brasileira, a história de uma nação.

Processos de identificação nos filmes de família

Se trata de uma estratégia específica dos filmes de família, de histórias que poderiam ser apenas de interesse dos envolvidos, que passam a se transformar em histórias a ser compartilhadas com um público mais amplo, buscando uma identificação nacional.

“Como fazer que a vida de personagens quaisquer se confunda com os destinos de uma época, dissolvendo as fronteiras entre as memórias pessoais e a “memória do mundo”?” (LINS; BLANK, 2010, p. 54) Esse foi um questionamento apresentado em um artigo escrito por Consuelo Lins e Thais Blank. Ou seja, é uma intenção estratégica deste gênero fílmico que a experiência pessoal seja transposta para o coletivo. É objetivo da

linguagem dos filmes de família e da autoescrita - para que haja engajamento do espectador -, um elo, um sinal de partilha que resuma num grupo maior, uma sociedade, um país.

Esta perspectiva, de que as histórias particulares da diretora sejam parte de um todo maior, está presente em todo o curta, na maneira com que ele foi montado. As imagens que foram filmadas pela diretora muitos anos antes são encaixadas e resignificadas nesta montagem. Quando antes foram filmadas como um registro de família, como uma lembrança da infância dos filhos e sobrinhos, neste documentário se apresentam de maneira distinta, em um outro contexto, dentro de um novo olhar da diretora e, no caso, cinegrafista, para aquele passado, para as relações de poder existentes na convivência com o trabalho doméstico remunerado.

No artigo citado anteriormente, as autoras citam Péter Forgács como um cineasta referência neste tipo de abordagem. A forma que as autoras enxergam os usos das imagens de arquivo/domésticas/familiares em sua filmografia é a de que estas seriam como palimpsestos⁴⁷. O conteúdo primeiro era deixado de lado, para se encontrar um novo sentido naquelas mesmas imagens, apesar de algumas pistas ainda continuarem presentes. Estas imagens são, portanto, apropriadas, deslocadas e recontextualizadas. Ou seja, o método do documentário clássico foi abandonado, em que o arquivo antes era visto como um monumento intocável e congelado no tempo. O arquivo foi substituído pela memória visual, adquirindo uma dimensão política. No caso dos filmes em questão, estes são feitos não apenas para resolver questões pontuais, reatar laços familiares antes perdidos, mas com intenções de que estas memórias particulares sirvam como testemunhas da história, enquanto partilha de experiências inéditas em contato com o público.

Em *Babás*, estes registros antigos são apresentados e analisados como parte de uma autocrítica da diretora. Para introduzir imagens filmadas por ela anos atrás, ela começa apresentando Denise, que trabalha com ela há 12 anos. Ela conta que no início, Denise dormia em sua casa de segunda a sábado, e por isso ficava longe da filha, que era cuidada pela avó. A narradora afirma que não conseguiria se imaginar na mesma posição, ficando longe do filho com apenas um ano a menos que a de Denise. "Preferi não pensar

⁴⁷ Esta perspectiva foi primeiramente elaborada pela pesquisadora francesa Sylvie Lindeperg (1997) como 'filmes palimpsestos', que "apresentam as marcas de sua construção e dos seus diferentes usos ao longo do tempo; uma imagem familiar, ainda que "ressignificada" e retirada do contexto, guarda consigo a marca da intimidade." (LINS; BLANK, 2019, p. 55)

na situação dela nessa época." (6'51" - 6'67"), afirma a narradora. Em seguida vemos uma mulher passando roupa, sendo filmada por Consuelo Lins. A mulher parece ser pega de surpresa e ri desconfortável. Ao mesmo tempo, a narradora continua a história, afirmando que ficou bastante desconfortável com esta realidade com o passar dos anos. Neste momento ela se coloca como parte do problema, demonstrando, apesar disso, estar em uma posição de mudança.

"Filmei muito meu filho desde que ele nasceu, mas muito pouco quem tanto esteve com ele ao longo desses anos." (7'07" - 7'14") Em seguida vemos um exemplo destas raras vezes em que Lins filmou o seu cotidiano sem excluir as domésticas do enquadramento, apesar de estarem as margens do plano, que é rebaixado por tem como foco a criança. Vemos um menino dançando animado, mas tímido, cercado de mulheres. Uma delas o incentiva e dança junto, rebolando. A narradora conta que estas imagens são de 1998, nas férias. Eles sorriem e olham para a câmera e para a cinegrafista.

Em seguida, são apresentadas imagens de um filme dos anos 1920 em comparação àquelas dos anos 1990. Vemos uma criança dançando animada ao lado de uma mulher sentada no chão, a incentivando, rindo e batendo palmas. "Marieta dança assistida pela babá." (7'45" - 7'48") - afirma a narradora. Sempre que a menina hesita, estende a mão e olha para a babá que a faz retomar a dança. A narradora continua sua reflexão, afirmando que este seu descuido de ocultar as babás em suas filmagens não é isolado, que não é comum encontrar imagens de domésticas nos arquivos públicos e familiares no Brasil. "Quando aparecem, é quase sempre por acaso, em meio a cenas com crianças em filmes de família." (8'14" - 8'20") Em seguida são apresentadas e comentadas algumas fotografias e pinturas de arquivo.

Péter Forgács trabalha as imagens de arquivo de filmes domésticos e amadores como lentes para compreender a história europeia no século XX. Estes filmes são seus 'achados' e sua interpretação aparenta ser inerente às imagens. O primeiro movimento é de entender o tal objeto deslocado neste novo ambiente. Neste sentido, Forgács compreende que estas imagens não são registros do real, mas documentos que capturaram certo contexto social, político e técnico, e por isso devem ser desmontadas, reinterpretadas e nunca utilizadas como ilustração de um argumento, método comum no documentário clássico. Forgács se utiliza de recursos estilísticos e técnicos como a repetição de imagens, câmera lenta, fusões, legendas, colorizações, trilha sonora e narração em *off* para dar destaque certos aspectos e para se distanciar deste caráter

ilustrativo de documentários. (LINS; BLANK, 2012) Para Lins e Blank (2012), o legado deste modo de fazer cinema de Forgács é principalmente a empatia na identificação com os personagens, que não se distancia da crítica, e é nisso que devem focar tais realizadores, segundo as autoras, no engajamento dos espectadores, que devem buscar por si próprios a relação das imagens com o mundo.

Lins busca aplicar aquilo que vê acontecer nos filmes de Forgács e em tantos outros filmes que utilizam imagens de arquivo, de filmes domésticos e amadores. Se utiliza de sua vivência particular e das imagens feitas em seu ambiente privado para compreender sua relação com a história brasileira, busca significar as relações de poder presentes na sua experiência com o trabalho doméstico remunerado como uma expressão nacional, como participante de uma identidade compartilhada ao mesmo tempo que conflitante com outras, como um modo de fazer verticalmente construído, ou seja, que estava mesmo fora de sua compreensão à época, tanto que afirma em certo momento do filme que não conseguiu entrevistar aquelas domésticas que ainda trabalham ela.

Os recursos de montagem utilizados por Consuelo Lins em *Babás* também demonstram sua preocupação política com o tema deste curta. Podemos notar estes usos em articulação com outro artigo de Lins, escrito com Adriana Cursino Menezes, em que as autoras afirmam que a utilização de imagens de arquivo intensifica ainda mais um olhar político e social, e compreendem que os filmes não constroem totalidades, mas que os sentidos são construídos na montagem, entre uma imagem e outra, e a interpretação final é sempre da pessoa espectadora. (LINS; MENEZES, 2010)

Em *Babás*, por vezes há sobreposição de imagens e sons de contextos diferentes, por exemplo, após o momento já citado em que a narradora revela sua recusa em entrevistar as domésticas que ainda trabalham com ela. Neste momento são intercaladas diversas imagens de domésticas em suas casas, com breves relatos colhidos em entrevistas, e por vezes as imagens de uma são sobrepostas a falas de outras, indicando uma busca pela totalidade/coletividade no relato de diferentes experiências de trabalhadoras domésticas. (9'51" - 11'37") A maioria das histórias contadas nesta sequência são de vidas sofridas, de pobreza, abandono, fome e exploração. Uma delas conta que começou a trabalhar com 10 anos porque não tinha o que comer; outra, que por conta do trabalho viajou, andou de iate, comeu em bons restaurantes. A última conta do apego de uma das crianças que ajudou a criar: "Luiz pra mim sabe como chamava? Mãe preta. Ai meu deus do céu, aquilo pra mim... Os meninos falavam: quer dizer que ela é sua

mãe? Mãe preta, mãe preta, aquilo pra mim... Eu dormia e acordava com ele, não saía, era aquela coisa." (11'21" - 11'38")

A intenção política de Lins com esta montagem sobreposta é combinar as experiências das domésticas como coletividade, como mulheres pertencentes a uma categoria precarizada, que as relações com empregadores(as) são determinantes para a realização das atividades, e por isso, seu relato pessoal também é útil, já que parte de uma autocrítica indicando que não basta a boa vontade, não basta a instrução, não basta a empatia.

Considerações Finais

Como citado anteriormente, foi possível perceber uma intenção da diretora em englobar suas experiências particulares em uma realidade nacional coletiva, assim como também colocar os relatos individuais das domésticas enquanto espaço de coletividade, sem necessariamente que esta iniciativa tivesse partido destas mulheres. A estas intenções políticas complexas que envolvem a autocrítica de uma pessoa que passa de uma posição de empregadora/exploradora para diretora/consciente, que passa por um processo de identificação que envolve construções de subjetividade, gênero, classe e raça.

Em *Babás* percebemos os anseios de Lins em se posicionar e, portanto, se identificar enquanto mulher, mãe, branca e empregadora em sua narração em primeira pessoa no documentário sobre sua relação com as trabalhadoras domésticas que fizeram parte da criação de seus filhos e sobrinhos. Por mais que Lins não indique verbalmente estes marcadores sociais, suas reflexões indicam que sua compreensão crítica acerca de seu passado busca compreender quem ela foi e quem ela é em relação às diferenças expressas entre essas mulheres com quem conviveu em seu ambiente familiar.

Compreendemos que a identidade é sempre relacional. Quando há uma identificação em uma identidade, existe automaticamente a não identificação em outras. Além disso,

A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. [...] O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades." (WOODWARD, 2014, p. 14)

Quando a diretora reconhece seus privilégios e posições de poder enquanto empregadora, percebe as desigualdades e os preconceitos imersos no trabalho das domésticas. É nas diferenças entre ela e as babás que a diretora encontra espaço para falar de si, e é no método dos filmes de família, ou do documentário ensaístico que encontra espaço para transformar estas questões pontuais ou específicas em pautas coletivas, relevantes para a compreensão das desigualdades no Brasil. Identidades e diferenças são autodeterminações, suficientes em si. Porém, são relacionalmente dependentes. A diferença é o ponto de partida para a construção da identidade. (SILVA, 2014)

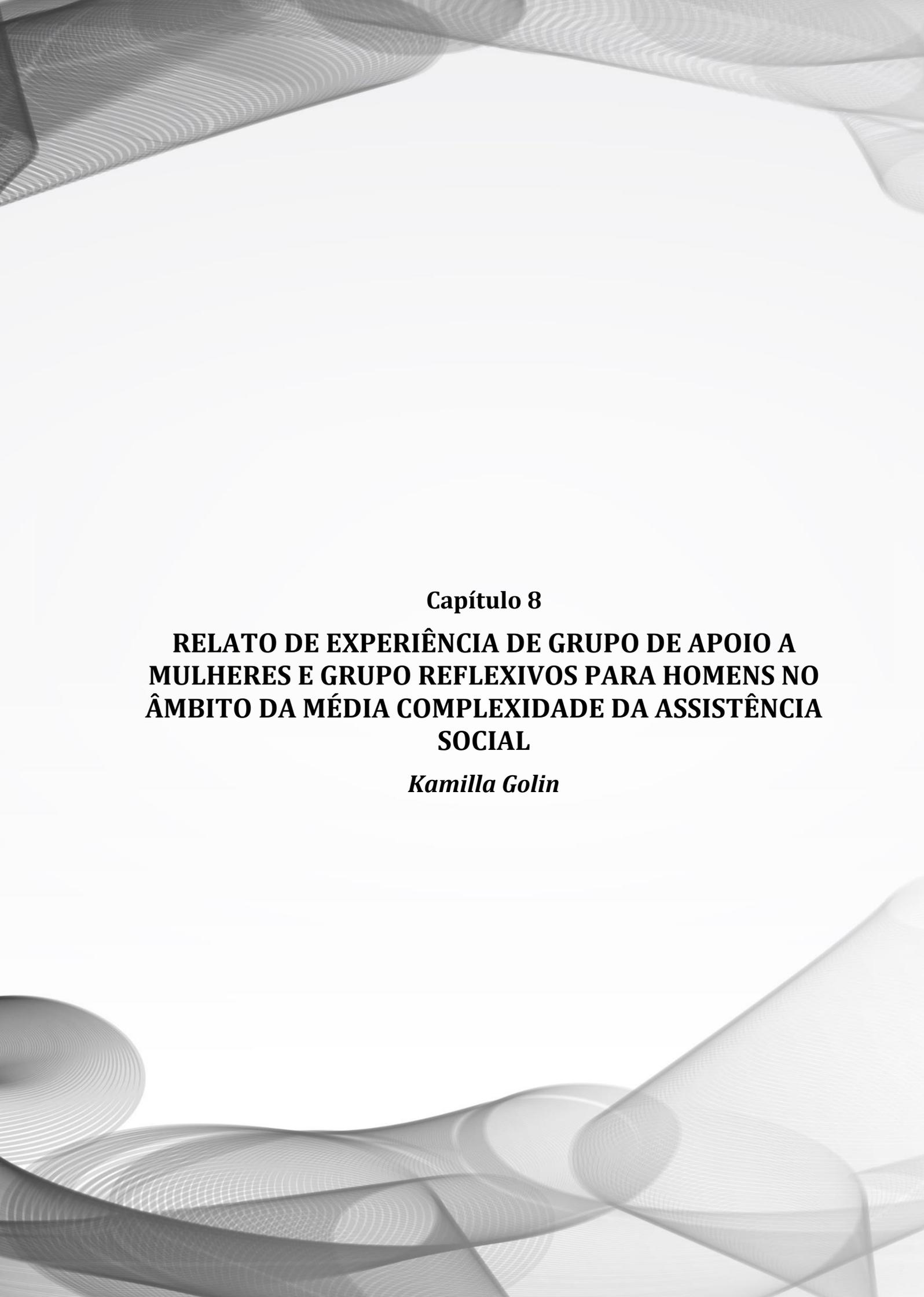
Mesmo assim, as identidades são contraditórias, se deslocam e se cruzam; não há uma identidade mestra, a classe não serve mais como uma identidade dominante das relações sociais, como categoria mobilizadora. (HALL, 1999) Desse modo compreendemos que, por se tratar de um contexto de globalização, pós emergência dos movimentos sociais e da modernidade tardia, os processos de identificação são bastante complexos e não estão fechados e pré-determinados, e esse é um dos motivos para haver questionamento por parte da diretora/narradora/personagem.

Como vimos, é intencionalmente um recurso dos filmes de família, de observação, ensaístico, em tornar histórias particulares, que poderiam ser somente de interesse pessoal, em histórias nacionais, experiências coletivas. Lins se utiliza de sua experiência como mulher, mãe, empregadora, para falar das desigualdades e relações de poder existentes no trabalho doméstico remunerado brasileiro, se colocando, inclusive, como parte do problema. Ela se afirma como pertencente a este local comparando sua experiência pessoal sabendo que muitos brasileiros compartilham desta posição, seja de um lado, ou de outro. Ou seja, busca o processo de identificação nacional do espectador, e essa busca é parte estratégica do gênero fílmico abordado. Portanto, fica claro por meio deste estudo de caso que a identidade não é algo apenas construída de cima para baixo.

Consuelo Lins em seu curta justifica seu desleixo em deixar de lado de suas filmagens antigas as babás que trabalharam com ela e sua família ao mesmo tempo em que afirma que, de acordo com suas buscas nos arquivos públicos brasileiros não era comum filmarem intencionalmente trabalhadoras domésticas. De certa forma, a diretora afirma que seu erro foi estrutural, que fez parte de seu processo de identificação a compreensão de seu lugar enquanto empregadora, e que esta atividade está localizada especificamente na construção de uma identidade nacional que buscou a todo custo a justificativa de desigualdades e violências no mito da democracia racial.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. (vol. 2). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. BLANK, Thais. Do cinema ao arquivo: traçando o percurso migratório dos filmes de família. *Doc On-line*, n. 13, 2012, p. 5-20.
- FERRAZ, Lígia Maciel. Imagens fantasmagóricas das empregadas domésticas no cinema brasileiro contemporâneo. In: Renan da Silva Dalago; Victória Nantes Marinho Adorno; Cleriston Raíque Jara da Costa. (Org.). *3º Cine-Fórum UEMS: Cinema, Literatura, Sociedade e Debate - O Último Ato!*. 1 ed. Campo Grande: Cine-Fórum UEMS, 2021, v. 1, p. 747-757.
- FURTADO, Gustavo. "Homes, Archives, and Archons". *Documentary Filmmaking in Contemporary Brazil: Cinematic Archives of the Present*. Oxford University Press, 2019.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LINS, C. L.; MENEZES, A. C. O tempo do olhar: arquivo em documentários de observação e auto-biográficos. *Conexão (UCS)*, v. 9, p. 87-99, 2010.
- LINS, C. L.; REZENDE FILHO, L. A. C. ; FRANCA, A. A noção de documento e a apropriação de imagens de arquivo no documentário ensaístico contemporâneo. *Galáxia (PUCSP)*, v. 11, p. 54-67, 2011.
- LINS, C. L.; BLANK, T. C. . Filmes de família, cinema amador e a memória do mundo. *Significação-Revista de Cultura Audiovisual*, v. 39, p. 52-74, 2012.
- RANDALL, R. "It is very difficult to like and to love, but not to be respected or valued": Maids and nannies in contemporary Brazilian documentary. *Journal of Romance Studies*, 18(2). 2018, p. 275-299.
- SILVA, Meire. Desigualdades Afetivas de Raízes Ancestrais: uma análise de imagens e discursos acerca de Amas de Leite e Babás na Formação do Brasil. *Línguas & Letras*, v. 22. 2021, p. 200-217.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção social da identidade e da diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73 a 102.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.7-72.



Capítulo 8

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DE GRUPO DE APOIO A
MULHERES E GRUPO REFLEXIVOS PARA HOMENS NO
ÂMBITO DA MÉDIA COMPLEXIDADE DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

Kamilla Golin

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE GRUPO DE APOIO A MULHERES E GRUPO REFLEXIVOS PARA HOMENS NO ÂMBITO DA MÉDIA COMPLEXIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Kamilla Golin

*Psicóloga mestra em psicologia social, servidora pública na assistência social de Taió/SC,
e-mail para contato: kami.golin@gmail.com*

RESUMO

Descrevem-se aqui experiências da equipe de Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE) de Taió/SC com Grupos de Apoio a Mulheres Vítimas de Violência e Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência desenvolvidas no ano de 2023. Com a demanda crescente de atendimentos relacionados a Medidas Protetivas e por reconhecer os espaços coletivos como facilitador para a criação de rede de apoio, reconhecimento de vivências violentas e como superá-las através de reflexões conjuntas, realizaram-se os grupos, ação inédita até então no município (Maritza, 1994; Spink, Menegon, Medrado (2014). A PSE no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem por objetivo atender famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, com o objetivo de acompanhá-los para a superação das situações. Assim, medidas protetivas de urgência fazem parte do escopo de atuação da PSE tanto com as vítimas, quanto com os autores da violência (BRASIL, 1993). Os grupos tornaram-se ações contínuas, sendo realizadas 2 edições de cada grupo no ano de 2023 (ambos interrompidos no período de enchentes), alcançando em torno de 35 pessoas. A base teórica parte de reflexões sobre gênero, cultura e fortalecimento de vínculos, pois compreende-se a violência como transgeracional e histórica, é preciso que as pessoas autoras e vitimadas compreendam-nas como resultados de ações culturais e escolhas individuais para que possam superá-las (Denborough, 2008).

ABSTRACT

The experiences of the Medium Complexity Special Social Protection (PSE) team in Taió/SC are described here with Support Groups for Women Victims of Violence and Reflective Groups for Men Perpetrators of Violence developed in 2023. With the growing demand for care related to Protective Measures and by recognizing collective spaces as a facilitator for creating a support network, recognizing violent

experiences and how to overcome them through joint reflections, the groups were carried out, an unprecedented action until then (Maritza, 1994; Spink, Menegon (2014).

The PSE within the scope of the Unified Social Assistance System (SUAS) aims to serve families and individuals in situations of rights violations, with the aim of supporting them to overcome the situations. Therefore, urgent protective measures are part of the PSE's scope of action with both victims and perpetrators of violence (LAW No. 8,742, 1993).

The groups became continuous actions, with 2 editions of each group being held in 2023 (both interrupted during the flood period), reaching around 35 people. The theoretical basis is based on reflections on gender, culture and strengthening bonds, as violence is understood as transgenerational and historical, it is necessary that the perpetrators and victims understand it as the results of cultural actions and individual choices so that they can overcome it. las (Denborough, 2008).

Keywords: domestic violence; support groups; reflective groups; social assistance.

Introdução

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é ofertada pelo SUAS, dentro da política do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), porém em municípios de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes não há previsão para instalação de CREAS e este serviço deve ser ofertado por equipes de outros setores da política de assistência social, como a equipe da gestão ou mesmo uma equipe própria, porém sem o financiamento e equipe completa de um CREAS (BRASIL, 1993), situação da experiência relatada aqui, onde a equipe da PSE atua em prédio próprio, conta com 2 psicólogas, 1 assistente social, 1 recepcionista e 1 profissional para serviços gerais, sem profissional advogado, pedagogo ou educador social, como preconizado (BRASIL, 2006).

A PSE atua com o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) respondendo a demandas onde ocorrem ou ocorreram violações de direito. Sendo assim, o público é diverso e as situações englobam a população em situação de rua, denúncias do disque 100, famílias e indivíduos em situação de violência doméstica, pessoas vivenciando negligências - incluindo mulheres, crianças, adolescentes e idosos, familiares de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas, demandas relacionadas a Medidas Protetivas de Urgência com atendimento a vítimas e agressores e famílias e indivíduos com direitos violados e sem acesso a demais políticas públicas (BRASIL, 1993).

Com o crescente aumento das demandas referentes a medidas protetivas de urgência - Lei Maria da Penha no município e as percepções sobre a realidade das mulheres atendidas visualizou-se a possibilidade de, para além dos atendimentos individuais e familiares com este público, realizar atendimentos em grupo, coletivizando esta demanda crescente e também possibilitando uma experiência rica, com outras possibilidades diversas para as atendidas. A maioria das mulheres atendidas em decorrência do registro de medida protetiva de urgência relataram não ter rede de apoio - seja familiar ou amigadas, ter poucos ou nenhum momento de lazer e muita dificuldade em ter um tempo para si ou conversar sobre a violência vivida (ou qualquer outro aspecto de sua vida), seja por vergonha ou receio de julgamentos, questões estas debatidas nos estudos de gênero e com grande potencial para serem integradas em grupos e rodas de conversa com mulheres. Com o objetivo de trabalhar questões referentes à superação de violências, fortalecimento de vínculos, rede de apoio e empoderamento feminino articulam-se os grupos de apoio a mulheres apresentados aqui.(TAVARES, 2015, SILVA, 2020).

Seguindo as recomendações legais a respeito da superação de ciclos de violência, traz-se à tona a necessidade de trabalhar com os autores de violência (SOUZA, 2023), discussão esta que também aparece nos estudos de gênero e sobre violência doméstica quando percebe-se que a violência contra mulheres é, quase todas as vezes, embasada em pensamentos e comportamentos machistas perpetuados por nossa cultura (PAULA, SANT'ANA, 2022) Desta maneira faz-se necessário incluir os agressores nas ações de combate a violência doméstica e a violência contra a mulher e em 2023 a equipe da PSE de Taió desenvolveu o projeto de um Grupo Reflexivo para Homens, pautado nas indicações do Ministério Público e do Poder Judiciário de Santa Catarina, experiência esta também relatada aqui.

O objetivo deste texto não é avaliar a eficácia dos grupos propostos quanto a diminuição dos pedidos de medida protetiva de urgência ou mesmo a diminuição dos índices de violências, pois a equipe não tem acesso às estatísticas referentes às medidas protetivas de urgência e ocorrências policiais relacionadas a violências contra a mulher do município, além do mais compreende-se a violência de gênero como um fenômeno social multifacetado, transgeracional e político, apenas um ano de trabalho não seria o suficiente para tal análise.

Descreve-se aqui a experiência com os grupos com o objetivo de partilhar o processo e analisar os discursos que surgiram com os grupos de maneira a reconhecer caminhos para a superação da violência de gênero, caminhos para o fortalecimento das vítimas e também para a responsabilização - não penal - dos agressores, bem como se busca reconhecer os aspectos culturais que promovem a aceitação ou não da violência de gênero enquanto algo comum a sociedade.

Metodologia

Os atendimentos referentes às Medidas Protetivas de Urgência chegam até a PSE a partir de encaminhamento direto realizado pelo Poder Judiciário. O fluxo acontece com as mulheres registrando o pedido da medida protetiva junto a Delegacia de Polícia Civil e o pedido é encaminhado ao Ministério Público e em seguida ao Poder Judiciário, já consta no despacho da Medida Protetiva o encaminhamento para a Proteção Social Especial de Média Complexidade e participação em grupos de apoio para vítimas e grupo reflexivo para os agressores. Com o despacho entregue aos envolvidos e para a equipe técnica da PSE, esta equipe entra em contato com os envolvidos para dar início aos acompanhamentos, feitos inicialmente de forma individual com a equipe, após o primeiro atendimento são realizados os convites para a participação dos grupos, pois mesmo constando no despacho a participação em atividades propostas pela política pública de assistência social deve acontecer de maneira espontânea (BRASIL, 1993). Nos atendimentos individuais o objetivo é conhecer a realidade e história de vida da pessoa, identificar dificuldades e potencialidades para então planejar a atuação, tanto no âmbito individual e familiar, quanto os encontros do grupo, levando-se em conta que a participação dos grupos não exclui ou impede os atendimentos individuais. Somente após o contato inicial é feito o convite para a participação no grupo de apoio ou no grupo reflexivo.

Metodologia dos Grupos

Grupo de Apoio para Mulheres

Para o Grupo de Apoio às Vítimas o público alvo são mulheres atendidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, em especial aquelas que são

encaminhadas com demandas relacionadas à Medida Protetiva de Urgência - Lei Maria da Penha, como esta é uma demanda com encaminhamentos constantes, verificou-se a necessidade de organizar o grupo com um número de encontros pré determinado, para que as novas encaminhadas pudessem ser inseridas nas atividades, quando estas recomeçarem em um novo ciclo de encontros.

Desta maneira foram estabelecidos 6 encontros, após a finalização no último encontro há a possibilidade das participantes que desejarem serem inseridas na próxima edição. As atividades foram pensadas para promover um espaço seguro para compartilhamento das histórias, fortalecimento de vínculos e fortalecimento de redes de apoio, fortalecimento individual das mulheres participantes e reconhecimento de suas histórias como histórias de superação (Denborough, 2008; Spink, Menegon e Medrado, 2015; Montero, 1994).

As atividades desenvolvidas na primeira edição foram: Árvore da Vida, Objetos e Lembranças Significativas, Papel da Mulher na Sociedade e Tipos de Violência, Sonhos e como conquistá-los/Projeto de vida e Encerramento com produção de Carta Coletiva, com o objetivo de avaliar as atividades e apresentar o projeto para as próximas mulheres participantes. As técnicas utilizadas foram embasadas na Psicologia Comunitária (Spink, Menegon e Medrado, 2015; Montero, 1994) e Práticas Narrativas (Denborough, 2008; Spink,). Na segunda edição do grupo manteve-se a mesma estrutura, mas um dia ficou livre para que as participantes decidissem o tema a ser trabalhado, nesta edição as mulheres escolheram como tema “relacionamento com os filhos”, onde contaram histórias a respeito de seus filhos e foram propostas reflexões sobre maternidade, papéis de gênero e responsabilização.

Grupo Reflexivo para Homens

Para o Grupo Reflexivo para Homens, o público alvo foram todos os homens atendidos pela PSE, em especial os envolvidos em Medidas Protetivas de Urgência - Lei Maria da Penha, foi aberta a possibilidade de outros homens participarem pois durante os atendimentos às famílias a equipe técnica percebe muitos traços machistas cristalizados e uma responsabilização das mulheres pela organização familiar, ao mesmo tempo que há uma queixa por parte delas sobre a falta de envolvimento dos companheiros na vida familiar.

A primeira edição do grupo contou com 6 encontros no total, a cada 15 dias, porém a equipe verificou que muitos homens deixaram de comparecer nos encontros finais, assim adaptamos os temas trabalhados para 4 encontros, a serem realizados todas as semanas, com isso a participação aumentou e manteve-se até o final do projeto.

As atividades propostas para a primeira edição foram: "Árvore da Vida ou Time da Vida", Objetos e lembranças significativas, Expressando emoções "o que consigo e o que não consigo", Relações de Gênero Igualitárias - histórico e situações atuais, Oficina de Sentidos "Violência" e Encerramento com produção de Carta Coletiva a ser apresentada para os participantes da próxima edição, na segunda edição os temas trabalhados foram: Explorando a História de Vida, Oficina dos Sentidos - o que é ser homem, Relacionamentos e Responsabilidades e Carta- encerramento, todas as atividades propostas baseiam-se teórica e metodologicamente nas Práticas Narrativas e técnicas da Psicologia Comunitária Social (Denborough, 2008; Spink, Menegon e Medrado, 2015; Montero, 1994).

Referencial teórico

Como já enunciado acima, os objetivos gerais dos grupos se alinham aos objetivos da política nacional de assistência social, sendo reforçar e criar vínculos comunitários e sociais, para que as situações de vulnerabilidade e violação de direitos sejam superadas; proporcionar um espaço reflexivo de maneira descontraída e informativa, tornando possível o fortalecimento de uma rede de apoio, especialmente para as mulheres e para os homens possibilitar um espaço em que possam refletir sobre suas formas de agir e perceber o mundo, em um espaço sem julgamentos, mas que favoreça a tomada de responsabilidade; proporcionar um espaço de interação entre os participantes e criação de vínculos que possam se estender para além da rede de políticas públicas; superar as violações de direito e fortalecer os participantes de forma individual para que superem a vulnerabilidade e de forma coletiva, fortalecer as informações acerca de políticas públicas e também sobre os aspectos culturais relacionados ao machismo e a violência contra a mulher (Denborough, 2008; Spink, Menegon e Medrado, 2015; Montero, 1994; Brasil, 1993).

Em se tratando do Grupo de Apoio às Mulheres, a equipe técnica reconhece que as mulheres atendidas pelo dispositivo relatam, em sua grande maioria, serem a referência da família, assim os discursos de sobrecarga, de poucos vínculos sociais e afetivos fora do

núcleo familiar, de limitações a papéis de gênero pré estabelecidos socialmente e de reprodução de situações que geram sofrimento são comuns, de acordo com o que se compreende como papéis de gênero, segundo Johan Scott (Scott, Louro, Silva, 1995). Se reconhece ciclos de violências, violações e vulnerabilidades transgeracionais e falta de repertórios que possibilitem mudanças. Tal percepção torna o dispositivo, junto a equipe técnica, um local privilegiado para a apresentação de novos repertórios, bem como a criação de vínculos significativos para as mulheres atendidas, sendo o grupo um espaço crucial para trocas de experiências e reflexões críticas (Montero, 1994). Esta percepção está alinhada às leituras de gênero que apontam que nossa sociedade subjuga as capacidades profissionais das mulheres, limitando-as aos espaços familiares e domésticas (Denborough, 2008; Spink, Menegon e Medrado, 2015; Montero, 1994), discursos estes que reforçam a violência masculina como mecanismo de controle feminino e também a falta de responsabilização dos homens quanto aos cuidados com a casa e com a prole (Paula, Sant'ana, 2022).

O grupo de apoio tem por objetivo proporcionar um espaço acolhedor para socialização, fortalecimento de vínculos, trocas de experiências, bem como apresentar possibilidades de mudanças e superações de violências e/ou violações de direito sofridas. Abordando questões sobre a guarda de filhos, intimidações, saúde, relações abusivas, autoestima, relações de trabalho, empoderamento feminino, papéis de gênero, sexualidade entre outros que sejam do interesse das participantes, levando sempre em conta as características mutáveis e heterogêneas das participantes. Todas as mulheres atendidas pelo equipamento são convidadas a participar, além da possibilidade de outras mulheres serem encaminhadas por outros equipamentos. A participação é voluntária e sem condicionantes.

A respeito do Grupo Reflexivo para Homens, primeiramente é importante salientar que muitos comportamentos violentos ou abusivos são socialmente aceitos e reproduzem situações de violência e exploração vividas cotidianamente, onde os autores de violência não percebem tais comportamentos, características estas do machismo estrutural dominando em nossa cultura que mantém as estruturas sociais e papéis de gênero de maneira a privilegiar os homens e subordinar as mulheres, com controle sobre os corpos, modos de ser e agir, inclusive não apontando como problemáticos muitos comportamentos masculinos de violência (Paula, Sant'ana, 2022, Souza, 2023).

A realização dos grupos justifica-se por este ser uma ferramenta para refletir sobre o machismo estrutural e gerar condições de possibilidade para mudanças em tais comportamentos. Destaca-se que os grupos possibilitam uma aproximação menos intimidadora, facilitando a aceitação e criando um vínculo dos participantes para com a equipe e entre si, além de aproximá-los da rede de políticas públicas existente em nosso município (Denborough, 2008; Spink, Menegon e Medrado, 2015; Montero, 1994). No desenvolvimento do grupo abordam-se questões sobre a guarda de filhos, intimidações, saúde, relações abusivas, autoestima, relações de trabalho, papéis de gênero, sexualidade entre outros que sejam do interesse dos participantes, levando sempre em conta as características mutáveis e heterogêneas da sociedade.

A psicologia comunitária compreende os grupos como um espaço privilegiado para construção de sentidos sociais e fortalecimento comunitário, conforme apresentado por Maritza Montero (1994). Serão utilizadas técnicas e metodologias próprias da psicologia comunitária e social, como a Oficina de Sentidos e análises cotidianas apresentada por Mary Jane Spink, Vera Menegon e Benedito Medrado (2015), além de metodologias narrativas, tais como a Árvore da Vida, Time da Vida e a construção de documentos cotidianos apresentados por David Denborough (2008). Os autores citados apontam como as práticas comunitárias e sociais fortalecem os vínculos entre os participantes, bem como possibilitam a compreensão e reflexão de temas complexos, traumas sociais e individuais de forma significativa e que produz sentido com a realidade vivida, possibilitando mudanças sociais. Além do conduzir o fazer ético dos facilitadores, de maneira a não se sobrepor sobre a experiência dos participantes, possibilitando a troca justa, apesar da hierarquia implícita nesse tipo de relação, conforme apontado por Conceição Nogueira e Sofia Never (2003).

As estatísticas a respeito da violência contra as mulheres são alarmantes em Santa Catarina, e vem aumentando nos últimos anos - o que possibilita a interpretação de que mais mulheres estão buscando auxílio, mas também há um relativo aumento destes de casos pelo aumento da aceitação de discursos de ódio e controle do corpo feminino. Os registros são de 23.308 Medidas protetivas requeridas em Santa Catarina em 2022 (Fonte: TJSC), 7.484 Medidas protetivas requeridas em Santa Catarina entre jan/mar de 2023 (Fonte: TJSC), apesar dos números, sabe-se com base em estudos de gênero que a violência contra a mulher é subnotificada, sendo maior o número de casos percebidos pela

equipe durante os atendimentos - e nem sempre judicializados, do que a demanda referente a medidas protetivas.

Ao longo do desenvolvimento dos grupos, pensados como projetos a serem desenvolvidos continuamente, com repetições cíclicas e mirando-se a longo prazo, buscou-se a diminuição das reincidências de violência de gênero no município e uma maior visibilidade e fortalecimento das políticas públicas de atendimento à mulher e combate ao machismo.

Análise

Inicialmente descreve-se a experiência com o Grupo de Apoio às Mulheres durante o ano de 2023, posteriormente descreve a experiência com o Grupo Reflexivo para Homens, destacando os temas e discussões que apareceram nos dois grupos. Com o Grupo de Apoio às Mulheres foram desenvolvidas duas edições, uma de abril a maio e a outra de agosto a setembro, contando com o total de 25 participantes, que se dividiram entre as duas edições, sendo que 4 integrantes participaram dos dois momentos.

Cada encontro contou com cerca de 8 participantes, sendo o público flutuante, as justificativas de faltas giraram em torno das demandas de ser mãe solo (adoecimento dos filhos, reuniões escolares) e por motivos de trabalho, como a necessidade de fazer hora extra ou reposição de horas de trabalho por faltas, também relacionadas à situação de serem mães solas sem rede de apoio.

Com o Grupo Reflexivo para Homens também foram desenvolvidas duas edições: uma de junho a julho e outra com início no fim de setembro, porém sem finalização, dado que o município foi atingido por severas enchentes de outubro a novembro de 2023. Durante a primeira edição a equipe técnica propôs o grupo com 6 encontros, sendo realizados a cada 15 dias, porém o grupo iniciou com 8 participantes e finalizou com apenas 3, sendo assim na segunda edição foram propostos 4 encontros semanais, foi perceptível a maior adesão dos participantes, onde os 6 que iniciaram, compareceram nos 3 encontros desenvolvidos.

A duração de cada encontro gira em torno de 2 horas, contando com acolhimento das participantes, atividades do grupo e café. A proposta inicialmente foi começar as atividades às 18h30min, porém foi sugerido pelas mulheres que tivesse início às 19h, o que foi acatado por todas as participantes. Durante o desenvolvimento do grupo foram

propostas atividades para as crianças, assim as mães poderiam ficar à vontade no grupo sem a presença dos filhos.

A análise aqui proposta parte dos pressupostos da Psicologia Comunitária (Spink, Menegon e Medrado, 2015; Montero, 1994) em conjunto com as Práticas Narrativas (Denborough, 2008), onde se reconhecem nos discursos que surgiram nos grupos as influências sociais e culturais, e procuram-se reconhecer as narrativas problemáticas a fim de superar-se as violações de direito e histórias de violência que trouxeram os participantes dos grupos aos atendimentos com a equipe técnica da PSE, assim serão identificados e apresentados os principais temas e reflexões trabalhados com os grupos e que produziram significados para os participantes de uma maneira geral, pois distinguir de acordo com cada encontro ultrapassa os limites de um artigo de relato de experiência. É importante ressaltar que as reflexões ou sentidos atribuídos pelos participantes nem sempre condizem com aquilo que foi proposto pela equipe e, nestas situações, aquilo que o grupo propõe é o que é trabalhado, ressalta-se o compromisso ético da equipe em valorizar a realidade dos participantes e aquilo que é construído por eles.

Como já apontado em outros momentos do texto, a cultura catarinense, em especial de cidades interioranas é marcada pelo machismo estrutural, que aprisiona as mulheres a maternidade e a atividade doméstica, e mesmo quando as mulheres trabalham fora de casa, esse trabalho ocorre de maneira a reproduzir os cuidados domésticos. Tal cultura produzida e reproduzida constantemente e sem espaços reflexivos a para questionamentos subjuga as mulheres ao controle masculino, o que naturaliza a violência doméstica (Scott, Louro, Silva, 1995; Paula, Sant'ana, 2022; Nogueira, Neves, 2003).

No trabalho com o Grupo de Apoio às Mulheres a equipe técnica trouxe estas reflexões para as participantes, e estas reconheceram o discurso machista e a influência destes em sua vida, podendo oportuna pois *“meus pais não me deixaram estudar, porque mulher não aprende mesmo” (sic)* e *“mulher minha não trabalha, eu banco tudo” (sic)*, situações em que não há perspectiva de melhora de vida financeira por parte da mulher e mostrando que para as mulheres, sonhos que não incluem formar família não são possíveis ou quando o são, o caminho para serem conquistados são mais difíceis e tortuosos para as mulheres. Quando essa reflexão foi proposta muitas mulheres se identificaram, contaram suas histórias e muitas reconheceram que só sentiram-se capazes de lutar pelo que querem após uma separação matrimonial em que ficaram sem nenhum suporte financeiro, no momento em que *“precisarei me virar sozinha depois que*

larguei ele” (sic) ou “minha família não me apoiou, fiquei sozinha com meus filhos, vendia tudo que eu sabia fazer: pão, crochê, docinhos de festa.... fui me virando e vi que era capaz” (sic).

O machismo também foi identificado nos relacionamentos, quando o ciúmes dos parceiros, mesmo sem justificativas possíveis, aparece junto a violências psicológicas, físicas ou materiais. As mulheres identificaram mecanismos de controles por parte de seus parceiros, que as proibiam de sair de casa para lazer ou trabalho, mesmo para realizar compras necessárias para casa, de estabelecer amizades e por vezes limitavam o contato com familiares, e mesmo com a família passando por dificuldades financeiras, elas eram impedidas de trabalhar.

Nos encontros onde esses temas foram trabalhados muitas mulheres se emocionaram e reconheceram, pela primeira vez, que não eram as únicas que passaram por essas situações e pensavam que os comportamentos descritos acima eram errados e elas não deveriam tolerar. Entender comportamentos possessivos e agressivos como algo comum, aceitável ou esperado nos mostra que o machismo e o controle feminino é visto como algo cultural, e a violência como um fenômeno social e não só individual, como muitas pensam. Inúmeros autores discutem a violência de gênero, o machismo, a vulnerabilidade e a pobreza como fenômenos culturais, sociais e transgeracionais, porém para a população que se encontra nestas situações os discursos acadêmicos não são acessíveis e palavras escritas não mudam a realidade, sendo poucas as oportunidades para que esse reconhecimento social e crítico seja desenvolvido. É a partir deste reconhecimento que as políticas públicas são postas à prova e devem ser executadas de maneira a garantir que a proteção, o protagonismo e a autonomia sejam passos para a garantia de proteção e condições de possibilidade para a mudança necessária, dessa forma com o espaço de trocas e reflexão dos grupos é possível trazer tais reflexões a tona com o objetivo de problematizar experiências e criar condições de possibilidades para mudanças.

Em basicamente todos os encontros as mulheres relataram sobre as dificuldades em manter o relacionamento pai-filhos após a separação e após o registro da medida protetiva de urgência, inclusive com sentimentos de culpa, percebeu-se que os pais (ex companheiros) apresentam discursos que reforçam a culpa feminina *“como tem a medida protetiva não posso chegar perto da criança, e por isso não pago pensão” (sic), “porque vou pagar pensão se não posso ver meu filho?” (sic) e “ela só fez isso porque é doida e quer me*

prejudicar, não me deixa ver meus filhos” (sic). Muitas mulheres quando começaram a ser atendidas também reproduzem esses discursos, sem compreender que a medida protetiva era em relação a elas e não a criança e que a culpa deve ser direcionada aos homens, que são violentos e perpetuam comportamentos abusivos. Tanto nos grupos quanto nos atendimentos individuais a equipe técnica destaca que as visitas podem ser intermediadas por terceiros, também há uma falha da compreensão sobre o pagamento de pensão alimentícia, onde associam o direito a convivência com o genitor com o pagamento dos proventos de alimentos, e na lei não uma correlação, cabe destacar que muitas mulheres também não tinham informações a respeito da possibilidade de serem atendidas por defensor público ou advogado dativo, de maneira que o Grupo de Apoio se mostrou útil e necessário para elucidar as participantes sobre seus direitos e sobre a maneira de fazer uso das políticas públicas disponíveis no município.

A relação filhos-genitores também foi um assunto bastante debatido, inclusive solicitado pelas participantes, pois apresentavam-se inseguras a respeito de como conduzir a criação dos filhos sem apoio dos genitores e/ou se sentiam culpadas *“porque eu não soube escolher o pai dos meus filhos (sic), “tenho medo de deixar ele ir com o pai, se soubesse que ia ser assim tinha terminado antes de ter filho (sic), “ele - ex companheiro-queria muito ter filho, agora a criança chora de saudade e ele não vem, não sei mais o que fazer” (sic),* frases que mostram culpa pelos genitores não cumprirem seu papel ou não se fazerem presentes. O papel da equipe nestes momentos foi de reforçar que homens agressores disfarçam esse perfil na maioria dos momentos e que as mulheres não devem se responsabilizar pelas falhas dos genitores, além de que devem ser honestas com as crianças, e respeitando o desenvolvimento de cada uma, devem explicar com honestidade sobre o que vem acontecendo, conforme comentado por Souza (2023) e por autoras clássicas da Psicologia Social como Maritza Montero (1995).

O grupo foi composto por mulheres de várias idades e com diferentes contextos familiares, assim as mais velhas ou que já haviam superado as violências acolhiam as falas e situações trazidas pelas mais novas e contavam suas experiências e como haviam superado as situações semelhantes às apresentadas por outras participantes, criando uma verdadeira rede de apoio que se estendeu para além dos encontros desenvolvidos pela equipe. Se observou mulheres se auxiliando para levar os filhos na escola, auxílios em momentos de doença, conselhos sobre criação de filhos e auxílio e indicações para vagas de emprego.

Muitas mulheres mostram-se preocupadas com a criação dos filhos e manutenção das despesas da casa, porém quando convidadas a olhar atentamente para a maneira como viviam com os ex companheiros, verificam que elas já mantinham a casa com pouco ou nenhum auxílio dos então companheiros e que apenas estavam reproduzindo o discurso que coloca os homens como provedores e responsáveis pela manutenção financeira da casa, quando na verdade a maioria dos ex companheiros eram negligentes quanto ao trabalho e portanto quanto às despesas domésticas, essa realidade mostra como o machismo estrutural norteia a percepção cultural das participantes, mesmo que na realidade, o que acontece é o contrário do que aparece nos discursos. Este reconhecimento reflete no sentimento de segurança e autoestima das mulheres do grupo, que passaram, segundo elas, a se reconhecerem como capazes. É claro que estes discursos são muito fortes em nossa sociedade e é preciso muito mais do que 6 ou 12 encontros para mudar a forma de pensar, visto que muito da nossa cultura ainda o reforça, porém os encontros dos grupos podem servir como um estalo, como o início de uma nova forma de pensar (Tavares, 2015).

O tema da responsabilização dos genitores, sobre os direitos, os deveres enquanto genitores, as visitas aos filhos, a guarda e a pensão alimentícia também foi tratado no Grupo Reflexivo para Homens, onde os discursos apresentados pelas mulheres a respeito de sua própria culpa também apareciam, reforçando a culpabilização das mulheres: *“ela proíbe meu contato com meu filho, então vai ficar sem pensão” (sic), “me fala pra ir lá só pra chamar a polícia e atrapalhar minha vida”(sic)*, discursos estes que mantêm o controle sobre as ex companheiras e alimentando a culpa materna. Deste modo a equipe trouxe explicações a respeito das leis sobre guarda, pensão alimentícia e visitas para que os pais entendessem seus direitos e deveres, de maneira a trazer possibilidades de responsabilizá-los, especialmente, sobre seus deveres para com os filhos, que muitas vezes os pais não compreendem como sujeitos de direito que podem fazer escolhas, ainda mais após viverem experiências violentas com os genitores, quando questionados sobre eles quererem viver próximos a pessoas violentas.

Tais falas também apresentam discursos sobre insegurança na relação com os filhos após a separação e dificuldades em reconhecer padrões agressivos de tratamento para com os filhos, sendo esses comportamentos repetidos tanto com as então companheiras quanto com os filhos. Quando convidadas a pensar sobre os sentimentos que uma surra ou um xingamento provocam neles próprios muitos trouxeram suas

histórias de vida, onde eles foram as vítimas e cortaram relações com os genitores: *“meu pai me batia muito, eu não podia nem olhar na cara dele” (sic), “meu pai batia na minha mãe, ela saiu de casa com a gente... passamos muita fome, dificuldades mas se tivesse ficado, ele tinha matado a gente” (sic), “eu ficava muito bravo, não podia fazer nada.... aprendi que tinha que ser assim, muita gente se aproveitou de mim”(sic), “quando sai de casa, fiquei anos sem procurar meu pai, não queria nem saber... fui falar com ele quando ele tava quase morrendo” (sic).* Pensando sobre como se sentiam quando eram eles as vítimas, muitos se sensibilizaram e começaram a pensar que talvez, essa não era a melhor maneira de tratar os filhos e não é o que eles gostariam de passar como valores importantes para seus filhos.

É claro, como dito anteriormente, que com poucos encontros não conseguimos provocar mudanças significativas em nossa cultura, que continua a valorizar e incentivar comportamentos violentos para homens como forma de educar e marcar sua superioridade, porém o trabalho com grupos possibilita iniciar discussões como estas, que apesar de momentâneas, podem ser significativas na vida dos sujeitos.

Ao longo do desenvolvimento dos grupos foi possível perceber que o vínculo entre os participantes entre si e com a equipe foi fortalecido, com participantes - homens e mulheres apresentando desejo de voltar para as próximas edições. Durante os cafés após os encontros, as conversas continuavam, por vezes com assuntos próximos aos discutidos com a equipe. Outra mudança significativa ocorreu quando um dos homens passou a trazer os filhos para o encontro, dizendo que *“com tudo que aconteceu e vindo aqui, percebi que minha mulher também precisa de um tempo sozinha, então como eu venho aqui, posso trazer nossos filhos” (sic).*

Vale destacar que algumas mulheres cancelaram as medidas protetivas, retornando aos relacionamentos, destas algumas demonstraram vergonha em retornar aos encontros, mas foram acolhidas pela equipe que compreende que não cabe a equipe decidir sobre a vida das mulheres, e que as decisões devem ser respeitadas e que o fortalecimento da autonomia desta mulher deve continuar, com ela estando ou não em um relacionamento, sendo esse relacionamento abusivo, a equipe precisa estar ainda mais próxima, visando a proteção da família, em especial as mulheres e crianças.

Conclusão

Com o desenvolvimento desses grupos verifica-se que, de fato, os grupos refletem a cultura e o modo de viver da sociedade em que os participantes estão inseridos, de

maneira que os discursos e práticas sociais podem ser vistos e problematizados, de modo a possibilitar críticas, mudanças e propostas de solução.

A equipe técnica não tinha a pretensão de mudar completamente a realidade dos participantes, visto que são práticas pontuais e pequenas quando comparadas com a estrutura social e histórica que mantém o machismo e o controle das mulheres, culminando em violências domésticas, porém os espaços reflexivos possibilitam reflexões, que são os primeiros passos para que a realidade possa ser mudada.

Tal reconhecimento não deve diminuir a experiência ou desanimar os profissionais que pretendem realizar atividades parecidas, pois mesmo que, de maneira macro social os resultados pareçam pequenos, para a vida daqueles que participam dos encontros, cada tema abordado, cada vínculo construído pode (e faz) a diferença no que se refere à segurança, acesso a direitos, acesso a trabalho, e por vezes a diferença entre continuar uma vida de violência e encerrar esse ciclo, fazendo a diferença inclusive, entre a viver e continuar apenas existindo - ou nem isso.

Referências

BRASIL, Lei nº 8.742. *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. BRASIL, Lei nº 1074/2003.

Montero, Maritza. *Psicología social comunitaria*. Vol. 10. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1994

Spink, Mary Jane, Vera Mincoff Menegon, and Benedito Medrado. "Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas." *Psicologia & Sociedade* 26 (2014): 32-43.

DENBOROUGH, D. *Práticas Narrativas Coletivas, trabalhando com indivíduos, grupos e comunidades que vivenciaram traumas*. Trad. de Adriana Muller, Roberto Dias e Viviane Oliveira. Adelaide: Dulwich Centre, 2008

Scott, Joan Wallach, Guacira Lopes Louro, and Tomaz Tadeu da Silva. "Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99 (1995).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. . *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)*. Brasília: MDS (2006)

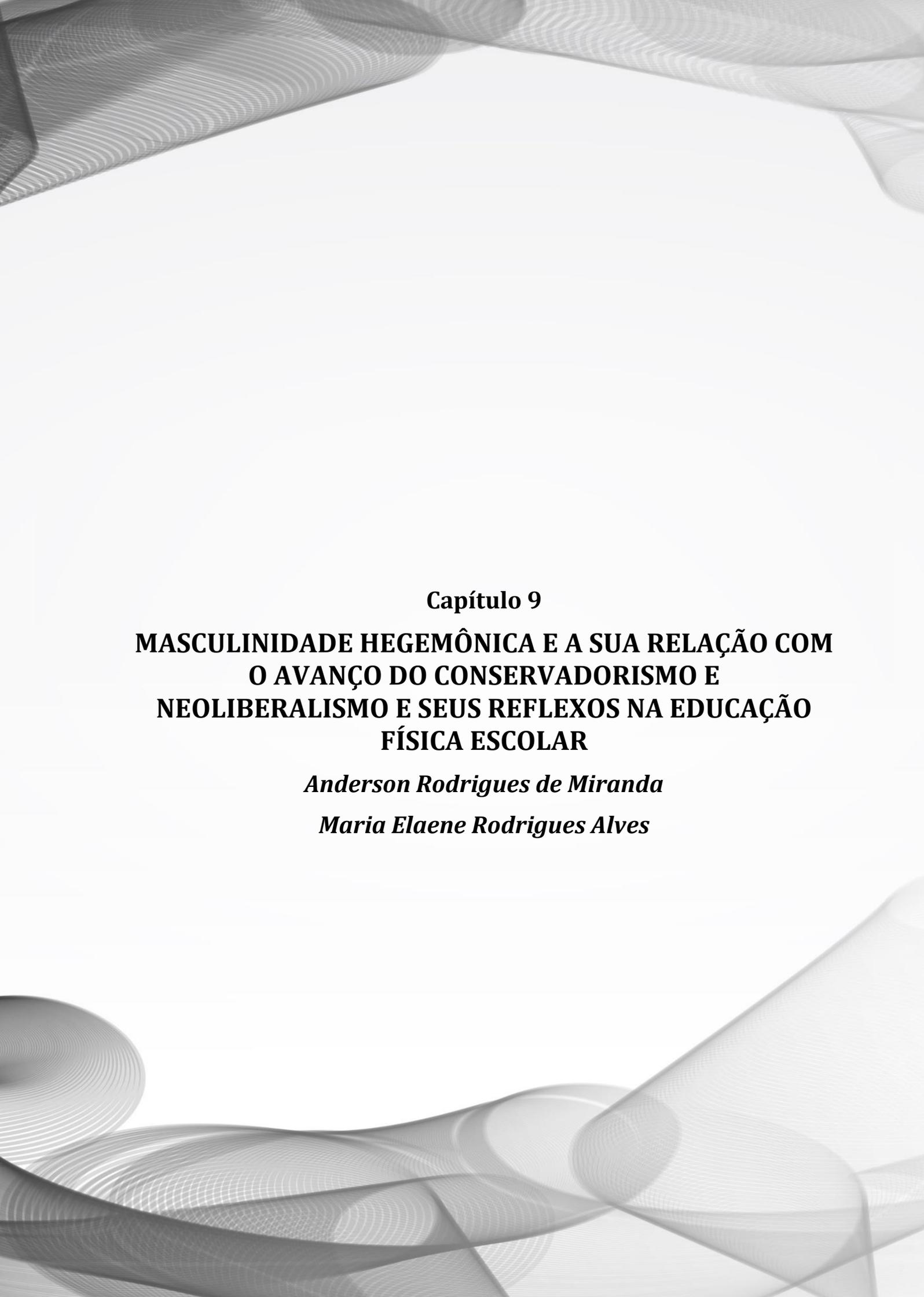
TAVARES, Márcia Santana. *Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça*. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 547-559, 2015.

SILVA, Sabina Rodrigues da. *Grupo de apoio à vítima enquanto meio de redução dos danos causados pela violência doméstica*. 2020. Tese de Doutorado.

Souza, Rejane Michele Silva. "*Características das intervenções dos grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar*." Repositório Institucional Unicambyury 1.1 (2023): 12-24.

de Paula, Luciane, e Carolina Gomes Sant'ana. "*A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural*." *Forum linguístico*. Vol. 19. No. 1. 2022.

Neves, Sofia, and Conceição Nogueira. "A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re) construção dos espaços terapêuticos." *Psicologia & Sociedade* 15 (2003): 43-64.



Capítulo 9
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E A SUA RELAÇÃO COM
O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E
NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR

Anderson Rodrigues de Miranda

Maria Elaene Rodrigues Alves

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E A SUA RELAÇÃO COM O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Anderson Rodrigues de Miranda

Mestrando do curso mestrado profissional em educação física – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil. anders_df@hotmail.com . Este trabalho não recebeu nenhum tipo de financiamento.

Maria Elaene Rodrigues Alves

Docente na Universidade de Brasília - UnB, Brasília, Brasil. elaene@unb.br .

RESUMO

Este ensaio emerge dos estudos e aprendizagens de uma dissertação de mestrado em educação física, vinculada ao programa de mestrado profissional em rede, polo UnB. Com uma construção de saberes transdisciplinares tentarei apresentar neste ensaio uma construção teórica que serviu como referencial para compreender como a educação é utilizada como ferramenta de manutenção de poder através da subjetividade para perpetuação do modelo civilizatório defendido pelo neoliberalismo e conservadorismo. Este ensaio tem como objetivo refletir sobre o avanço do conservadorismo e do neoliberalismo no Brasil e a sua relação com a educação física escolar através da teoria da masculinidade hegemônica sobre uma perspectiva decolonial. Na busca pela compreensão e de uma transformação social mais estudos a partir de uma perspectiva decolonial são necessários para inferir possíveis possibilidades de alternativas para este modelo hegemônico de controle social.

Palavras-chave: Decolonialidade, Conservadorismo, Masculinidades, Educação, Educação Física.

Introdução

Este ensaio emerge dos estudos e aprendizagens de uma dissertação de mestrado em educação física, vinculada ao programa de mestrado profissional em rede,

polo UnB. Com uma construção de saberes transdisciplinares tentarei apresentar neste ensaio uma construção teórica que serviu como referencial para compreender como a educação é utilizada como ferramenta de manutenção de poder através da subjetividade para perpetuação do modelo civilizatório defendido pelo neoliberalismo e conservadorismo.

Este estudo possui grande relevância ao observarmos o impacto que este modelo gera em nossa sociedade, como justificativa, cito o estudo realizado pelas pesquisadoras Samira Bueno, Juliana Martins, Amanda Lagreca, Isabela Sobral, Betina Barros e Juliana Brandão em que elas apontam o aumento da violência contra a mulher após análise de dados do anuário brasileiro de segurança pública de 2023. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 136 - 137). Nesta pesquisa, as autoras apontam algumas hipóteses para este crescimento como a retirada de recursos das políticas de proteção à mulher e *“o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um.”* (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 137). Outro exemplo deriva do ambiente escolar, pesquisa realizada pela Associação Brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - ABGLT, publicada em 2016 sobre o ambiente educacional no Brasil constatou que as aulas de educação física e as instalações esportivas estão entre os espaços evitados por estudantes LGBTQIAPN+ por se sentirem inseguros (p. 29) e os principais motivos estão relacionados com sua orientação sexual, a maneira como expressa o seu gênero, o seu peso e o tamanho do seu corpo (p. 28).

A partir destes exemplos fica mais fácil compreender os resultados apresentados por um grupo de intelectuais da Organização Mundial da Saúde - OMS, sobre tendências globais de atividade física entre jovens em idade escolares. Regina Guthold, Gretchen Stevens, Leanne Riley e Fiona Bull realizaram uma análise de dados de pesquisas realizadas em 146 países com estudantes com idades entre 11 e 17 anos. Elas alertam que o fato de quatro em cada cinco adolescentes não vivenciarem os benefícios bio-psico-sociais da atividade física regular não é uma eventualidade, mas uma consequência de predileções políticas e de concepções sociais. (Guthold, et al., 2020).

Considerando estas pesquisas, este ensaio tem como objetivo refletir sobre o avanço do conservadorismo e do neoliberalismo no Brasil e a sua relação com a

educação escolar através da teoria da masculinidade hegemônica sobre uma perspectiva decolonial.

Dois pontos importantes apresentados pela pensadora Raewyn Connell para se compreender o uso da teoria da masculinidade hegemônica, o primeiro é sobre sua característica de mutação como aponta Connell (2016, p. 94) explicando que as masculinidades são padrões criados e renovados através de um processo histórico com proporções mundiais através de práticas de gênero, e por este motivo começarei o artigo com algumas contribuições sobre a origem do Estado através da teoria apresentada por Thomas Hobbes, o contrato social.

O segundo ponto é compreender *“como uma cultura de gênero é criada e transformada numa relação com a economia internacional e com o sistema político do império”*. (Connell, 2016, p. 94), para este ponto apresentarei um conceito inicial sobre geopolítica, para só assim, depois desta construção, dialogarmos sobre a teoria da masculinidade e a relação entre os movimentos conservadores e a educação.

Convido você para uma construção coletiva do saber, a partir do seu local de fala, do seu território e pertencimento. Permita-se ler, ouvir e sentir este artigo a partir dos seus sentimentos e de sua história.

Contribuições sobre origem e criação do Estado, o contrato social

“Estamos combatendo contra animais humanos”, fala do ministro da defesa de Israel, Yoav Gallant, para justificar o bloqueio de água e comida aos palestinos (Redação Pragmatismo, 2023)

De acordo com o filósofo Tom Sorell, Thomas Hobbes era um filósofo contratualista que nasceu em 1588 ao norte de Wiltshire na Inglaterra, devido à sua condição social, Hobbes trabalhou por muito tempo como empregado de uma família da nobreza atuando ora como tutor, ora como secretário e esta carreira lhe dava acesso a bibliotecas mais prestigiadas para prosseguir com seus estudos (Sorell, 2011, p. 30). Hobbes escreveu sobre física, matemática, metafísica, teologia e filosofia política. Durante sua vida residiu em Paris e Londres sempre em contato com grandes pensadores da sua época, entre eles advogados, matemáticos, homens da medicina e filósofos (Sorell, 2011).

De acordo com Renato Janine Ribeiro (Ribeiro in Weffort, 2001), para Thomas Hobbeso contrato social é a forma que os homens em seu estado natureza abririam mão de sua total liberdade para estabelecer as regras de convívio social e de subordinação ao poder do Estado.

Para a filósofa britânica Carole Pateman (1993) existe uma outra face do contrato social além do demonstrado, que só os homens livres e “senhores de famílias” fazem parte do contrato social e que no estado natural não existem diferenças entre homens e mulheres, entretanto, elas são excluídas do pacto original pois todas são “servas”, sendo assim segundo a filósofa britânica o contrato é uma fraternidade de homens.

Esta construção apresentada por Carole Pateman também foi observada por Maria Lugones na sua construção mais aprofundada sobre colonialidade do gênero.

A mulher europeia burguesa não era entendida como um complemento desse homem, e sim como alguém que reproduzia a humanidade e o capital por meio da sua pureza sexual, passividade e domesticidade - sempre a serviço do homem branco, europeu, burguês (Lugones in Hollanda, org, 2019, p. 358)

É importante compreender que o significado de homem natural ou homem no estado natural não é uma menção ao homem selvagem mas sim ao homem de sua sociedade que possuias mesmas características e necessidades (Weffort, 2001). Os povos não europeus podem ser representados de acordo com a análise de Maria Lugones que explica como o capitalismo eurocêntrico global é heterossexual funcionando como uma ferramenta na qual mulheres brancas são reprodutoras da sua raça e da sua classe e as pessoas não brancas estigmatizadas como animais (Lugones in Varejão, 2020).

Para compreender a engrenagem deste sistema até aqui apresentado, transcrevo aqui parte do texto escrito por essa intelectual sobre a colonialidade dos gêneros pois não conseguiria alcançar com tamanho brilhantismo de forma indireta:

(...) uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental - e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam à mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos - animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colono, moderno foi transformado em

sujeito/agente, próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão (Lugones in Hollanda, org, 2019, p. 358)

A partir destas considerações se faz necessário conhecer o conceito básico de geopolítica para melhor compreender os interesses em diferenciar sociedades, gênero e cultura e sua relação com os demais conceitos como neoliberalismo, conservadorismo e masculinidade hegemônica.

Contribuições sobre geopolítica

De acordo com a professora e pesquisadora Erika Amusquivar, Johan Rudolf Kjellén nasceu em 1864 na Suécia, em 1880 ingressou no curso de ciências políticas na Universidade de Uppsala na qual também trabalhou, tornou-se cientista político, jurista, sociólogo e ainda adquiriu conhecimentos na área de geografia. Esta aproximação entre política e geografia foi importante para que ele criasse o conceito de geopolítica em que o seu objeto de estudo era o território como organização política (Amusquivar, 2018). Além dessas áreas de conhecimento, Kjellén também estudou sobre a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin e seus desdobramentos como o darwinismo social (Amusquivar, 2018).

Devido suas análises e projeções, o seu conceito sobre geopolítica e a importância da Alemanha no cenário estratégico europeu ganhou grande atenção após a primeira guerra mundial fazendo com que este conceito fosse ampliado e aprofundado entre acadêmicos, juristas e políticos em especial o general Karl Haushofer que foi o responsável por introduzir o conceito no país germânico. (Amusquivar, 2018).

O desenvolvimento da teoria geopolítica de Karl Haushofer a partir dos preceitos de Kjellén e Ratzel, como sugere algumas interpretações pode ter influenciado no embasamento daquele que é considerado o pilar teórico do regime nazista o livro *Mein Kampf* (minha vida) de Adolf Hitler, como descrito no trecho a seguir:

Um Estado pode ser considerado como um exemplo modelo se servir adequadamente não apenas as necessidades vitais do estoque racial que representa, mas se ele realmente assegura, por sua própria existência, a preservação desse mesmo estoque racial, independentemente do significado cultural geral que esta instituição estatutária pode ter nos olhos do resto do mundo. Pois não é tarefa do

Estado criar capacidades humanas, mas apenas garantir espaço livre para exercício de capacidades que já existem. Por outro lado, um Estado pode ser chamado de ruim se, apesar da existência de um alto nível cultural, condiciona a destruição dos portadores dessa cultura, rompendo sua uniformidade racial. Pois o efeito prático de tal política seria destruir as condições que são indispensáveis para a existência posterior dessa cultura, que o Estado não criou, mas que é fruto do poder criativo inerente ao estoque racial cuja existência é assegurada por estar unidos no organismo vivo do Estado. Mais uma vez, deixe-me enfatizar o fato que o próprio Estado não é a substância, mas a forma (Hitler, 1939 apud Amusquivar, 2018, p. 34).

Estes conceitos dialogam com o que o filósofo Santiago Castro-Gómez (Castro-Gómez in Lander, 2005) compreende como o projeto da modernidade. Para o pensador colombiano o projeto da modernidade de uma forma geral faz referência há uma ideia de submeter a vida ao controle pleno do homem através de uma autoridade central na qual são produzidos os mecanismos de controle e coerção sobre as pessoas e sobre a natureza, esta autoridade, segundo o autor, é o Estado (p. 80).

Santiago Castro-Gómez cita os estudos da venezuelana Beatriz González Stephan sobre os instrumentos disciplinares de poder no contexto latino-americano. Segundo o autor, ela explica que a obtenção da cidadania é como uma peneira que só seleciona aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de cidadão requerido pelo projeto da modernidade: homem branco, cristão, hetero, possuidor de propriedades e pai de família e aqueles que não atendem este perfil “(mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da ‘cidade letrada’, reclusos no âmbito da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os exclui” (Castro-González in Lander, 2005, p. 81-82) que pode ser compreendido como uma maneira de se manter a uniformidade racial.

Outro ponto importante é sobre como a manutenção deste poder se adapta e se renova ao longo dos tempos para sua continuidade. A pensadora Raewyn Connell explica que no mundo existem subjetividades que justificam a supremacia masculina através das religiões, tradições culturais, fatores biológicos e fatores organizacionais como a natureza de algumas atividades laborais, e que estas subjetividades e instituições defendem estas desigualdades de gênero com o objetivo de promover, mesmo de forma indireta, beneficiar os interesses, o controle e o poder dos homens (Connell, 2016). E este é um dos motivos pelo qual devemos compreender o conceito de masculinidades hegemônicas.

Compreendendo o conceito de masculinidade hegemônica

A característica essencial deste conceito é a combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre elas, na qual presume-se uma subordinação daquelas não hegemônicas (Connell e Messerschmidt, 2013). Connell explica que *“as masculinidades são socialmente construídas de práticas de gêneros. Esses padrões são criados por meio de um processo histórico com dimensões globais”* (Connell, 2016, p. 94). Estes padrões não obrigatoriamente precisam estar no território na forma material, pode estar presente através de uma subjetividade a partir de símbolos como atletas, influencers e políticos (Connell e Messerschmidt, 2013).

A partir destas considerações aos se investigar sobre as masculinidades hegemônicas se faz necessário observar a partir de quatro grandes áreas: a natureza das hierarquias de gênero, a sua geografia, o peso social de incorporação e a dinâmica das masculinidades. (Connell e Messerschmidt, 2013).

A hierarquia de gênero não pode ser compreendida de maneira simplista devido sua grande complexidade, pois necessita de uma visão mais ampliada para sua compreensão devido às novas construções de gêneros. (Connell e Messerschmidt, 2013)

A geografia das masculinidades, Connell e Messerschmidt (2013) chamam a atenção para as construções tanto regionais, bem como as locais das masculinidades hegemônicas são ajustados pelas articulações dessas esquematizações de gênero com processos geopolíticos que estão ligados com agendas neoliberais. Sistemas transnacionais pressionam a construção de masculinidades hegemônicas a nível regional, pela cultura ou pela idealização através do Estado-nação que por estes pressionam a níveis locais como nas comunidades e famílias.

Sobre incorporação social *“precisamos compreender que os corpos são tanto objetos da prática social como agentes na prática social. Existem circuitos de práticas sociais ligando processos corporais e estruturas sociais – muitos desses circuitos se somam ao processo histórico no qual a sociedade é incorporada”* (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 70) e que estes circuitos envolvem diretamente as instituições nas quais seus privilégios permanecem como quadras esportivas ou ginásios, locais de trabalho em se tratando de homens.

A sua dinâmica está associada à história de vida, *“as masculinidades hegemônicas tendem a envolver padrões específicos de divisão interna e conflito emocional,*

precisamente por sua associação com o poder generificado” (Connell e Messerschmidt, 2013 p. 270).

Estratégias de manutenção de poder como a desumanização de grupos diferentes, rejeição parcial ou total da igualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho são alguns focos de tensão, *“Relações de gênero são sempre arenas de tensão. Um dado padrão de masculinidade é hegemônico enquanto fornece uma solução a essas tensões, tendendo a estabilizar o poder patriarcal ou reconstituí-lo em novas condições”.* (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 272).

Conservadorismo, neoliberalismo e sua relação com as políticas educacionais

“Esse novo contrato social propõe um país distinto, um país no qual o Estado não dirija nossas vidas, mas vele por nossos direitos”, Javier Milei em seu discurso de posse (Craveiro, 2023).

Primeiramente é importante compreender o neoliberalismo como um discurso hegemônico de modelo civilizatório, que deve ser combatido, e não apenas como uma teoria econômica (Lander, 2005). De acordo com a pensadora Wendy Brown (2019) apesar de possuírem pontos de convergência, neoliberalismo e conservadorismo são subjetividades diferentes. Segundo a pesquisadora, um destes pontos é o posicionamento autoritário e antidemocrático, outro exemplo tem relação com a instituição familiar *“para os intelectuais e elaboradores de política neoliberais, a família não era apenas uma rede de proteção, mas um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade”* (Brown, 2019, p. 114), isso acontece porque ambos entendem que a família é responsável pelos indivíduos e não o Estado.

De acordo com João Pereira Coutinho (2014) o conservadorismo é uma ideologia que aparece diante de uma ameaça específica ligada aos seus valores e tradições, como a família tradicional e a religião.

O avanço do conservadorismo depende de vários fatores como o esvaziamento das pautas sociais e a validação do poder coercitivo pelo Estado como garantidor dos valores morais, e um dos instrumentos utilizados para o controle e o uso deste poder é a escola (Brown, 2019 e Pastorini 2020).

Um exemplo é sobre a atuação do movimento escola sem partido durante a construção da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. O movimento escola sem partido foi criado a partir *“de setores extremamente reacionários da burguesia, assentados sobre argumentos moralistas do reacionarismo-conservador contemporâneo, tais como a defesa da família e valores tradicionais”* (Lagoa, 2019, p. 10 - 11). Este movimento atuou para a retirada de conteúdos relacionados com gênero e sexualidade.

Os pesquisadores Oscar Forner e Josenildo Soares realizaram um estudo com o objetivo de *“evidenciar a forma como a masculinidade hegemônica representa a base para fundamentação dos principais pilares que sustentam a extrema direita”* (Forner; Soares, 2024, p. 3). Para os pesquisadores, o discurso de ódio direcionado aqueles que confrontam os seus valores tradicionais ganham força ao criar uma certa insegurança diante da perda do poder de homens devido ao desemprego ou da promoção das pautas sociais, e ainda complementam, que discursos fundamentados no engrandecimento da masculinidade provoquem normas comportamentais na população (Forner; Soares, 2024).

Connell também parece concordar com o estudo apresentado pelos pesquisadores ao explicar o posicionamento dos homens contrária às mudanças nas relações na igualdade de gênero, *“A resistência também pode significar a defesa ideológica da supremacia masculina. Pesquisas sobre violência doméstica sugerem que a maioria dos agressores tem posturas muito conservadoras quanto ao papel da mulher na família”* (Connell, 2016, p. 102).

Considerações Finais

A partir do pensamento do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel é possível relacionar os pontos aqui levantados desde a constituição do conceito de Estado através da teoria contratual avançando pelos interesses geopolíticos e ganhando uma nova roupagem como neoliberalismo. Todos estes fatores são constituídos por uma única forma de poder, o patriarcado que aqui tentei compreendê-lo através da teoria sobre masculinidade hegemônica.

O patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas assim nos critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante

população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores. (Grosfoguel, 2008, p. 124)

O professor argentino Walter Mignolo denomina esse modelo como colonialidade do poder. O controle econômico e político é sustentado pelo conhecimento, compreensão e sentimento (Mignolo, 2010). A colonialidade do poder pode ser compreendida conceitualmente como *“um modelo de poder especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento”* (Maldonado-Torres, 2008, p. 88).

Maldonado-Torres argumenta que as visões de mundo não podem ser mantidas apenas pelo uso da força e coerção, segundo o autor as maneiras e ações do ser que foram construídas e incorporadas como se fosse algo natural, mas que na verdade foi um componente autêntico dos objetivos da civilização contemporânea ocidental produzidas pela lógica colonial só foram possíveis em razão da articulação das três principais dimensões que integra uma visão de mundo que são: do ser, do poder e do saber (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023).

Estas três dimensões (saber, ser e poder) possuem algo em comum que as interligam que é a subjetividade.

Santiago Castro-Gómez (Lander, 2005) cita os estudos de Beatriz González Stephan, na qual demonstra que a educação formal é a executora do modelo desejável de subjetividade moderna, segundo ele:

A escola transforma-se num espaço de internamento onde se forma esse tipo de sujeito que os “ideais reguladores” da constituição estavam reclamando. O que se busca é introjetar uma disciplina na mente e no corpo que capacite a pessoa para ser “útil à pátria”. O comportamento da criança deverá ser regulamentado e vigiado, submetido à aquisição de conhecimentos, capacidades, hábitos, valores, modelos culturais e estilos de vida que lhe permitam assumir um papel “produtivo” na sociedade. (Castro-Gómez in Lander, 2005, p. 82)

O estudo realizado pela ABGLT em que aponta que estudantes LGBTQIAPN+ não sesentem pertencentes às aulas e aos espaços destinados à educação física escolar e a pesquisa realizada pela Guthold et al (2020) que relata a não participação das meninas que tem relação com predileções políticas e sociais demonstram que a postura dos movimentos conservadores que elencaram as discussões sobre igualdade de gênero como pauta reverberam dentro e fora da escola. Nas aulas de educação física parece que este conflito fica mais visível pois, os corpos estão em movimento e em um momento de

expressão em um território historicamente dominado por uma masculinidade hegemônica que hoje não aceita a participação e nem mesmo a presença de outras subjetividades e culturas reafirmando o que Connell (2016) já mencionara que estes padrões são criados e renovados através de um processo histórico, político e educacional. Na busca pela compreensão e de uma transformação social mais estudos a partir de uma perspectiva decolonial são necessários para inferir possíveis possibilidades de alternativas para este modelo hegemônico de controle social.

Referências

AMUSQUIVAR, Érika L.; PASSOS, R. D. F. dos. A gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2018. DOI: 10.26792/rbed.v5n1.2018.75055. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75055> . Acesso em: 10 dez. 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57> > acesso em: 25.03. 2024.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2018/07/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> > acesso em: 25.03.2024

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (org.)

Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Autêntica, 2023.

BROWN. Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. tradução: Mario A Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo. Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAVEIRO, Rodrigo. Argentina: Presidente Milei toma medidas para silenciar as ruas disponível:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/12/6670771-argentina-presidente-milei-toma-medidas-para-silenciar-as-ruas.html#google_vignette>

acesso em: 03 de abril de 2024.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. tradução: Marília Moschkovich. São Paulo, nVersos.2016.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DOS SANTOS HENRIQUE, Eduardo; DA ROCHA, Luciano Daudt; DA SILVA, Gabriela. Masculinidade hegemônica e educação: um estado do conhecimento. **Retratos da Escola**, v. 18, n. 40, 2024. Disponível:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1902> > Acesso em: 17 jul. 2024.

FORNER, Oscar Milton Cowley; SOARES, Josenildo Bezerra. O papel da masculinidade hegemônica no discurso político da extrema direita: um estudo do propósito comunicativo da família defendida por Jair Bolsonaro. **Intexto**, n. 56, 2024. disponível: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/132842> > acesso: 11 de jul de 2024

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697> > acesso: 25.03.2024

GUTHOLD, Regina et al. Global trends in insufficient physical activity among adolescents: a pooled analysis of 298 population-based surveys with 1·6 million participants. **The lancet child & adolescent health**, v. 4, n. 1, p. 23-35, 2020, disponível: < [https://www.thelancet.com/journals/lanchi/article/PIIS2352-4642\(19\)30323-2/fulltext#articleInformation](https://www.thelancet.com/journals/lanchi/article/PIIS2352-4642(19)30323-2/fulltext#articleInformation) > acesso: 26.03.2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

LAGOA, Maria Izabel. A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário-conservador na política educacional brasileira. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 19, p. e019006-e019006, 2019. disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653195> > acesso: 11 de jul de 2024

LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695> > acesso: 10 de jul de 2024.

MIGNOLO, Valter. *Desobediencia Epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Colección Razón Política*, Buenos Aires, Argentina. *Del Signo*, 2010.

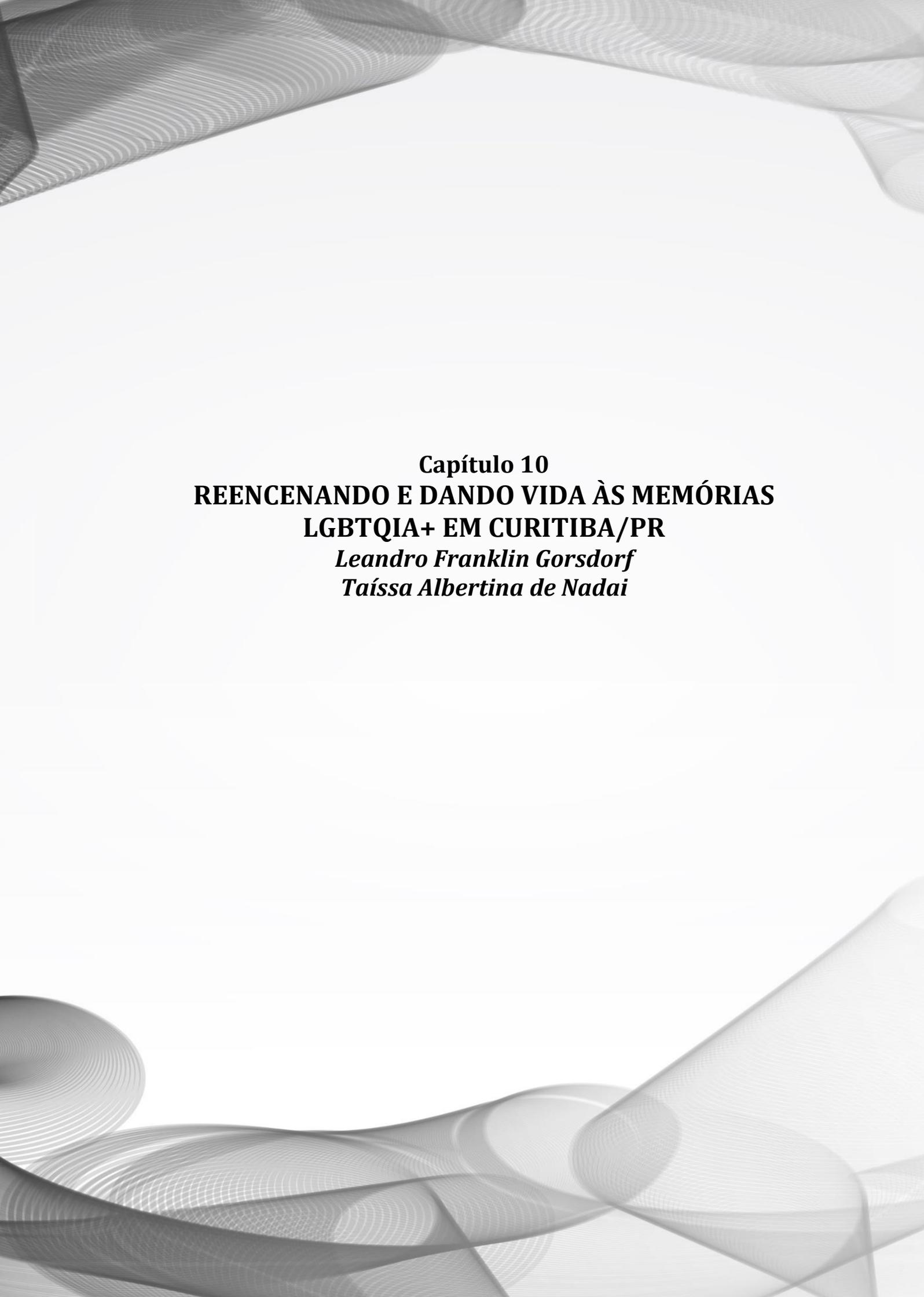
PASTORINI, Alejandra; FARIA, Gabriele Gomes. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: protagonistas e estratégias: Array. **PLAZA PÚBLICA. Revista de Trabajo Social**, n. 23, p. 5-22, 2020.

Redação pragmatismo . Ministo de Israel Justifica bloqueio de água e comida aos palestinos: Estamos combatendo contra animais. disponível:

<<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/10/ministro-de-israel-justifica-bloqueio-de-agua-e-comida-aos-palestinos-estamos-combatendo-contra-animais.html>>

acesso: 3 de abr. de 2024

VAREJÃO, Adriana et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.



Capítulo 10
REENCENANDO E DANDO VIDA ÀS MEMÓRIAS
LGBTQIA+ EM CURITIBA/PR
Leandro Franklin Gorsdorf
Taíssa Albertina de Nadai

REENCENANDO E DANDO VIDA ÀS MEMÓRIAS LGBTQIA+ EM CURITIBA/PR

Leandro Franklin Gorsdorf

*Professor de Direitos Humanos na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR,
Brasil. E-mail para contato: leandroufpr2011@gmail.com*

Taíssa Albertina de Nadai

*Mestranda em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná
(UFPR), Curitiba/PR, Brasil. E-mail para contato: taissadenadai.adv@gmail.com*

RESUMO

O Projeto de Extensão da UFPR, intitulado "Máquina de ativismos em direitos humanos", em parceria com movimentos LGBTQIA+ de Curitiba, articulou-se para tornar viva a memória LGBTQIA+ na cidade, ante à despreocupação das instituições públicas nesse sentido. Buscaram-se testemunhos de sobreviventes de um passado recente, em prol de construir uma cartografia sensível dos afetos da cidade, contando suas vivências. Foram mapeados acervos, arquivos e museus que contém registros sobre a história e a cultura LGBTQIA+ em Curitiba. Através da metodologia "bola de neve", a escolha das pessoas sucedeu-se tanto por sua presença e atividade sócio-cultural, como também pela interseccionalidade das vivências (valorizando recortes de gênero, de classe e de raça). Foram, também, realizadas entrevistas com LGBTQIA+'s que ocuparam espaços na cidade desde os anos 50. Os relatos foram sistematizados a partir de referências de espaços, pessoas, modos de vida, histórias e frases que representam cada período. Com isso, construiu-se o "Percurso LGBTI+ de Curitiba/PR", disponibilizando-se arquivos físicos (estilo zine, com um mapa e informações pertinentes), para que o público geral percorresse o caminho que abarca os principais espaços de socialização mencionados nas entrevistas, demonstrando um "rasgo" na paisagem urbana, de modo a reocupar, de forma espectral, os lugares que antes eram apropriados pela população LGBTQIA+ e, ainda, demonstrar as várias camadas sobrepostas das memórias.

Palavras-chave: Memória; LGBTQIA+; Curitiba; Testemunho.

ABSTRACT

The UFPR Extension Project, entitled "Máquina de ativismos em direitos humanos", in partnership with LGBTQIA+ movements of Curitiba, made efforts to make LGBTQIA+ memory alive in the city, given the lack of concern of public institutions in this regard. Testimonies of survivors from a recent past were sought, in order to build a sensitive cartography of the city's affections, recounting their experiences. Collections, archives and museums containing records on LGBTQIA+ history and culture in Curitiba were mapped. Through the "snowball" methodology, the choice of the people was based on both their presence and socio-cultural activity, as well as the intersectionality of experiences (valuing gender, class and race aspects). Furthermore, interviews were carried out with LGBTQIA+'s who occupied spaces in the city since the 1950s. The reports were systematized based on references of spaces, people, ways of life, stories and phrases that represent each period. With this, the "Percurso LGBTQIA+ de Curitiba/PR" was built, in which physical files were available (zine style, with a map and pertinent information), so that the general public could follow the path that encompasses the main socialization spaces mentioned in the interviews, demonstrating a "tear" in the urban landscape, in order to reoccupy, in a spectral way, the places that were previously appropriated by the LGBTQIA+ population and also demonstrate the various overlapping layers of memories.

Keywords: Memory; LGBTQIA+; Curitiba; Testimony.

INTRODUÇÃO

Os imaginários urbanos são construções coletivas e individuais. Pensar a cidade significa, neste ponto, pensar, primordialmente, a relação do sujeito com o espaço onde ele próprio se constitui e se permite (re)constituir. Assim, significa evocar a imagem prévia que temos do que vem a ser uma cidade, para poder, enfim, compreender o que de fato se sucede ali e, com isso, como (re)criar as narrativas dos que vivem à margem da história oficial contada – como é o caso dos sujeitos LGBTQIA+.

E foi pensando na reconstrução das narrativas e na efetiva ocupação de espaços e/ou demonstração da ocupação já exercida, que o núcleo "Memória LGBTI+", do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR) "Máquina de ativismos em direitos humanos", em parceria com movimentos LGBTQIA+ de Curitiba/PR, articulou-se para tornar viva a memória LGBTQIA+ na capital paranaense, com a criação do "Percurso LGBTQIA+ de Curitiba/PR", no ano de 2023.

O presente trabalho, portanto, versará sobre os percursos teóricos que desembocaram na necessidade de criação da rota de memória, em conjunto de seus

desdobramentos práticos e das considerações apreendidas durante todo o processo de desafio aos silêncios urbanos, no que diz respeito à história que realmente queremos ver eternizada no ideário social, acerca da população LGBTQIA+.

1. AS CIDADES INVISÍVEIS E A DISPUTA DE NARRATIVAS

A cidade constitui-se sob uma tríade conceitual que envolve a prática espacial, pela qual o espaço é percebido em suas dimensões físicas; as representações do espaço, ou seja, as maneiras pelas quais o espaço é mentalmente concebido; e o espaço representacional, socialmente vivido (LEFEBVRE, 1991, p. 33). Raquel Rolnik, nesse viés, afirma que as legislações urbanísticas, ao demarcarem territórios, geralmente são as maiores responsáveis por demarcar vidas e, por conseguinte, demarcar relações de poder existentes em um determinado espaço (2009).

Isto é: legisla-se sobre como os corpos compõem/devem compor a cidade. Criam-se, com isso, linhas “invisíveis” que delimitam uma cartografia escancarada da realidade urbana, que separa aqueles que existem socialmente (os ditos “cidadãos”), dos que vivem à margem da cidade (os ditos “marginais”).

Com essas criações, delimita-se, também, aqueles que podem, ou não, ter acesso real ao que é considerado social e juridicamente como “cidade” e, por outro lado, quais serão as vidas relegadas à invisibilidade. Nas palavras de Judith Butler, podemos considerar que a vida desses “cidadãos” são as efetivamente “vivíveis”, ao passo que as marginalizadas são as facilmente “aniquiláveis”, sobre as quais não haverá lamento, pois não são consideradas como vidas apreensíveis (2015, p. 64).

O que se (re)produz, no ideário social, sobre os sujeitos dissidentes, é uma narrativa que as relega à precariedade mais abissal, de corpos negligenciados que não participam, que nascem para morrer, fadados a ser mera estatística do país que mais mata pessoas trans do mundo⁴⁸ e que possui índices homéricos de violência contra mulheres, negros(as) e pessoas da comunidade LGBTQIA+.

É precisamente essa narrativa de estigma que vige sobre os corpos marginais, a qual se mostra interessante para os “cidadãos visíveis”, pois, com ela, controla-se o

⁴⁸ Dados coletados no site da Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA). Disponível em: [https://antrabrasil.org/category/violencia/#:~:text=Infelizmente%2C%20o%20Brasil%20segue%20na,da%20Trangender%20Europe%20\(TGEU\)](https://antrabrasil.org/category/violencia/#:~:text=Infelizmente%2C%20o%20Brasil%20segue%20na,da%20Trangender%20Europe%20(TGEU).). Acesso em: 06 ago. 2024.

alcance da visão, do desejo e da projeção de potência desses sujeitos, fomentando-se que os espaços da cidade não sejam por eles ocupados/apropriados.

De fato, a precariedade é notória e precisa ser pautada, sobretudo no âmbito das políticas públicas. Contudo, o que por vezes se esquece é que justamente as cidades “invisíveis” são as que preenchem os espaços urbanos em sua essência e tornam viva a experiência do plano concreto. Ou, como dita Peter Pál Pelbart (2002), são precisamente esses “excluídos” ou “desfiliados” que constroem territórios subjetivos a partir das próprias linhas de escape a que são impelidos e ocupam territórios que sequer foram imaginados pelos ditos “cidadãos”.

Ora, esta é a forma de resistência dos corpos dissidentes: a marcação de sua presença. Os gestos corporais são performativos e constitutivos do político. Os corpos reunidos no espaço público de alguma forma “exercem o poder performativo de reivindicar o público de uma maneira que ainda não foi codificada em lei e que nunca poderá ser completamente codificada em lei” (BUTLER, 2018, p. 84).

Quando corpos, precarizados em suas condições de vida, saem às ruas para se afirmarem enquanto sujeitos políticos que se fazem existentes ou para reivindicar as próprias condições espaciais (uma praça livre) para essa afirmação, eles já estão exercendo um ato político por excelência. É existir “apesar de” (LISPECTOR, 2020) e na contracorrente do que o sistema espera que aconteça. É a surpresa hegeliana (CHUEIRI, MILANI, 2020) que exsurge pela performance de corpos em sua subjetividade dentro da objetividade mais concreta dos espaços urbanos. Porém, o que fazer com os rastros, indícios destes corpos precários que não existem mais? De que modo pode-se pensar na memória de uma precariedade?

Afere-se, pois, que são os gestos, as práticas, as artes de fazer e as narrativas do cotidiano que constituem os verdadeiros arquivos urbanos. À cidade visível, as artes de “fazer com” acrescentam o que Ítalo Calvino chamou de “cidades invisíveis” (1990), este imaginário da cidade que a torna credível, onde morar é narrar.

A cidade é o campo fechado de uma verdadeira guerra de narrativas, das quais cada um de nós é o portador de uma memória específica, cuja tessitura constitui a densidade histórica desses espaços. Portanto, fomentar ou restaurar uma narrativa de resistência na ocupação dos espaços é também uma tarefa de reabilitação. Se a rua, este espaço coletivo de trocas e cruzamentos, representa um risco grande de existência e, até mesmo, de

demonstração de afetos e relacionamentos, é preciso, então, questionar a produção desses espaços enquanto pontos de sociabilidade.

Se aceitarmos que apenas o negativo de nossas vidas seja difundido, apenas isso ficará gravado na memória social. Não podemos deixar que isso aconteça. Isso seria compactuar com o sequestro de nossas vivências cotidianas. O principal já se encontra em vigência: nós resistimos ocupando a cidade. Mas isso precisa, agora, ser evidenciado e noticiado na mesma proporção que se divulgam nossas situações mais precárias.

Em outros termos, precisamos disputar as narrativas desses espaços. Disputar a cidade subjetiva e a cidade objetiva. Emmanuel Levinas (2008) trabalha com o *desejo* do "invisível", um desejo metafísico, que versa sobre o olhar atento ao outro. Temos, pois, de nos apropriar do desejo de encontrar a cidade invisível, que passa(rá) a ser visível a partir de seu desvendamento no ideário social.

2. A INSCRIÇÃO DO CORPO NO CAMINHAR PELA CIDADE

Segundo Paola Jacques, a cidade é lida pelo corpo e o corpo descreve o que podemos passar a chamar de corpografia urbana (2007, p. 95). A corpografia seria um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, no corpo de quem a experimenta.

O corpo que experimenta efetivamente a cidade pode ser visto enquanto uma forma de resistência à espetacularização urbana, uma vez que as corpografias urbanas (ou seja, estas cartografias da vida urbana inscritas no corpo do habitante ou do errante) revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui.

Ou seja, mostram tudo o que escapa ao projeto tradicional explicitando as micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas hegemônicas (preocupadas demais com projetos, projeções a priori, e pouco com os desvios *a posteriori*), mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar, fora do seu campo de ação.

Entendemos, assim, que tais imagens atuam na criação dos espaços, o que passa pelas maneiras como eles se mostram, são percebidos e como, a partir disso, nós os habitamos, reproduzindo ou criando outras imagens nele, dele e sobre ele.

Pois bem. A “rua” é um campo aberto entre as construções do urbano. É testemunha de suas ações, onde as pessoas se cruzam indiferentemente, se apaixonam, protestam, caminham, exercem seu “eu” social. Tudo isso é, também, dimensão social, política e, é claro, artística. A rua é característica da essência de uma cidade, possui psique própria, determinada a partir das permanências e efemeridades presentes nos seus cenários.

Por conta disso, a discussão sobre espaços livres de uso coletivo das cidades está intimamente atrelada às questões de organização da coletividade dentro das cidades contemporâneas. Afinal, são neles que as performances do corpo ocorrem. São neles que os corpos se inscrevem.

Se a maneira de inscrever o ser em si é através de seu corpo, e de inscrever seu corpo na cidade é através da performance na rua, chegamos à “caminhada” de Michel de Certeau. Para ele, a cidade como lugar de desejo (podendo-se ler aqui também o desejo pelo invisível de Levinas) valoriza nela o quadro de itinerários múltiplos. O espaço praticado para Certeau, portanto, se encarnava no caminhar de seus habitantes (DOSSE, 2013, p.88).

Para ele, a cidade equipara-se a uma estrutura de linguagem, um campo de possíveis, aberto às experiências da prática, ao passo que o ato de caminhar por ela advém da (enunci)ação dos pedestres e é capaz de atualizá-la, valorizando certos aspectos e moldando a língua que será exposta. Em síntese, o caminhar é para o sistema urbano o que a enunciação (o *speech act*) é para a língua (DOSSE, 2013, p.90).

Esta analogia entre a cidade/língua e o caminhar/fala permite valorizar os processos de apropriação da topografia urbana por seus atores que se desenvolvem a partir das relações possíveis entre os pólos diferenciados. Tem-se uma retórica do caminhar, tendo em vista que as voltas e os desvios assimiláveis das pessoas se equiparam a figuras de estilo (de performance, portanto), transfigurando-se em “espaços-testemunhas”, ou naquilo que fica gravado e que é lembrado e reproduzido na fala dos habitantes de uma cidade.

Diante disso, a corrente situacionista enxerga o “caminhar” como uma prática de vivenciar a cidade anticapitalista e contra a alienação coletiva. Afinal, é por meio dele que se pode (re)criar a linguagem do espaço, adaptando-a à realidade de todos os sujeitos que ali vivem (visíveis e invisíveis). O caminhar desprovido de intenção funcional, apenas como vivência, como prática estética, é revolucionário. É movendo-nos que conhecemos

algo, e é movendo-nos também que descrevemos esse algo (agora, abarcando uma nova possibilidade de memória).

Nessa perspectiva, o que já era um entendimento que estimulava a realização de percursos a pé (entretanto, ao sabor do acaso) tornou-se uma prática de pesquisa gradualmente mais sistemática, reflexiva e aprimorada. Foi tateando um caminhar que difere da deriva e também do trajeto entre pontos pré determinados no espaço que munimo-nos da intencionalidade como uma tática.

Segundo Certeau (1994), muitas atividades cotidianas, como falar, ler, circular, são dessa natureza, da arte da mobilidade astuciosa, da caça não autorizada, de estar onde ninguém espera, do “fazer com”. A tática “não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende” (*idem*, p. 100).

O caminhar, como método de pesquisa, avança aos pedaços, fragmentariamente, abdicando da pretensão de abarcar o espaço com os passos ou o olhar, acolhendo o que acontece e, no caso, (re)escrevendo a história do espaço, in(corpo)rando os invisíveis à condição de cidadãos que pertencem, resistem e efetivamente vivem na cidade.

Nesse viés, ante ao fato de as instituições públicas apenas (e quando muito) sacralizarem a memória das minorias da cidade na seara da dor das comunidades, nunca respeitando as atuações positivas e as conquistas, foi criada, em 2018, em Curitiba/PR, a “Linha Preta”, um roteiro/percurso pela cidade cujo objetivo é o de “valorizar e dar visibilidade à contribuição negra na construção física e social da capital paranaense, bem como apresentar referências históricas e culturais da sua existência e colaboração para a construção da [capital]”⁴⁹.

Inspirados no sucesso da Linha, então, o núcleo “Memória LGBTI+” do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR) “Máquina de a(r)tivismos em direitos humanos”, em parceria com demais movimentos de resistência e divulgação LGBTQIA+ de Curitiba/PR (Centro de documentação Luiz Mott, Liga de estudos LGBTI+ da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Grupo Dignidade), articulou-se para tornar viva a memória LGBTQIA+ na cidade, com a construção do “Percurso LGBTI+ de Curitiba/PR”.

⁴⁹ Todas as informações sobre a Linha encontram-se disponíveis no site do projeto, a saber: <https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta/a-linha-preta> Acesso em: 21 jul. 2024.

3. O “PERCURSO LGBTI+ DE CURITIBA/PR”

Antes da construção do Percurso, um grande trabalho foi realizado entre os anos de 2022 e 2023. O grupo dividiu-se em duas searas, a de “arquivo” e a de “entrevistas”. Na primeira, buscaram-se (e continuam buscando até o presente momento) referências importantes da vivência LGBTQIA+ curitibana, sobretudo a partir dos anos 50 do século XX, em acervos, arquivos e museus. O material encontrado é robusto e encontra-se em fase de organização para que futuramente componha um acervo digital completo a ser disponibilizado gratuitamente.

Na segunda, através da metodologia “bola de neve”⁵⁰, a equipe escolheu e convidou 25 (vinte e cinco) pessoas LGBTQIA+ da cidade, tanto por sua presença e atividade sócio-cultural, quanto pela interseccionalidade das vivências (valorizando recortes de gênero, de classe e de raça). As entrevistas foram realizadas em 2023. Os relatos foram sistematizados a partir de referências de espaços, pessoas, modos de vida, histórias e frases que representam cada período. Sempre com a preocupação de explicitar, ao máximo, como se sucedeu a vivência LGBTQIA+ curitibana entre meados do século XX e o presente momento. Com isso, então, finalmente foi possível construir o “Percurso LGBTI+ de Curitiba/PR”.

A rota de memória encontra-se em fase inicial, de “protótipo”. A intenção da equipe é de aprimorá-la ainda mais, realizando mais entrevistas, incluindo mais possíveis espaços de vivência e compartilhamento de experiências, conforme o arquivo for se ampliando e as pesquisas se aprofundando. Afinal, a grande maioria dos espaços narrados até o momento localizam-se no centro da capital, e a ideia é expandir o raio de localização para os demais bairros e regiões da cidade. Ainda que não seja possível englobar todos os lugares no percurso físico, pela limitação temporal, é importante que eles sejam trabalhados e mencionados.

De todo modo, a rota inicial teve seu lançamento realizado na data de 09/12/2023, com a participação de 20 (vinte) pessoas (além da equipe do projeto). Foram selecionados 28 (vinte e oito) locais de vivência – todos listados em uma cartilha que auxiliou as

⁵⁰ A metodologia de entrevistas bola de neve, também conhecida como amostragem em bola de neve, é uma técnica de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas qualitativas. O método funciona quando um indivíduo indica outros indivíduos da população, que por sua vez indicam mais pessoas, e assim sucessivamente. A ideia é semelhante a uma bola de neve que vai acumulando flocos de neve ao rolar e se tornando cada vez maior.

pessoas que acompanhavam o percurso a captarem a mensagem e a entenderem espacialmente sobre a vivência queer na cidade. O percurso teve duração aproximada de 03 (três) horas, tendo a equipe parado em cada um dos pontos e explanado sobre o que ele representou e/ou representa ainda hoje e abrindo espaço para eventuais dúvidas e comentários que agregassem à experiência.

A troca foi pautada como crucial para que o percurso se sucedesse da maneira mais profícua possível. Como uma pesquisa em campo aberto, sempre em busca de novos referenciais e sempre aceitando contribuições de vida sensível. As imagens do percurso e da cartilha podem ser encontradas na matéria do site da UFPR⁵¹ e nas redes sociais do Projeto “Máquina de Ativismos em Direitos Humanos”⁵² e do núcleo “Memória LGBTI+ de Curitiba/PR”⁵³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o lançamento do projeto, o grupo também participou da Rota “Curitiba de Lutas”⁵⁴, em parceria com “Linha Preta”⁵⁵, “Caminhos da História Indígena de Curitiba”, LUME (Lugar de Memória)⁵⁶ e Mandato Goura, a qual resgatou a identidade negra, indígena e LGBTQIA+ da cidade, para tentar recontar a história oficial da capital paranaense.

O que se tenta instituir com o Percurso, em síntese, é uma espécie de “rasgo” na paisagem urbana, para recuperar, de forma espectral, os lugares apropriados pela população LGBTQIA+ de Curitiba/PR e demonstrar as várias camadas sobrepostas de memórias. Sempre em contato com as demais minorias que também enfrentam o sequestro de suas memórias.

Na contramão do que a norma produz, os espaços (re)apresentados estão engendrando uma rede que multiplica possibilidades e propulsiona a ocupação de mais

⁵¹ Disponível em: <https://ufpr.br/memoria-lgbti-projeto-da-ufpr-percorre-pontos-historicos-de-curitiba/> Acesso em: 21 jul. 2024.

⁵² Disponível em: <https://www.instagram.com/maquiatidh/> Acesso em: 21 jul. 2024.

⁵³ Disponível em: <https://www.instagram.com/memorialgbticwb/> Acesso em: 21 jul. 2024.

⁵⁴ Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/07/10/mapa-curitiba-de-lutas/> Acesso em: 02 ago. 2024.

⁵⁵ Disponível em: <https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta/a-linha-preta> Acesso em: 02 ago. 2024.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.lumelugardememoria.com/educa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 02 ago. 2024.

espaços; a instalação de outros Plutões no coração da Terra humana, como um projeto de retomada e ressignificação da vida, do corpo, do poder, da liberdade e do gênero. É um projeto de mundo que está em disputa, e a importância desses espaços é justamente a de fazer vibrar, neste mundo, as forças, potências e vidas deste outro mundo onde as vidas trans importam. (MOMBAÇA, 2017)

Em outras palavras, é preciso dar visibilidade aos espaços de afetos e trocas que sempre existiram, para continuarmos (re)existindo nas cidades violentas e, com isso, reescrevendo a narrativa urbana para que a população LGBTQIA+ tenha direito à cidade (seja ela subjetiva, objetiva, visível ou invisível). É isso que o Percorso criado e ora explanado propõe.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** Tradução de Diogo Mainardi. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHUEIRI, Vera Karam de; SILVA, Ana Cláudia Milani. Sobre a surpresa e o apocalipse em “Bacurau”. **ANAMORPHOSIS**, v. 6, n. 2, 2020, p. 627-644.

DOSSE, Francois. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 85-96, jul.-dez. 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias Urbanas: o corpo enquanto resistência. p.93-103. *In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA/Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - Ano 5, número especial, (2007) - Ana Clara Torres Ribeiro (Org.). - Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2007.* JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos Errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henry. The Production of Space. Oxford: Basil Blackwell, 1991. 15. LUGONES, María. “Colonialidad y Género: Hacia un feminismo decolonial”. En Mignolo, Walter

(comp.), **Gênero y descolonialidad, segunda edición**, p. 13-42. Buenos Aires: Del Signo, 2014. 16. MBEMBE, Ach.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020. 87p.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

MOMBAÇA, Jota. **O que não tem espaço, está em todo lugar. Todos os Gêneros: mostra arte e diversidade**. São Paulo, Itaú Cultural, 2017. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/todososgeneros_2017_issu_final_pgsl. Acesso em: 02 ago. 2024.

PÉLBART, Peter Pál. Biopolítica e Biopotência no coração do Império. In: **Arquivo de emergência**, 2002. 5 p. Disponível em: https://desarquivo.org/sites/default/files/pelbart_peter_pal_biopolitica_biopotencia.pdf Acesso em: 21 jul. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936)**. 2009. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/pa-raalemdalei.pdf> Acesso em: 06 ago. 2024.



AUTORES

Alice Oliveira Dias

Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
alice.dias@ufam.edu.br

Anderson Rodrigues de Miranda

Mestrando do curso mestrado profissional em educação física – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil. anders_df@hotmail.com . Este trabalho não recebeu nenhum tipo de financiamento.

Bibiana Oliveira Serpa

Doutora em Design, coordenadora pedagógica e de imagem da Nem Presa Nem Morta
bibiana@nempresanemmorta.org

Helena Bertho Dias

Graduada em Jornalismo, coordenadora de imprensa e comunidade da Nem Presa Nem Morta
helena@nempresanemmorta.org

Ítalo Roberto Nunes de Oliveira

Psicólogo Policial na DPCAMI – Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Balneário Camboriú. Mestre em Psicologia pela UFSC. E-mail de contato. talupsic84@gmail.com. Não recebeu financiamento.

Kamilla Golin

Psicóloga mestra em psicologia social, servidora pública na assistência social de Taió/SC, e-mail para contato: kami.golin@gmail.com

Laura Molinari

Graduada em Relações Internacionais, coordenadora executiva da Nem Presa Nem Morta
laura@nempresanemmorta.org

Leandro Franklin Gorsdorf

Professor de Direitos Humanos na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil. E-mail para contato: leandroufpr2011@gmail.com

Maria Elaene Rodrigues Alves

Docente na Universidade de Brasília - UnB, Brasília, Brasil. elaene@unb.br

Mariana Bernardo Soares

Assistente social e bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP. São Paulo, Brasil. Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: marianasoaresmestranda@gmail.com

Raisa Cortez Rosado

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos. PPGS/UFSCar. Possui bacharelado pela mesma universidade, faz parte do Dissenso - Coletivo de Pesquisa em Sociologia Política desde 2019. Trabalha como pesquisadora assistente no Observatório das Desigualdades, Conflitos e Democracia desde 2021. E-mail para contato: cortezraisa@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0358775918908543>

Rosangela Teixeira Gonçalves

Doutora em Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal do ABC – UFABC. Pesquisadora de Pós-Doutorado do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – NEV – USP. rosangela.teixeira@usp.br

Taíssa Albertina de Nadai

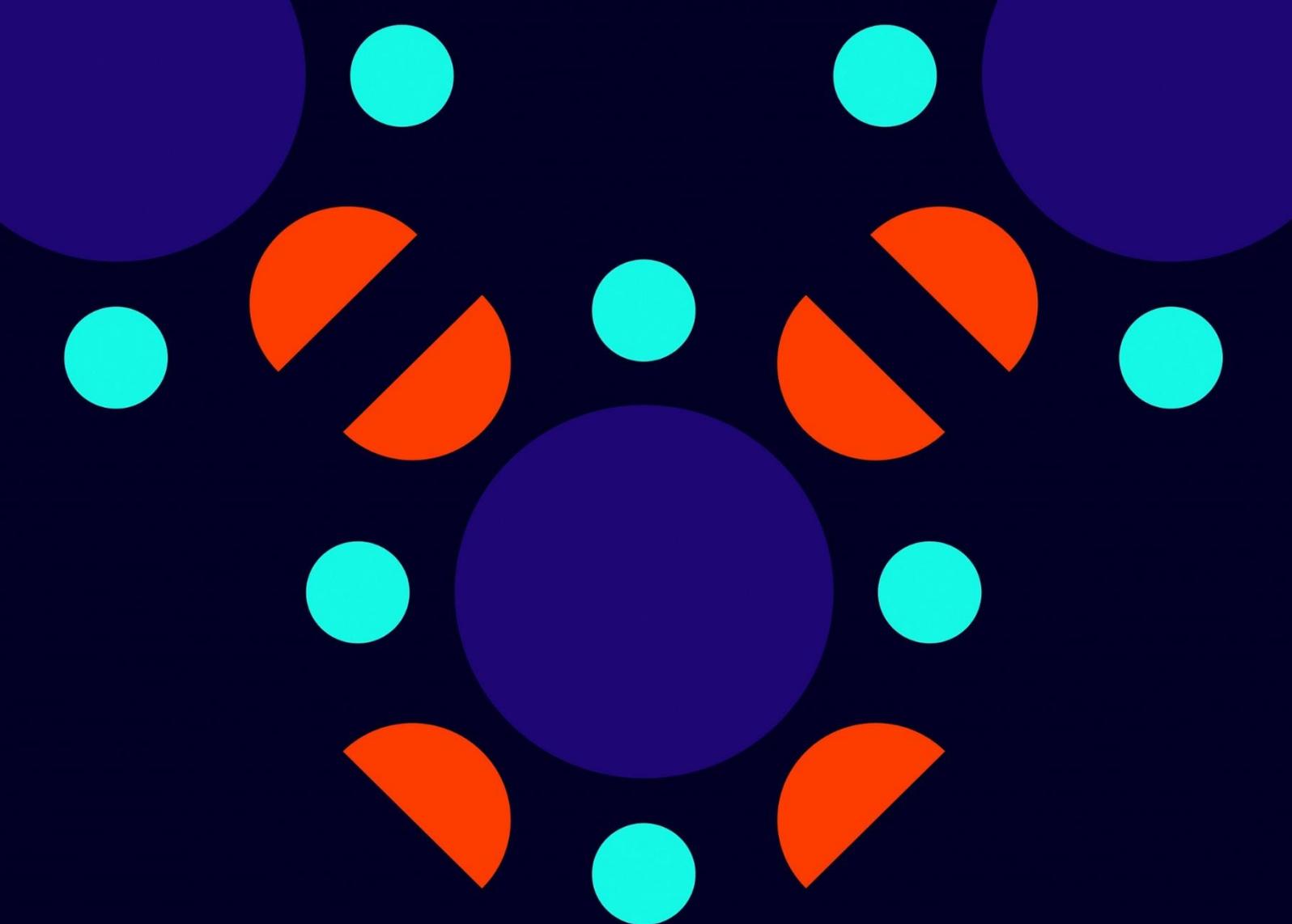
Mestranda em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil. E-mail para contato: taissadenadai.adv@gmail.com

Victoria Barreto Maywald

Assistente social e bacharel em Serviço Social e Direito pela PUC-SP. Atuação: Assistente Social do NPJ/CREAS Vila Maria, Mãe da Anayá. São Paulo, Brasil. Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: victoria.maywald@gmail.com

Vit Tiscoski Ramos

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação é uma obra que mergulha nas complexidades da identidade de gênero e na jornada de autodescoberta. Através de relatos inspiradores e reflexões profundas, o livro explora os desafios enfrentados por pessoas que desafiam normas impostas pela sociedade, mostrando como a aceitação e a autenticidade podem transformar vidas.

Com uma abordagem sensível e informativa, a obra discute a importância da representatividade, do respeito e da inclusão em diferentes contextos. Mais do que um livro, *Quebrando Barreiras* é um convite à empatia e à compreensão, incentivando leitores a desconstruírem preconceitos e a celebrarem a diversidade.


Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492105-3



9

786554

921053